

## V CONGRESSO NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO DELTA DO PARNAÍBA

UFPI - Parnaíba (PI), 10 a 12 de junho de 2015.

### Apresentação

Realizado periodicamente desde 2011, o Congresso Nacional de Unidades de Conservação do Delta do Parnaíba (CORUC) reúne especialistas reconhecidos do Brasil e do Mundo para discutir temas ligados às Unidades de Conservação dentro dos contextos atuais em que as mesmas se encontram, sendo considerado o segundo maior evento brasileiro da área.

O CORUC é uma iniciativa do Curso de Turismo da Universidade Federal do Piauí em parceria com a Coordenação Especial de Extensão do Campus Ministro Reis Velloso da UFPI de abrangência Nacional. Entre as atividades propostas, estão a análise e o debate de aspectos de conservação, aliados a ampla gama de atividades presentes nas Unidades de Conservação, para o ano de 2015, tivemos como temática: **“Território, Territorialidades e Sustentabilidade”**.

A V edição do CORUC é destinada a técnicos e profissionais da área, cientistas, estudantes, pessoas ligadas a órgãos governamentais e não governamentais, instituições sem fins lucrativos, centros de estudos, universidades, empresas públicas e privadas.

A importância de um projeto, pioneiro na região, tal qual se constitui esse evento é respaldada pelas possibilidades de melhoria já levantadas em debates desenvolvidos nas edições anteriores, que versaram acerca da atividade turística, das Unidades de Conservação, do desenvolvimento regional, das comunidades locais e demais temas pertinentes, em conjunto com propostas para potencializar os fatores positivos em cada uma dessas questões.

Nesta coletânea, apresentamos, no formato de trabalho completo publicado em evento, os 10 melhores trabalhos (selecionados pela Comissão Científica) a fim de que o leitor da RSC online possa conhecer melhor o nosso evento e as experiências de trabalho nele compartilhadas.

Boa leitura!

Os organizadores!

Mais informações sobre o V CORUC: <http://coruc2013pacotes.blogspot.com.br/p/apresentacao.html>

## V CONGRESSO NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO DELTA DO PARNAÍBA

UFPI - Parnaíba (PI), 10 a 12 de junho de 2015.

### Comissão Científica

Rosangela Custodio Cortez Thomaz

Milton Augusto Pasquotto Mariani

Luiz Gonzaga Godoi Trigo

Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira

Mauro José Ferreira Cury

Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano

Maria Majaci de Moura da Silva

André Riani Costa Perinotto - UFPI

Shaiane Vargas da Silveira - UFPI

José Pedro da Ros

Nilson Cesar Fraga

Anderson Pereira Portuguez

Neio Lúcio de Oliveira Campos



## **A CADEIA PRODUTIVA DO CARANGUEJO(*Ucides cordatus*): OS DESAFIOS PARA SEU MANEJO FRENTE ÀS PRESSÕES DO MERCADO NO TERRITÓRIO DA RESEX MARINHA CAETÉ-TAPERAÇÚ, BRAGANÇA, PARÁ.**

*Josinaldo Reis do Nascimento<sup>1\*</sup>, Denis Domingues<sup>2</sup>, Roberta Sá Leitão Barboza<sup>3</sup>.*

1. Biólogo. Mestre em Biologia Ambiental. Docente - Instituto Federal do Pará (IFPA). \*Correspondência: Estrada do Trilho, s/nº ao lado da Escola Agrícola, Vila Sinhá, CEP: 68600-000. Bragança (PA), Brasil. e-mail:josinaldo.reis@ifpa.edu.br.

2. Oceanógrafo, Mestre em Biologia Ambiental, consultor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil, PNUD BRASIL.

3. Bióloga. Doutora em Ecologia Aquática e Pesca. Docente - Universidade Federal do Pará (UFPA).

### **INTRODUÇÃO**

O manguezal é um ecossistema costeiro de transição entre o ambiente terrestre e marinho, ocorre em regiões tropicais/subtropicais e está sujeito aos regimes de marés (1). Está distribuído ao longo da zona costeira tropical e subtropical do planeta. O ecossistema manguezal representa 8% de toda a linha de costa do planeta, abrangendo um total de 181.007 km<sup>2</sup> e compreendendo cerca de 3% do total das florestas tropicais do mundo (2; 3; 4).

O Brasil é o segundo país em extensão de áreas de manguezal com 13.400 km<sup>2</sup>, situando-se atrás apenas da Indonésia com 42.550 km<sup>2</sup> (1). Na costa brasileira, o manguezal ocorre desde o estado do Amapá até Santa Catarina, margeando estuários, lagunas e enseadas costeiras (5).

O estado do Pará possui cerca de 598 km de linha de costa (6; 7), onde vivem cerca de 7% da população do Estado, abrangendo 19 municípios com ocorrência do ecossistema manguezal. No nordeste do Estado, o manguezal forma uma faixa quase contínua de 300 km de extensão, com uma área total de 2.176,78 km<sup>2</sup> ocorrendo da Ilha do Marajó até a baía do Gurupi, correspondendo a cerca de 1/5 do total deste ecossistema no Brasil. Quando somado ao manguezal do estado do Maranhão formam uma zona contínua de 7.591,09 km<sup>2</sup> (8; 9; 10).

O manguezal apresenta importante papel ecológico, por sua alta produtividade primária. É caracterizado pela ocorrência de espécies vegetais lenhosas, adaptadas aos ambientes salinos, periodicamente inundados pelas marés (11; 7). Exerce ainda funções relevantes para o desenvolvimento da fauna aquática, funcionando como um berçário natural, local de refúgio, forrageio e de reprodução para diversas espécies de animais, além de ser fonte de recursos naturais para as comunidades humanas que habitam suas adjacências (12-13). Estima-se que cada hectare de floresta de mangue

pode abrigar em um período de um ano, cerca de 750 Kg de peixe, camarão e outros mariscos (14).

Dentre os recursos pesqueiros extraídos do ecossistema manguezal, destaca-se o caranguejo (*Ucides cordatus* Linnaeus, 1763). Esse crustáceo tem ocorrência da costa atlântica ocidental, incluindo Flórida, Golfo do México, Antilhas, norte da América do Sul, Guianas, até Santa Catarina no sul do Brasil (15). Considerando o nordeste paraense, uma quantidade representativa de sua população depende do caranguejo, cuja extração e comercialização representam uma das atividades mais importantes para economia local (16; 12; 17-18-19).

Tais observações são respaldadas quando analisamos os dados oficiais da estatística pesqueira: a produção deste crustáceo apresentou para o país nos anos de 2009, 2010 e 2011, respectivamente 9.027,4 ton., 8.534,7 ton. e 8.607,5 toneladas, sendo uma parcela considerável desta produção oriunda dos municípios do litoral paraense (20-21). No entanto, estima-se que a exploração deste recurso está muito acima das estatísticas oficiais, em virtude da dificuldade de monitorar sistematicamente a atividade em toda região.

No município de Bragança, nordeste do Estado, cerca de 83% dos moradores das comunidades pesqueiras localizadas nas proximidades do ecossistema manguezal tiram o seu sustento dos recursos naturais procedentes do manguezal. Destes, 64% estão envolvidos na cadeia produtiva do caranguejo, considerada principal atividade econômica e de subsistência na região (17). A captura de caranguejo nos mangues de Bragança intensificou-se de maneira notória nos últimos anos (22), impulsionada por fatores de natureza organizacional do processo de comercialização e de oportunidade de trabalho (23). Outros autores apontam como alguns desse fatores, os baixos investimentos iniciais, o elevado crescimento demográfico, a carência de emprego e fonte de renda, a alta demanda do produto no mercado e o sistema de livre acesso ao recurso (18).

Conseqüentemente, neste cenário a captura do caranguejo evoluiu de uma atividade outrora meramente esporádica e de subsistência para uma atividade de importância notória na economia local, aumentando a complexidade de sua cadeia produtiva (22; 19; 13). Entre essas mudanças, o beneficiamento da carne do caranguejo tornou-se elemento chave para agregação de valor, bem como para inserção das mulheres no processo produtivo (19). Dessa forma, o aumento na pressão de captura da espécie é evidenciado e conflitos por territórios produtivos entre grupos de tiradores por “*melhores mangais*” têm demonstrado que as atuais formas de



utilização do recurso apresentam sinais de limitação e requerem atenção sobre as formas de gestão. Frente a esse cenário de aumento da pressão sobre recursos naturais e considerando a proteção dos manguezais da linha de costa, aliada às condições culturais de ocupação e uso tradicional dos recursos naturais desse ambiente, vem se estabelecendo desde o ano de 2001 várias unidades de conservação de uso sustentável (Reservas Extrativistas<sup>1</sup>) no nordeste paraense, entre elas a Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu criada em 2005 (24). Vale ressaltar que a intenção de criação de Reservas Extrativistas (RESEXs) no Brasil fundamentou-se essencialmente na ideia de inclusão dos moradores nas discussões e ações de estratégias de manejo e conservação dos recursos naturais (25-26-27).

O panorama de constantes transformações sociais tem levado a um maior envolvimento dos usuários dos recursos naturais nas discussões de estratégias de gestão pesqueira nas Reservas Extrativistas Marinhas. Assim, considerando este cenário em que as formas de gestão do território e dos recursos naturais vêm sofrendo constantes modificações, a intensificação da captura do caranguejo vem provocando preocupações aos órgãos competentes a respeito da necessidade de novas formas e medidas de ordenamento.

Neste contexto, o presente trabalho debate as dinâmicas que permeiam a cadeia produtiva do caranguejo, os processos organizativos dos pescadores frente as mudanças e pressões econômicas sobre os estoques, bem como as suas percepções acerca das leis que regem o manejo do caranguejo no território da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, no município de Bragança.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

As bases metodológicas que permearam o desenvolvimento deste trabalho constituíram-se de pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa em campo.

Entre os anos 2009 a 2014 foram realizadas reuniões em comunidades pesqueiras do município de Bragança. Durante as visitas foram efetivadas discussões com os principais atores sociais envolvidos, direta ou indiretamente, na cadeia produtiva do caranguejo, tanto na sede dos municípios como em algumas

---

<sup>1</sup>De acordo com a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (Brasil, 2000), a qual institui no Brasil o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), a Reserva Extrativista caracteriza-se como: *“Unidade de conservação de uso sustentável, cuja área é utilizada por populações extrativistas tradicionais, onde a subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade”*.

comunidades pesqueiras onde a produção deste crustáceo apresentasse relevada importância. Nestes debates, procurou-se compreender a dinâmica da cadeia produtiva e as percepções dos tiradores de caranguejo sobre os instrumentos e estratégias de ordenamento atuais, bem como observar seus possíveis impactos na dinâmica da atividade e suas perspectivas.

Durante este período também foram realizadas entrevistas semiestruturadas, observação participante e a técnica participativa “FOFA” (28-29-30). A FOFA (Fortaleza, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) é uma técnica usada para identificar pontos fortes e pontos fracos de um grupo social, e examinar oportunidades e ameaças acerca dos objetos investigados. É uma ferramenta que facilita a organização de informações e que esboça um cenário para o futuro o que, por sua vez, facilita a elaboração de planejamentos (30).

Entre os meses de abril a julho de 2014, informações foram coletadas através de aplicação de formulários semiestruturados com 100 tiradores caranguejo que atuavam diariamente nos mangues circunvizinhos à rodovia PA-458 que liga a cidade de Bragança a praia de Ajuruteua, território da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçú.

O objetivo das metodologias utilizadas foi obter informações sobre a organização social da categoria tirador de caranguejo frente às mudanças e pressões econômicas sobre os estoques, além de analisar a cadeia produtiva deste recurso e as percepções dos sujeitos envolvidos em sua extração acerca das leis de manejo e ordenamento do caranguejo no estado do Pará, com ênfase no território da RESEX Marinha Caeté-Taperaçú.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Pensar em novos modelos de gerenciamento para os processos que permeiam a exploração do caranguejo *U. cordatus* nos manguezais do estado do Pará tem se configurado como uma necessidade evidenciada por diversos atores sociais envolvidos na cadeia produtiva deste crustáceo. Pesquisas sobre a atual situação dos estoques pesqueiros tem demonstrado que as pressões sobre os estoques, principalmente aqueles de grande potencial econômico, tem exigido uma readequação dos atuais modelos de gestão (31-32).

Durante o período de abril a julho de 2014 foram entrevistados pescadores tiradores de caranguejo, todos do sexo masculino, com faixa etária variando de 17 a



73 anos e média etária de 40,5 anos, sugerindo uma experiência considerável no exercício da atividade.

Dados referentes a filiação destes trabalhadores em organizações sociais, revelaram que apenas 21 % dos entrevistados são membros da colônia de pescadores, e 39 % pertencem a Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu. Um quantitativo relativamente alto dos tiradores de caranguejo entrevistados não participam de nenhuma das duas organizações supracitadas (79 % não são filiados a colônia de pescadores; 61 % não fazem parte da Associação de usuários da RESEX).

A atividade de extração, transporte, beneficiamento e comercialização do caranguejo é uma das principais fontes de ocupação e renda para a população das comunidades pesqueiras localizadas no entorno da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu (12; 18; 22; 19).

O *esforço de pesca* dos tiradores de caranguejo entrevistados neste estudo apresentou média de 3,7 dias/semana, gerando uma CPUE<sup>2</sup> média de 152 unidades de caranguejo/dia. No entanto, alguns tiradores de caranguejo afirmaram extrair em dias produtivos quase 400 caranguejos/dia (Tabela 01).

**Tabela 01.** Valores mínimo, médio e máximo do esforço de pesca, Captura por Unidade de Esforço (CPUE), valor de venda e a renda semanal dos tiradores de caranguejo durante o período de estudo.

	Dias de trabalho/semana	CPUE (Fieiras <sup>3</sup> /dia)	CPUE (caranguejos/dia)	Valor de venda (R\$) da feira	Renda Semanal (R\$)
<b>MÍNIMO</b>	1	3	42	R\$ 5,00	R\$ 42,00
<b>MÉDIA</b>	3,7	10,9	152,6	R\$ 7,90	R\$ 316,18
<b>MÁXIMO</b>	7	28	392	R\$ 12,00	R\$ 896,00

De acordo com os pescadores entrevistados existem vários métodos de captura do caranguejo, os quais podem variar de acordo com o município e/ou região do litoral. As técnicas mais citadas neste estudo foram: o *braçejamento*, que consiste na retirada dos caranguejos do interior das galerias sem o auxílio de petrecho, apenas usando o braço; o *laço*, uma espécie de armadilha fixa armada colocada na saída da galeria; e a captura com auxílio do *gancho*, que consiste na extração dos caranguejos do interior das galerias com auxílio deste petrecho.

<sup>2</sup>Captura por Unidade de Esforço (CPUE): quantidade de caranguejos coletados por cada tirador por dia trabalhado.

<sup>3</sup> Modo peculiar de transportar (ainda dentro do manguezal) e comercializar um conjunto de 14 indivíduos de caranguejos vivos, amarrados a um fio de plástico para facilitar o transporte, denominado popularmente de feira ou corda.

Nos mangues da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu a ferramenta de trabalho *gancho* é muitas vezes indispensável aos tiradores de caranguejo, enquanto em outros municípios do litoral paraense não tem sido muito empregada. O gancho é um apetrecho de ferro em forma de “J” fixado a um cabo de madeira leve, com medidas variando de 1,80 cm a 2 metros de comprimento. Os tiradores de caranguejo afirmaram que fazem uso do *gancho* para auxiliá-los na captura principalmente durante o período do ano em que as galerias são escavadas com maior profundidade pelos crustáceos. Todavia, alguns relatos informaram que a técnica não é rentável para tiradores de caranguejo sem habilidade e experiência de manuseio do *gancho*: durante o momento da retirada do apetrecho da galeria pode ocorrer perda de algumas de suas patas (quelíceras), danificando o crustáceo e desvalorizando o produto no mercado.

O uso frequente do *gancho* foi justificado também por servir como ferramenta de auxílio durante a locomoção no interior do manguezal, ao percorrerem grandes extensões. Alguns tiradores de caranguejo afirmaram percorrer cerca de 10 km dentro do manguezal para obterem sucesso no dia de trabalho.

A comercialização dos crustáceos coletados é realizada principalmente para os agentes intermediários da cadeia produtiva, logo após sua chegada do interior do manguezal. Entretanto, alguns entrevistados afirmaram vender o produto de seu trabalho diário direto para o consumidor nas feiras livres da cidade de Bragança. Os agentes intermediários podem ser “*atravessadores*”; “*marreteiros*” ou “*patrão*”.

Os *Atravessadores* são agentes econômicos que adquirem o produto diretamente dos pescadores para posterior comercialização a outros agentes econômicos, os quais comercializam os produtos em outros municípios e até em outros estados da federação.

Os *Marreteiros* possuem uma influência de atuação de capital bastante limitada. Adquirem pequenas quantidades de pescado diretamente dos pescadores a preços baixos, e as comercializam nas comunidades ou na própria sede dos municípios para feirantes ou pequenos comerciantes, interagindo muitas vezes com os *Atravessadores*.

Normalmente o *Patrão* financia o processo produtivo, adiantando dinheiro aos tiradores de caranguejo e em troca adquire toda a produtividade diária a preços menores, muitas vezes já na saída destes do manguezal.

Estes diferentes agentes econômicos exercem uma função importante para o desenvolvimento da cadeia produtiva do caranguejo no município de Bragança, bem



como em outros municípios paraenses, com destaque para São Caetano de Odivelas. Tais ações econômicas (comprar os caranguejos do tirador, transportar a produção para o comércio local ou para os mercados consumidores de outros municípios) aparentam constituir uma atividade rentável do ponto de vista de agregação de valor ao produto, no entanto neste estudo não foi realizado um levantamento de preço do produto vendido pelos agentes econômicos citados anteriormente. Vale ressaltar que 85% dos entrevistados possuem uma relação direta com os agentes econômicos supracitados. Os entrevistados explicaram que há dias na semana em que a atuação destes agentes é mais efetiva, ocorrendo principalmente aos sábados.

O valor médio de venda do caranguejo para estes agentes econômicos gira em torno de R\$ 7,90 a *feira* com 14 caranguejos (Tabela 01). Verificou-se ainda que alguns tiradores de caranguejo vendem sua produção direto ao consumidor na praia de Ajuruteua; nas comunidades onde residem; nas feiras livres de Bragança; ou as margens da rodovia PA-458. Apenas 1% dos entrevistados destinam sua produção para o consumo familiar.

Mesmo sabendo que os valores de venda direto aos consumidores apresentam preços maiores e mais lucrativos, um total de 88% dos entrevistados comercializam sua produção para os agentes intermediários (marreteiros e atravessadores). A principal justificativa para este fato relaciona-se a atividade de extração do caranguejo ser um trabalho muito desgastante fisicamente, sendo assim ao final de cada dia de trabalho estes tiradores exaustos vendem toda sua produção para um "*comprador certo*", como observamos nos relatos abaixo:

*"quando a gente chega na beira... é cansado, e o patrão paga e leva logo", (Seu Chico, morador da Vila do Acarajó, 44 anos).*

*"De quando em vez eu vendo em Bragança, mas só se não tiver patrão... eu fico cansado do mangal". (Seu Loka, morador de Bragança, 64 anos).*

A respeito das suas expectativas em relação ao futuro da pesca do caranguejo nos mangues do município de Bragança, o cenário não é visto como muito favorável por 100 % dos entrevistados. Muitos dos entrevistados acreditam que o tamanho dos caranguejos capturados tem diminuído bastante, enquanto o número de trabalhadores no mangal tem crescido nos últimos anos, fatores que há mais de 10 anos vem sendo discutidos por alguns estudiosos (12).

No âmbito estatal, em 2003, através da portaria nº 034 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, ficou determinado o período de defeso para a espécie, suspendendo sua captura, transporte e

comercialização durante o período reprodutivo. Contudo, para os entrevistados ainda persiste certa falta de atenção aos tiradores de caranguejo por parte de alguns seguimentos do poder público. De acordo com os entrevistados, a extração do caranguejo já vem sendo exercida há muitos anos e inúmeras são as promessas não cumpridas em relação ao ordenamento do recurso e reconhecimento efetivo da categoria.

Atualmente o ordenamento no que se refere ao período de defeso da espécie é realizado através de resoluções conjuntas da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca, Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) e Agência de Defesa Agropecuária do Pará (ADEPARÁ). Entretanto, embora a efetividade desse instrumento de ordenamento pesqueiro não tenha sido ainda devidamente investigada, há fortes sinais que o mesmo não vem apresentando uma boa aceitação por parte dos usuários diretos do recurso.

Segundo os entrevistados, um dos maiores problemas observados sobre os desdobramentos deste mecanismo de gestão e ordenamento se refere a falta de diálogo entre os técnicos governamentais e pesquisadores de instituições públicas e universidades com os tiradores de caranguejo, desconsiderando seus conhecimentos ecológicos tradicionais. Autores (9) indicam a necessidade de estimular um sistema de gestão baseado nos saberes do pescadores locais em função da heterogeneidade ecológica do ecossistema manguezal, bem como do comportamento associado ao ciclo de vida do caranguejo. Os tiradores de caranguejo alertam que muitas vezes o período reprodutivo do caranguejo não coincide com o período de defeso estabelecido. O ciclo lunar e as variações das marés são fatores que exercem grande influência sobre o ciclo de vida dos caranguejos, atuando diretamente no padrão geral das atividades deste recurso em seu habitat (33), e costumam ser facilmente percebidos pelos extrativistas, como o período reprodutivo do caranguejo.

Os entrevistados sugeriram também que houvesse um período de defeso durante *aecdise*<sup>4</sup> dos caranguejos, com disponibilização de *seguro defeso*. Segundo os extrativistas, o caranguejo fica muito vulnerável neste período, aumentando o número de mortandade do recurso:

“Quando tá de leite quebra muito caranguejo no buraco, por demais... é ruim...” (Tirador RC da Vila do Acarajó Grande, 49 anos).

---

<sup>4</sup> A *ecdise* (muda) constitui a etapa de crescimento do *U. cordatus*, ocorrendo geralmente uma vez por ano em indivíduos adultos, sendo mais frequente em jovens, ocorrendo cerca de duas vezes ou mais ao ano (33). Estudos sobre o caranguejo *Ucides cordatus* demonstram a existência de certos padrões no ciclo biológico da espécie: as mudas ocorrem no inverno e primavera (16).



Há certa inquietação para que o mesmo instrumento regulador possa garantir uma renda mínima aos pescadores durante o período de suspensão das atividades, o seguro desemprego ou *seguro defeso*, assim como acontece com outras espécies de pescado(34).

O *seguro defeso* apresenta um papel fundamental para garantir uma renda de subsistência ao pescador durante o período de suspensão das atividades, além de estimular a criação de uma consciência ambiental, bem como, de ser um fator colaborador para que os pescadores realizem a expedição de seus documentos, haja visto que muito pescadores de caranguejo não possuem nenhum registro profissional e as vezes até civil.

Por fim, na análise da discussão apresentada quanto ao ordenamento do caranguejo na RESEX marinha Caeté-Taperaçu, ressalta-se o alerta de que “os modelos de gestão alicerçados no campo econômico atum como incentivador do seu sucesso e dependem muito do comportamento individual dos usuários, pois a decisão decumprir ou violá-la, depende principalmente dos custos e benefícios monetários esperados, dos graus de fiscalização por parte do estado e da conscientização por parte dos usuários”(35).

## CONCLUSÕES

Faz-se necessário pensar em modelos de gestão e ordenamento mais participativos nos processos da cadeia produtiva do caranguejo (*U. cordatus*) nos mangues do estado do Pará, especialmente por se tratar de uma das principais fontes geradoras de trabalho e renda no nordeste paraense. Nesse sentido, é de extrema valia trazer os tiradores de caranguejo para participarem das discussões e decisões acerca da gestão deste recurso, considerando a valorização e reconhecimento de seus saberes locais.

Mesmo que os níveis organizacionais dos tiradores de caranguejo observados neste estudo sejam considerados baixos para enfrentar os arranjos e rearranjos do mercado e as pressões sobre os estoques, constata-se um papel importantíssimo da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu na organização do setor.

A contínua pressão do mercado sobre o recurso pode incidir em um aumento inicial das taxas de CPUE registradas nesta pesquisa, e em seguida em uma redução do CPUE, contribuindo ainda mais com a diminuição do tamanho dos espécimes capturados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Spalding M, Kainuma M, Collins L. World atlas of mangroves. London, Washington. Routledge, 2010.
2. Lugo AE, Snedaker, SC. The ecology of mangroves. Annual review of ecology and systematics. 1974; 5:39-64.
3. Blasco F, Aizpuru M, Gers C. Depletion of the mangroves of Continental Asia. Wetlands Ecology and Management. 2001; 9(3): 255-266.
4. Alongi DM. Present state and future of the world's mangrove forests. Environmental conservation. 2002; 29(3): 331-349.
5. Lacerda LD. Os manguezais do Brasil. In: Vannucci M. Os manguezais e nós: Uma síntese de percepções. ESDUP, São Paulo, 1999. p. 185-196.
6. Prost MTRC, Rabelo BV. Variabilidade fito-espacial de manguezais litorâneos e dinâmica costeira: exemplos da Guiana Francesa, Amapá e Pará. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. 1996; 8(3): 101-121.
7. Menezes MPM, Berger U, Mehlig U. Mangrove vegetation in Amazonia: a review of studies from the coast of Pará and Maranhão States, north Brazil. Acta Amazonica. 2008; 38 (3):403-420.
8. SUDEPE-PA/AP. O setor pesqueiro no Estado do Pará. COREG PA/AP, Belém-PA. 1988.
9. Fernandes MEB, Editor. Os manguezais da costa norte brasileira. São Luís-MA: Fundação Rio Bacanga; 2002.
10. Souza-Filho PWM. Costa de manguezais de macromaré da Amazônia: cenários morfológicos, mapeamento e quantificação de áreas usando dados de sensores remotos. Revista Brasileira de Geofísica. 2005; 23(4): 427-435.
11. Schaeffer-Novelli Y. Manguezal: Ecosistema entre a Terra e o Mar. São Paulo: Caribbean Ecological Research. 1995.
12. Glaser M. Interrelations between mangrove ecosystem, local economy and social sustainability in Caeté Estuary, North Brazil. Wetlands Ecology and Management. 2003; 11(4): 265-272.
13. Domingues D. Análise do conhecimento ecológico local e do sistema produtivo como subsídio para gerar instrumentos de gestão da atividade de exploração do caranguejo (*Ucides cordatus*, Linnaeus, 1763) nos manguezais da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, Bragança-PA. [Dissertação]. Bragança: Instituto de Estudos Costeiros. Universidade Federal do Pará, Campus de Bragança, Pará; 2008.
14. Canestri V, Ruiz O. The destruction of mangroves. Marine Pollution Bulletin. 1973; 4(12):183-185.
15. Branco JO. Aspectos bioecológicos do Caranguejo *Ucides Cordatus* (Linnaeus 1763) (Crustacea, Decapoda) do manguezal do Itacorubi, Santa Catarina, BR. Arq. Biol. Tecnol. 1993; 36(1): 133-148.
16. Maneschy MC. Pescadores nos manguezais: estratégias técnicas e relações sociais de produção na captura de caranguejo. In: Furtado LG, Leitão W, Fiúza A, Editores. Povos das Águas: Realidade e Perspectivas na Amazônia. Belém. Brasil. MCT/CNPq. 1993. p. 19-62.
17. Glaser M, Cabral N, Ribeiro AL. Gente, ambiente e pesquisa: manejo transdisciplinar no manguezal. Belém. UFFA/NUMA; 2005.
18. Glaser M, Diele K. Resultados assimétricos: avaliando aspectos centrais da sustentabilidade biológica, econômica e social da pesca de caranguejo, *Ucides cordatus* (Ocypodidae). in: Glaser M, Cabral N, Ribeiro AL. Gente, ambiente e pesquisa: manejo transdisciplinar no manguezal. Belém-PA. UFFA/NUMA. 2005. p.51-68.
19. Magalhães A, Costa RM, Silva R, Pereira LCC. The role of women in the mangrove crab (*Ucides cordatus*, Ocypodidae) production process in North Brazil (Amazon region, Pará). Ecological Economics. 2007, (61): 559-565.



20. Brasil. Ministério da Pesca e da Aquicultura - MPA. Boletim Estatístico 2010. Brasília, 2012.
21. Brasil. Ministério da Pesca e da Aquicultura - MPA. Boletim Estatístico 2010. Brasília, 2012.
22. Araújo ARR. Fishery statistics and commercialization of the mangrove crab, *Ucides cordatus* (LINNAEUS), in Bragança – Pará – Brazil. [Tese]. Centre for Tropical Marine Ecology (ZMT), Bremen; 2006
23. Maneschy MC. Sócio-Economia: trabalhadores e trabalhadoras nos manguezais. In: Fernandes MEB, Editor. Os manguezais da costa norte brasileira. São Luís: Fundação rio Bacanga; 2005. p. 135-164.
24. Brasil. Diário Oficial da União- Seção 1. Distrito Federal DF, 23 de maio de 2005.
25. Allegretti MH. Reservas extrativistas: Parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia, in: Anderson, AB, Arnt R. Destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Rio de Janeiro: Relume Dumará; 1994. p. 17-47.
26. Almeida MWB. Direitos floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. Revista Brasileira de Ciências Sociais. 2004;19(55): 33-53.
27. Allegretti MH. A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos Seringueiros.[Tese]. Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável Universidade de Brasília;2002.
28. Viertler RB. Métodos antropológicos como ferramenta para estudos em etnobiologia e etnoecologia. In:Amorozo MCM, Ming LC, Silva SMP. Editores. Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas. Rio Claro: UNESP/ CNPq. 2002. p.11-29.
29. Seixas CS. Abordagens e técnicas de pesquisa participativa em gestão de recursos naturais. Gestão integrada e participativa de recursos naturais. Florianópolis: Secco/APED. 2005.
30. Tagore MPB. Metodologia de ATER e Pesquisa com Enfoque Participativo. Alves Grafica e Editora: Belém-PA; 2007.
31. Myers RA, Hutchings JA, Barrowman NJ. Why do fish stocks collapse? The example of cod in Atlantic Canada. Ecological applications.1997; 7 (1); 91-106.
32. Myers RA, Worm B. Rapid worldwide depletion of predatory fish communities. Nature. 2003; 423 (6937): 280-283.
33. Alves RRN, Nishida AK. A ecdise do caranguejo, *Ucides cordatus* (Linnaeus) (Decapoda, Brachyura) na visão dos caranguejeiros. Interciência. 2002; 27 (3): 110-117.
34. Ruffino ML. Gestão do uso dos recursos pesqueiros na Amazônia. Brasília-DF. ProVárzea, IBAMA, MMA. 2005.
35. Brasil. Ministério do meio Ambiente- Portaria IBAMA nº 034 /03-N, de 24 de junho de 2003. Dispõe sobre a Reunião Técnica sobre Ordenamento da Cata do Caranguejo (*Ucides cordatus*) nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil. 2003.

## PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DE NOVOS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS (*RESORT*) NA PRAIA DA PEDRA DO SAL – PI

Maria Francilene de Sousa Santos<sup>1\*</sup>, Wygma Wendell da Silva Azevedo<sup>2</sup>, Maria Simone Cristina Putrick<sup>3</sup>.

1. Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). \*Correspondência: Estrada Ilha Grande, 450. Barro Vermelho. CEP: 64224-000. Ilha Grande-PI. Endereço eletrônico: frann20phb@hotmail.com.
2. Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Piauí (UFPI).
3. Bacharel em Turismo. Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional. Acadêmica do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná – (UFPR). Bolsista Capes. Docente do Curso de Turismo Campus, Parnaíba. Universidade Federal do Piauí – (UFPI).

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda o uso do *marketing* para a promoção de novos empreendimentos em áreas desprovidas de infraestrutura, com a presença de comunidade autóctone, dessa forma, foi pensado em uma análise sobre as discussões que são debatidas acerca da implantação de um *resort* na Praia da Pedra do Sal, para que seja realizado um levantamento da visão da comunidade e de como é feito esse processo, se eles se sentem incluídos ou se a comunidade está à margem deste empreendimento.

Este artigo apresenta como objetivo identificar a opinião dos moradores locais bem como avaliar quais estratégias de marketing estão sendo utilizadas para divulgação do empreendimento e como é feito esse trabalho de promoção pela empresa responsável, pela mídia e poder público local.

A pesquisa foi realizada na Praia da Pedra do Sal localizada a aproximadamente 12 km da cidade de Parnaíba – PI, com enfoque nos equipamentos que estão se instalando no local, os novos empreendimentos como se destaca o *resort* que irá ser construído na praia.

Parnaíba é o segundo maior município do estado do Piauí, quando tratado o número de habitantes, que compreende 145.705 mil habitantes(1). Ainda segundo o IBGE, o município dispõe de uma pequena faixa litorânea que compreende a Praia da Pedra do Sal, esta sendo o objeto de estudo do presente trabalho.

O litoral do município de Parnaíba abrange um espaço onde as comunidades desenvolvem a pesca de subsistência e o artesanato, atividades estas que transcorrem em um espaço tranquilo e ainda pouco conhecido entre os roteiros turísticos.



No ano de 2014 foi noticiada a instalação de um novo empreendimento na Praia da Pedra do Sal. Entende-se que para isto há uma teia de informações e ideias que foram discutidas e estudadas para esta implantação. Embora diante de tal fato, o presente trabalho busca identificar os meios de informação em que a comunidade inseriu-se bem como a ideia que estes possuem sobre esta instalação como também seu impacto.

Pretende-se mostrar o cenário atual da região com enfoque nas estratégias de *marketing* utilizadas pelos novos empreendimentos a partir de uma visão da comunidade, da mídia local e ainda do poder público na utilização desse *marketing* para a implantação de novos empreendimentos turísticos na região.

O presente trabalho está estruturado da seguinte forma: introdução, referencial teórico, metodologia baseada em levantamento bibliográfico, documental e pesquisa de campo através da aplicação de entrevistas semiestruturadas, desenvolvimento, análises e discussões (com tabulação e análise dos dados) e ainda as considerações finais com o resultado da pesquisa.

### **RESORTS: Aspectos Conceituais**

O conceito de *resort* surge por volta da Segunda Guerra Mundial, quando pessoas passam a procurar lugares seguros onde pudessem usufruir de diversos serviços em um único espaço, como lazer, esportes, entretenimento, atrativos culturais e naturais diversificados, concentrados em um único local que ofereça ainda acomodações, refeições e outros tipos de serviços que são disponibilizados em meios de hospedagem.

Atualmente, o empreendimento de *resort* é um segmento em ascensão quando trabalhado o turismo de lazer para indivíduos com alto poder aquisitivo que tem a oportunidade de desfrutar de um espaço onde se encontram todos os serviços que atendam a essa demanda.

*Resorts* referem-se aos meios de hospedagem que agregam diversos serviços como, alojamento e lazer em uma mesma área, cercada de atrativos naturais e de descanso. Para a Associação Brasileira de *Resorts*, são empreendimentos hoteleiros de alto padrão voltados para o lazer em área de amplo convívio com a natureza nos quais os hóspedes não precisam se afastar de grandes centros, atendendo suas necessidades de conforto, alimentação e entretenimento.

Nos últimos vinte anos, cresceu o número de *resorts* no Brasil, até 1970 existiam apenas treze desses estabelecimentos, atualmente este número é superior, de acordo com o Ministério do Turismo (2). Assim o crescimento dos *resorts* fortalece a competitividade do produto turístico brasileiro no exterior.

Segundo o Ministério do Turismo são feitas algumas exigências mandatórias para classificação de *resorts* que pretendem obter o número de quatro ou cinco estrelas, respectivamente, de acordo com a Cartilha do Ministério do Turismo para a nova classificação hoteleira (2). Para os *resorts* classificados em quatro estrelas é necessário o cumprimento de alguns requisitos como os apresentados a seguir:

- Unidade Habitacional (UH) com 25 m<sup>2</sup>; UH?
- Colchões das camas com dimensões superiores ao padrão nacional;
- Troca de roupas de cama e banho diariamente;
- Televisão em 100% das UH;
- Canais de TV por assinatura em 100% das UH;
- Mesa de trabalho, com cadeira, iluminação própria;
- Sauna seca ou a vapor;
- Dois tipos de piscina, no mínimo;
- Sala de reuniões com equipamentos;
- Dois Restaurantes, no mínimo, com cardápios diferentes;
- Serviço de alimentação disponível para café da manhã, almoço e jantar;
- Dois Bares, no mínimo;
- Mínimo de seis serviços acessórios oferecidos em instalações no próprio resort (por exemplo: salão de beleza, babá, loja de conveniência, locação de automóveis, agência de turismo, etc.);
- Medidas permanentes para redução do consumo de energia elétrica e de água;
- Programa de treinamento para empregados.

Quando se trata dos *resorts* de cinco estrelas estes devem possuir o mínimo de infraestrutura de *resorts* de quatro estrelas, porem devem atender algumas exigências a mais como (2):

- Serviço de refeições leves e bebidas nas UH (*room service*) no período de 24 horas;
- Serviço de abertura de cama;
- Climatização (refrigeração/calefação) adequada em 100% das UH;
- Três Restaurantes, no mínimo, com cardápios diferentes;
- Serviço à La carte no restaurante;
- Preparação de dietas especiais (vegetariana, hipocalórica etc.);
- Três Bares, no mínimo;



- Área de estacionamento com serviço de manobrista no período de 24 horas;
- Serviços de massagens (por exemplo, massoterapia, talassoterapia, shiatsu etc.);
- Mínimo de seis serviços acessórios oferecidos em instalações no próprio *resort* (por exemplo: salão de beleza, babá, loja de conveniência, locação de automóveis, agência de turismo etc.).

Segundo a Cartilha do Ministério do Turismo (3), esse Novo Sistema Brasileiro de Classificação dos Meios de Hospedagem é constituído por meio da parceria entre o Ministério do Turismo e o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), que tem o intuito de regulamentar as leis e promover o controle e a fiscalização dos meios de hospedagem no Brasil, para divulgar informações e facilitar a escolha do turista com relação aos meios de hospedagem que deseje utilizar.

### **COMUNICAÇÃO E MARKETING**

A comunicação é uma ferramenta fundamental para as inter-relações, sendo a partir dela que se pode definir métodos e meios, bem como buscar estratégias de desenvolvimento seja social, econômico, cultural ou ambiental. Com base nisto, é fundamental que se tenha um planejamento estratégico de como essa comunicação deve ser explorada para assim realizar a divulgação de um produto ou serviço e ainda, que trabalhe de forma harmônica entre os envolvidos nesta.

O berço do marketing se encontra indiscutivelmente nos Estados Unidos da América (EUA), o primeiro país a difundir esta estratégia mercadológica (4). A sua difusão pelo mundo foi relativamente lenta, mesmo na Europa, o *marketing* só começou a ser aceito após a Segunda Guerra Mundial quando se começou a trabalhar estratégias de desenvolver e fomentar a atividade econômica.

O marketing na verdade, é fruto de um estudo baseado em diversas ciências, entre elas: Sociologia, Psicologia, Matemática, Antropologia, Estatística, Filosofia, tendo como objetivo conhecer o comportamento das pessoas e, a partir disso, satisfazer as necessidades e desejos de cada uma (5).

A partir disto entende-se que *marketing* é toda atividade e processo de planejamento em que consiste o desenvolvimento de um produto ou serviço. Desde a sua produção até sua pós venda, não se limitando apenas a imagem, mas focando no seu público, na sua promoção e no seu valor perante o mercado.

Para divulgação não só de empreendimentos hoteleiros como também de outros produtos e serviços, são utilizadas ferramentas de *marketing* para sua promoção, dentre as quais se destacam o uso das mídias sociais como, a internet como veículo de divulgação. Toda informação lançada na rede tem visibilidade mundial, sua propagação é dada em uma dimensão de segundos.

### **A COMUNIDADE DA PEDRA DO SAL**

A comunidade da Pedra do Sal tem como característica uma vida cotidiana ainda tradicional na qual grande parte da comunidade ainda utiliza a pesca para sua subsistência, bem como a prática de confecção de artesanato ou barracas na beira mar para assim garantir a renda familiar mensal.

Nesse aporte, a comunidade é uma aglomeração unida por aspectos em comum que interagem entre si de forma responsável. Conforme pode ser afirmado por Gabriel, 2010 (6):

Comunidade vem da palavra comum e significa que a terra e os recursos existentes nos lugares podiam ser usufruídos por todos, de acordo com as necessidades de cada um. No conviver comunitário primitivo tudo era comum a todos, não existia a propriedade privada, a apropriação era para suprir necessidades e todos assumiam responsabilidades. (Gabriel, 2010, p. 40).

Seus traços tradicionais ainda remetem um conhecimento vasto quanto, experiência de pescaria e artesanato. O alinhamento desta temática em relação a comunidade foi além de uma busca de informações por estudos técnicos sobre as informações repassadas quanto a instalação do *resort* na região, mas mostrou que a população sofre com oscilações de informações quando tratado qualquer instalação na região Nesse sentido, Gabriel, 2010 (6). aborda essa exclusão por meio da instalação de *resorts* em pequenas comunidades.

Esses territórios seletos, no Nordeste, na maior parte, implantam-se em litorais pouco habitados e ignoram sua população, pouco comprometidos com o lugar e com as pessoas. Quando muito, empregam a mão-de-obra barata e desqualificada, e de baixo nível escolar. Pessoas das localidades turísticas são aproveitadas, se capacitadas e preparadas com treinamentos específicos, embora, para muitos empresários, não interessa tal investimentos, assim, os melhores cargos de alto e médio nível são ocupados por pessoas de fora da comunidade (Gabriel, 2010, p 107).

Assim, pode-se identificar que estes são vulneráveis a informações defasadas sobre novos empreendimentos em ficam leigos e sofrem com as



alterações que estes provocam, não trazendo benefícios para a população, e quando os trazem referem-se a cargos inferiores.

No ano de 2014, foi noticiada nas mídias a instalação de um novo empreendimento na Praia da Pedra do Sal, trata-se de um *Resort* com uma ampla estrutura que busca atender um grande público e beneficiar a comunidade citada.

Gabriel, 2010 (6) diz que:

Têm destaque os *resorts* no litoral do Nordeste como meios de hospedagens com configurações espaciais elitizadas, localizadas preferencialmente em áreas naturais preservadas e, muitas vezes, distantes de áreas urbanizadas. São verdadeiros enclaves nas comunidades onde se instalam; formam um mundo isolado e utilizam uma variedade de estratégia para reter o turista, sem dar-lhes chances de sair desses ambientes, para divertimentos e consumos fora das dependências. E, como a oferta de atrativos é variada e cativante, o tempo do turista é todo ocupado, as pessoas são privadas de outros contatos e de liberdade, pois seu tempo foi roubado; suas relações cerceadas sem o perceberem. O diferencial dos resorts em relação aos hotéis é a localização na forma de enclaves que o grupo econômico denomina paradisíaco e tem, como frequentadores clientes de alto poder aquisitivo, que podem pagar pelo lazer de luxo (Gabriel, 2010, p 106).

O novo empreendimento será instalado nas imediações da comunidade provocando alterações no cotidiano e atividades que estes costumam realizar. Diante disso, buscou-se identificar quais as mudanças que estes novos empreendimentos provocam e, ainda, como a empresa se utilizou do *marketing* para inserir este empreendimento na comunidade, sua aceitação e suas expectativas quanto localidade que sofrerá alterações oriundas das novas instalações na região.

## **METODOLOGIA**

A metodologia desenvolvida para elaboração deste trabalho procurou identificar a compreensão das informações apresentadas, através da aplicação de questionários, dos moradores da comunidade que será envolvida com a instalação de novos empreendimentos.

Delimitou-se para o estudo a investigação da utilização do *marketing* turístico para a promoção de novos empreendimentos bem como a elevação da atividade turística no povoado da Pedra do Sal, Parnaíba – PI, utilizando como

referência a opinião dos moradores locais, sobre a construção do *Resort* na região.

Nesse âmbito, quanto às fontes para a abordagem utilizou-se as seguintes modalidades de pesquisa científica: pesquisa de campo, bibliográfica e documental. O trabalho foi desenvolvido inicialmente através de pesquisas bibliográficas em livros e artigos científicos relacionados à temática, bem como pesquisa na internet e pesquisa de campo, para que fossem feitas observações na implantação de *resorts* em outras regiões do Brasil.

Tendo em vista a abrangência desse empreendimento, este trabalho busca identificar esses impactos a partir da introdução destes novos empreendimentos e quais os meios de *marketing* que estão sendo utilizados para inserir estas informações na comunidade bem como a ideia de um novo e amplo segmento como este na região.

A pesquisa de campo foi realizada na Praia da Pedra do Sal, Parnaíba – PI, com aplicação de entrevistas semiestruturadas e aleatórias na comunidade, inicialmente na forma de pré-teste para identificar quais as perguntas viáveis para a identificação do objetivo da pesquisa, com um público de 10 pessoas, sendo todos moradores locais e alguns donos de estabelecimentos na beira-mar e pousadas presentes na região.

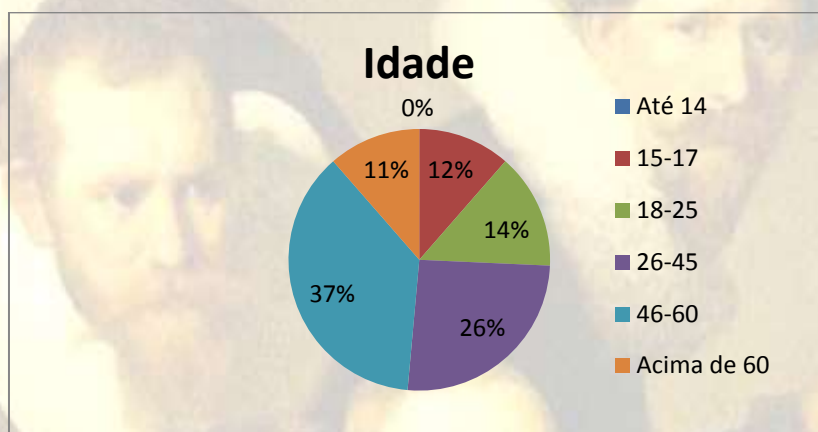
As entrevistas aconteceram no dia 29 de junho de 2014, posteriormente as perguntas foram adaptadas de acordo com a necessidade identificada durante aplicação para adequação e posteriormente realizada uma nova entrevista com um público de 25 moradores locais, donos de bares e restaurantes na beira-mar, no dia 06 de julho de 2014 buscando assim um melhor diagnóstico quanto ao marketing utilizado como ferramenta introdutória para a comunidade da Praia da Pedra do Sal sob a ótica da instalação de *Resort*.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Durante a pesquisa de campo, além da entrevista semiestruturada foram coletadas informações com moradores sobre a construção do empreendimento na Praia da Pedra do Sal, Parnaíba – PI, com isso foi possível identificar que a comunidade não está sendo envolvida como deveria neste processo.

Quando entrevistados sobre a idade, 37% responderam que possuíam entre 46 e 60 anos, 26% tinham de 26 a 45 anos, 14% de 18 a 25 anos e 12% de 15 a 17 anos (figura 1).

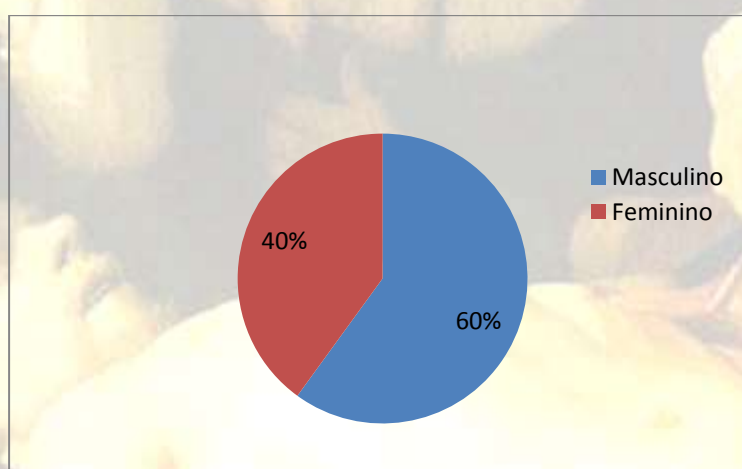




**Figura 1.** Distribuição dos entrevistados quanto à faixa etária.

Fonte: Pesquisa direta (2014).

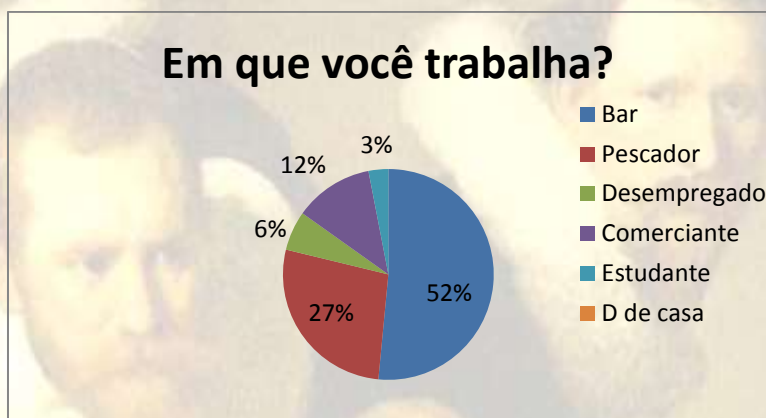
Entre os entrevistados, 60% eram do sexo masculino e 40% do feminino. Essa expressividade masculina pode ser explicada, pois em sua maioria são pescadores e donos de comércio (figura 2).



**Figura 2.** Distribuição dos entrevistados quanto ao sexo.

Fonte: Pesquisa direta (2014).

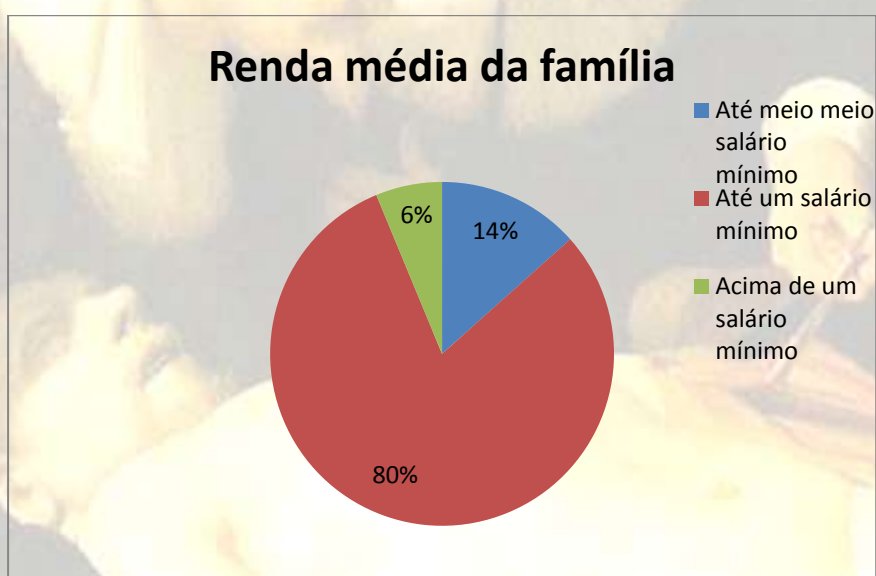
Quando entrevistados em relação ao tipo de atividade econômica 52% trabalham em bares, 27% são pescadores, 12% comerciantes, 6% estão desempregados e 3% são estudantes (figura 3). A expressividade dos trabalhadores em bares é explicada pela dificuldade de encontrar pessoas em suas residências no momento da pesquisa na Praia da Pedra do Sal.



**Figura 3.** Distribuição dos entrevistados quanto à ocupação.

**Fonte:** Pesquisa direta (2014).

Com relação à renda média da família os entrevistados responderam que 80% recebem até um salário mínimo, 14% até meio salário mínimo e 6% acima de um salário mínimo (figura 4).



**Fonte:** Pesquisa direta (2014).

**Figura 4.** Distribuição dos entrevistados quanto a renda familiar média.

Quanto ao questionamento do conhecimento sobre o resort/hotel que será instalado na região, 97% responderam que sim enquanto 3% não, fato esse que pode ser explicado pela divulgação por parte de mídias.

Com relação a forma de comunicação a cerca do *resort*: 91% ficaram sabendo através de pessoas, 6% pela internet e 3% através da TV, fato que



pode ser analisado pela extensão da comunidade, em que todos se conhecem e disseminam a comunicação através do *marketing* informal.

Quando questionados sobre a sensação de estar informado quanto à instalação, 76% disseram se sentirem informados sobre o que será instalado. Já 24% disseram que não.

Sobre os benefícios que o empreendimento trará a comunidade, 63% responderam que sim, enquanto 37% acham que não, fator esse que está atrelado a empregabilidade que o empreendimento pode proporcionar, porém algumas construções como essa preferem utilizar mão de obra qualificada de outros locais do que gastar com treinamento para a comunidade (7).

Quanto as informações repassadas sobre o empreendimento, 71% responderam que as informações não foram suficientes e 29% consideram que sim, ou seja, que pode ser explicado pelo motivo da comunidade não está inserida no processo de viabilização do empreendimento. Sobre o grau de satisfação das informações, 37% acharam bom, 29% péssimo, 26% ruim e 8% ótimo, conforme explicado na análise anterior pode-se inferir sobre a inserção da comunidade nesse processo de planejamento.

Portanto, foi possível identificar que a comunidade teve conhecimento sobre o empreendimento através do *marketing* informal, como pode ser mencionado o “boca a boca” e que acreditam que estarão inseridos, ou seja, que o *resort* trará benefícios para a comunidade. Assim, é necessário também que seja realizado a qualificação desses moradores para que possam ter melhores oportunidades de emprego.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Durante a construção deste estudo na comunidade da Pedra do Sal foi possível perceber que os moradores estão divididos, certa quantidade é contra e a outra é a favor da implantação do *Resort*, alguns moradores até fizeram a seguinte observação: não existe divulgação através das mídias sociais, o que há é apenas boca-a-boca entre as pessoas que frequentam a Praia. O que pode ser comprovado nas pesquisas quando verificada a ausência de informações em blogs, jornais, site da Prefeitura local, dentre outros.

Portanto, conclui-se que foi possível observar queo segmento *resort* é relevante em todo território brasileiro e encontra-se em processo de expansão. Novos empreendimentos vêm se instalando em áreas com vasta extensão de

meio ambiente preservado, principalmente em comunidades sem urbanização e outros estabelecimentos.

Esses empreendimentos utilizam especialmente as ferramentas de *marketing* de modo a promover o espaço de forma positiva sem levar em consideração a comunidade. Embora isto, é possível identificar a ineficiência deste marketing na inserção da comunidade como elo base deste empreendimento, pois a população sente uma exclusão da proposta de implantação deste empreendimento.

No entanto, quando tais empreendimentos são implantados nessas áreas, em sua maioria não envolvem os moradores locais, que em muitos casos ficam a margem da iniciativa, como foi identificado no objeto de estudo, sob a justificativa da falta de capacitação profissional, os profissionais são oriundos de outras áreas e a comunidade ainda ocupa cargos do setor de serviços gerais básicos.

Como solução, foram apontadas estratégias de divulgação com o uso das novas tecnologias, o uso do *marketing* de empreendimentos turísticos para promoção do espaço, elencando a essa promoção a capacitação dos moradores locais de comunidades autóctones, para que estes possam atuar nos mais variados setores do *resort* e com isso aquecer os aspectos socioeconômicos da região.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [internet]. 2010 Jun. Available from: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=220770&search=piaui|pa rnaiba>
2. Brasil terá 422 novos hotéis até 2016 [internet] 2014 Jun. Available from: [http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas\\_noticias/20131120.html](http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/20131120.html)
3. Serra, JP. Manual de teoria da comunicação [internet]. 2014 Jul. Available from: [http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20110824serra\\_paulo\\_manual\\_teorica\\_comunica cao.pdf](http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20110824serra_paulo_manual_teorica_comunica cao.pdf)
4. RICHERS, R. O que é marketing [internet] 2014 Jul. Available from: <http://www.novateceditora.com.br/livros/marketingradigital/capitulo9788575222577.pdf>
5. Coleção Gestão Empresarial. Marketing [internet] 2014 Jul. Available from: <http://www.novateceditora.com.br/livros/marketingradigital/capitulo9788575222577 .pdf>
6. GABRIEL, M. Marketing na Era Digital: conceitos, plataformas e estratégias. Novatec editora LTDA, 2010.
7. CORIOLANO, LN, M.T. Arranjos Produtivos Locais do Turismo Comunitário: Atores e Cenários em Mudança. Fortaleza: EdUECE, 2009.
8. Zenone, LC. Marketing estratégico e competitividade empresarial. [internet]. 2014 Jul. Available from: <http://www.novateceditora.com.br/livros/marketingradigital/capitulo9788575222577.pdf>



## TURISMO RURAL NA TERCEIRA IDADE: UMA INTERFACE POSSÍVEL NO OESTE DO PARANÁ

*Guilherme de Barros Melo<sup>1\*</sup>, Sara Ferreira de Lima Rapé<sup>2</sup>, Mauro José Ferreira Cury<sup>3</sup>.*

1. Especialista em Negócios e Economia do Turismo Internacional pelo Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (UDC). Pesquisador do grupo de pesquisa Turismo e Hospitalidade da Universidade do Oeste do Paraná. \*Correspondência: Avenida Brasil, 405, apto 108. Centro, Foz do guaçú (PR). CEP 85851-000. E-mail: guilhermearros.adm@gmail.com.

2. Especialista em Docência do Ensino Superior – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas. Docente no Ensino à Distância (UCD).

3. Pós Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Docente da Universidade Aberta Terceira Idade – UNIOESTE.

### INTRODUÇÃO

As práticas de atividades turísticas das pessoas idosas têm se destacado como uma das alternativas e estratégias para desenvolvimento dos destinos rurais. As fazendas, chácaras e sítios têm desenvolvido infraestrutura com acessibilidade e programações específicas para atender a população idosa. A promoção da boa qualidade de vida na idade madura excede os limites da responsabilidade pessoal e deve ser vista como um empreendimento de caráter sociocultural (1).

No Brasil a quantidade de idosos está cada vez mais significativa e isso desperta uma inquietação generalizada, pois se percebe que as sociedades ainda possuem a visão do idoso como um ser humano inútil, improdutivo e sem vitalidade(2). Porém, estudiosos apresentam por meio de pesquisas uma transformação demográfica, afirmando que os idosos estão se conscientizando do papel que ocupam na sociedade e buscam cada vez mais o convívio social.

O turismo rural é uma maneira de buscar tranquilidade com atividades específicas no campo como passear de cavalo, ordenhar vacas, colher frutos e hortaliças, atividades físicas como caminhadas de curtas distâncias, danças, banhos em águas termais. No meio rural é outro fator que implica na decisão de ir para o campo, em busca de experiências gastronômicas. Esse fato é uma tendência que vem aumentando nos tipos de turismo e maneira de praticar atividades turísticas. O desenvolvimento dessa tipologia no âmbito turístico está atraindo as pessoas a desconectarem-se das atividades e vínculos rotineiros do ambiente urbano buscando o campo para repouso.

Neste trabalho utilizou-se um levantamento de informações abordando a temática a respeito de turismo rural e obras que tratam a respeito do turismo da terceira idade. Utilizou-se pesquisa bibliográfica para desenvolver a base do tema

proposto, autores com definições e interpretações em relação a qualidade de vida, lazer na melhor idade por meio do turismo rural.

A metodologia aplicada pode ser considerada um estudo de caso com uma abordagem hipotética dedutiva, a qual buscou por aferir a percepção do público pesquisado. A técnica para a coleta de dados foi à aplicação de um questionário e entrevista junto a Coordenadora do Projeto “Idosos Conhecendo os Pontos Turísticos de Foz do Iguaçu Melhor Idade á Minha”.

O artigo tem o objetivo de investigar o surgimento de um grupo de idosos que praticam o turismo rural no município de Foz do Iguaçu. São atividades turísticas no campo dos municípios lindeiros, como: Santa Terezinha de Itaipu, Diamante do Oeste, Serranópolis do Iguaçu, todos localizados no oeste do Paraná. Os participantes do projeto social “Idosos conhecendo os pontos turísticos de Foz o Iguaçu” são turistas de baixa renda que buscam atingir o objetivo do projeto por meio de visitas à todos os pontos turísticos de Foz do Iguaçu e municípios vizinhos. Assim procuram praticar atividades no meio rural.

Pensando nos idoso de baixa renda, imagine-se qual seria as perspectivas de vida desses sujeitos que não possuem condições financeiras suficientes para poder realizarem atividades turísticas e/ou até mesmo de lazer?

Neste trabalho pretende-se conhecer melhor os benefícios do turismo rural para que os proprietários de empreendimentos rurais possam melhorar sua prestação de serviço para esse nicho de mercado. Logo, o objetivo desta investigação foi identificar as atividades de lazer nas áreas rurais aptas a melhorar a qualidade de vida dos idosos deste projeto.

## **TURISMO RURAL**

O turismo é o fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente, por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural (3).

Esse descanso e a tranquilidade da vida atrelada à natureza atraem desejos de vivermos de maneira mais alegre. O ar puro, natureza e a simplicidade da vida, são vistos como elementos purificados do corpo e do espírito poluídos pela sociedade industrial; o campo passa a ser reconhecido como espaço de lazer ou mesmo como



opção de residência (4). Toda essa paisagem natural proporciona uma fuga da realidade e a busca por uma vida vivida na simplicidade.

O turismo rural aparenta ser um termo novo, pois sua atividade é recente no Brasil. Para que haja um entendimento claro da conceituação do turismo rural, partimos do ponto que o mesmo está atrelado a realização de atividade de lazer em propriedades rurais. O homem urbano busca nesses locais resgatar suas origens culturais, contato com a natureza e a valorização da cultura local (5).

O Instituto Brasileiro de Turismo – Embratur incluiu algumas variedades a respeito desta maneira de se praticar turismo como: turismo diferente, turismo interior, turismo doméstico, turismo integrado, turismo endógeno, alternativo, agroturismo e turismo verde (6). Desta maneira as atividades são realizadas no meio ambiente, com práticas agrícolas, pecuárias e culturais.

Observa-se que esta atividade tem se destacado por meio da convivência com a rotina dos animais e da terra, no qual o visitante participa das atividades desenvolvidas no dia a dia do homem do campo. O turismo Rural está relacionado com os acontecimentos e conhecimentos rotineiros no meio rural e as atividades envolvidas na produção agropecuária.

Para que o conceito de turismo rural seja compreendido, é necessário entender que o mesmo está atrelado ao uso de termos como área, espaço, zona e meio aplicados ao rural, os critérios são para delimitar o urbano e o rural e compreender características e às transformações do espaço rural (7).

O Turismo Rural é uma expressão genérica que, na maioria dos países que acompanha as diretrizes europeias, é aplicada a qualquer forma de turismo no espaço rural (2,7). Esse tipo de turismo no Brasil está distribuído, concentrados em núcleos e adaptam-se á especificidades locais e regionais.

O turismo no meio rural deve ser uma atividade essencialmente difusa, diretamente relacionada com aspectos ambientais, e com especificidades inerentes a cada local. Nesse sentido, as estratégias devem se basear em economias de ‘gama’ ao invés de economias de escala, pois a ideia não é maximizar o número de turistas, mais ampliar as ocasiões de gastos dos mesmos (8).

Para aquelas pessoas que deixam uma rotina desgastante, na qual lutam contra o tempo para cumprir todas as suas atividades em seus hábitos diários dentre o mercado competitivo, o turismo rural é uma opção repleta de atividades que tranquilizam e relaxam com objetivo oportunizar o lazer. Desta forma uma paisagem

aconchegante, uma casa de fazenda, vacas pastando, uma caminhada entre campos e flores, um passeio a cavalo, são imagens inesquecíveis (9).

Os benefícios do turismo rural não são apenas para o turismo, pois possui fatores positivos para aqueles que desejam ter novas experiências, adaptando-se a novas rotinas no meio agropecuário. Assim, tem beneficiado os produtores e proprietários das fazendas de maneira positiva diversificando sua renda, tendo a possibilidade de investir em outras áreas do campo.

A geração de empregos, também é uma variante envolvida nessa área, pois com a renda provinda do turismo há a possibilidade de manter a família rural no campo e a contratação de pessoal para auxiliar nas atividades.

Além desses benefícios, também observamos que com a atividade do turismo rural, aumenta a consciência ambiental e valorização da cultura local, automaticamente promove-se a preservação do patrimônio natural e cultural.

### **TERCEIRA IDADE E TURISMO RURAL**

Ao se tratar dos incentivos que motivam os turistas a buscarem o meio rural como destino, observa-se: busca pela mudança de ambiente, o estilo de vida diferente ao que se está habituado, maior proximidade de contato com o meio ambiente, a socialização com pessoas com modos de vida simples em oposição ao padrão vivenciado no meio urbano e, ainda, um lugar singelo, que não tenha perdido sua originalidade com a massificação (10).

Em relação ao turismo da terceira idade, pode-se afirmar que os idosos, buscam motivação para se manterem ativos e interessados por suas realizações pessoais, buscam o turismo rural que faz com que os mesmos tenham esse momento de lazer em um ambiente prazeroso e simples. As atividades turísticas nos espaços rurais possuem um aspecto social, os idosos podem praticar atividades diversas em grupos.

A utilização do tempo livre contínuo em viagens organizadas especificamente para as pessoas da terceira idade poderá servir de estímulo para o relacionamento com os novos grupos, aumentando, conseqüentemente, o círculo de amizades. Proporciona assim uma “abertura” no universo cognitivo, novas vivências com outros modos de comportamentos, ou seja, uma ampla visão sobre lugares distintos do seu cotidiano e, como consequência, maior repertório de informações que facilita a sua própria comunicabilidade (11).



Os aspectos demográficos nos países desenvolvidos e nas regiões urbanas, rurais do Brasil, demonstram a tendência do envelhecimento da população, já que os idosos terão mais tempo para dedicar ao lazer após aposentadoria (12). A população idosa tem apresentado uma diminuição nas teorias de afastamentos consideradas pelos gerontólogos, de maneira que têm deixado o isolamento social para participar de novos círculos de amizades.

Estudos demográficos demonstram uma tendência de aumento da população idosa. Em 1999, estima-se que a população idosa mundial representava cerca de 600 milhões de indivíduos. [...] Destas, 335 milhões vivem nos países em desenvolvimento, países estes que terão a mais alta porcentagem do crescimento do número de idosos até 2050 (13).

A população idosa brasileira aumentou nos últimos anos, tal fato se deve a fatores que possibilitaram ao idoso as melhorias que vão desde a prática de atividades turísticas e físicas regulares aliadas a uma alimentação nutricional até a necessidade de convívio junto a outros idosos (13-2). Esse fenômeno acabou por aumentar a necessidade de conhecer/visitar novos destinos, sendo esses fatores um dos motivos que possibilitaram ao aumento das atividades turísticas (14).

A conceituação do turismo na terceira idade deriva-se de vários termos, no entanto é definido por muitos autores que se referem à população idosa. A denominação “terceira idade” teve origem na França, referindo-se ao surgimento de uma nova etapa da produção no curso de vida, a aposentadoria (15). Alguns idosos preferem utilizar o termo para o processo de envelhecimento denominado melhor idade. Para identificar essa fase da vida o termo terceira idade, foi utilizado pelo francês *Huet* e publicado pela primeira vez em 1962, na revista *Informations Sociales*, que dedicou na época um número da edição aos aposentados, e logo ganhou aceitação e adeptos, pois se referiu às pessoas idosas com apreço (16).

As novas tendências e perspectivas dos turistas idosos, têm se tornado um estilo de vida dentro das camadas da sociedade. Essa perspectiva de consolidação do turismo como uma necessidade social institucionalizada é que indica um crescimento irrefreável da atividade turística nos próximos anos (12-2). É de suma importância conhecer as necessidades e desejos dos turistas idosos. Desta forma ao mencionar sobre as motivações que levam os turistas a buscarem o meio rural como destinação, precisa-se que os espaços rurais estejam preparados para atender esse segmento (17).

A busca pela mudança de ambiente, e fatores como um estilo de vida diferente, maior proximidade de contato com a natureza, vivência com pessoas que possuem modos de vida simples em oposição ao padrão urbano, lugar bucólico, e que não tenha sofrido com a massificação e que possua originalidade, são fundamentais para a vida dos idosos no campo (10-2).

É importante salientar que os idosos não formam um grupo protegido, precisa-se estar atento e pensar como os idosos se apropriam dos espaços de lazer em destinos turísticos, ou seja, estruturar os espaços rurais de maneira que o idoso deixe o confinamento e a redução ativa de seus contatos sociais durante a velhice.

Assim as pessoas idosas, quando indagadas sobre seus relacionamentos sociais no campo, os descrevem como satisfatórios, encorajadores, escolhendo parceiros sociais mais prováveis na velhice, ou seja, escolhem para suas relações os amigos de longa data ou as pessoas amadas, porque elas têm maior probabilidade de oferecer experiências positivas.

O turista idoso no ambiente rural realiza atividades no campo com características voltadas para a tranquilidade, já que o ambiente transmite paz ao visitante, desta forma o mesmo realiza passeios, caminhadas, visitas nas áreas em que o agricultor realiza suas atividades, tudo isso faz com que o idoso se sinta motivado e com as energias renovadas.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O projeto social “Idosos Conhecendo os Pontos Turísticos de Foz do Iguaçu – Melhor idade a minha” iniciou-se em 5 de julho de 2005, o qual foi registrado no Instituto Cataratas do Iguaçu. O projeto já possui nove anos de existência, nos quais ajudou muitos idosos diretamente e indiretamente, pois está baseado de acordo com o Estatuto do Idoso conforme a Lei 10.741 e nas políticas públicas da assistência social. Oportunizando qualidade de vida através de atividades turísticas desenvolvidas para a população idosa da tríplice fronteira.

O projeto é destinado ao público a partir de sessenta anos no município de Foz do Iguaçu, tendo como objetivo principal promover ações sociais para determinados públicos como gestantes e idosos carentes. Com auxílio dos coordenadores dos Centros de Convivência do Idoso e Associação dos Moradores da cidade, decidiu-se iniciar o Projeto “Idosos Conhecendo os Pontos Turísticos de Foz do Iguaçu – Melhor Idade à Minha”, elaborado a fim de oportunizar acesso gratuito às atrações turísticas da



cidade como: Cataratas do Iguaçu, Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional, Parque das Aves, entre outros pontos turísticos.

Este projeto possui o seguinte objetivo: fomentar o lazer, a cultura, o entretenimento, o acesso à informação, a interação e inclusão social buscando qualidade de vida, enfatizando sempre os direitos e deveres dos idosos. Neste objetivo percebe-se a importância em promover qualidade de vida através de lazer com atividades físicas, artísticas e turísticas, tanto no campo como no ambiente urbano. Por meio das atividades turísticas os grupos de idosos conhecem novas culturas e obtêm acesso a informação, de maneira que a interação social entre outros grupos de idosos que também visitam a cidade causem um fluxo de informações, assim a inclusão social acaba com preconceitos definidos pela sociedade.

Também se baseia pelo seguinte objetivo específico: primeiramente promove visitas aos pontos turísticos de Foz do Iguaçu, e quando todos os idosos conhecerem atrações turísticas da cidade, a partir desse momento começam a viajar para outros destinos, como as cidades vizinhas no oeste do Paraná com práticas de turismo rural, de lazer, religioso entre outros tipos de. O meio rural tem sido presente na vida desses idosos sendo praticados nos municípios limítrofes do oeste do Paraná.

Os idosos interessados em se inscrever devem procurar a coordenação do projeto social para uma entrevista informal e responder ao questionário, preencher um formulário cadastral para terem os dados tais como: endereço e telefones para contato, e por fim ter os principais requisitos, que são: idade mínima de sessenta anos e ter a carteirinha do Sistema Único de Saúde (SUS).

Pode-se notar que são realizadas atividades turísticas todas as semanas, no mínimo uma viagem por semana conhecendo os pontos turísticos em Foz do Iguaçu ou viagens aos municípios vizinhos localizados na região oeste no Estado do Paraná. Os idosos participante do projeto social já visitaram todos os pontos turísticos de Foz do Iguaçu, nos quais os mesmos visitaram pela primeira vez algumas atrações turísticas, logo cumprido o objetivo de conhecerem os pontos turísticos do município, a coordenação promove viagens intermunicipais e internacionais, sendo em cidades agropecuárias que caracterizam zona rural.

Atualmente são atendidos 300 idosos inscritos, porém não são todos que participam das atividades desenvolvidas, pois 20% desistem pelos seguintes fatores: doenças, a falta de condições financeiras, a falta de apoio da família. As atividades físicas são realizadas em dois dias da semana: nas terças e quintas, com um

voluntário fisioterapeuta que desenvolve atividades como alongamentos e educação física para esse público.

Percebeu-se uma frequência significativa de viagens para o meio, são 4 viagens mensais, pois os idosos participantes têm demonstrado preferência por destinos rurais, como fazendas, chácaras, sítios. São elaboradas atividades turísticas como conhecer a gastronomia rural, pescaria, danças, caminhadas, passeios a cavalos, participação de palestras sobre educação ambiental e cultivo de hortaliças, flores. Em Foz do Iguaçu são promovidos circuitos rurais, o qual possibilita momentos de lazer em espaços urbanos.

As excursões de longas distâncias que são promovidas para esses idosos têm o período máximo de 24 horas, parte-sedo pressuposto de que uma atividade muito intensa pode provocar um desequilíbrio na saúde desse cidadão, uma vez que são viagens intermunicipais, interestaduais ou internacionais.

Os passeios são programados com antecedência para que a coordenação possa organizar o número de participantes e conseguir o traslado, pois dentre essas viagens às vezes a coordenação não consegue apoio de transportes, assim os idosos promovem eventos, como bazar para arrecadação de recursos financeiros.

Percebeu-se por meio de observações durante as viagens e acompanhamentos dentre todas as atividades realizadas por esses idosos que as mesmas resultam em benefícios a saúde física e mental. Os idosos alteram seu estado de humor, ficam mais agitados, alegres, as conversas são constantes e empolgantes.

Essas mudanças de comportamentos ocorrem devido à expectativa de conhecerem outro lugar e participarem dos bailes dançantes no campo. Para finalizar, a seguir o depoimento da Isabel Aparecida, uma iguaçuense com 60 anos de idade declara que: “Não tem explicação! É tudo de bom isso para minha vida. Jamais pensei em conhecer lugares e pessoas nessas festas nas fazendas. Pensava que iria morrer e não iria aproveitar essas maravilhas”.

Percebe-se no depoimento da Rita Domingues, iguaçuense, aposentada, com 65 anos de idade, relata que: “Lindo, lindo, lindo! Maravilha! Inesquecível! Quero sempre participar, pois desde quando comecei a frequentar o projeto, tive melhoras em minha vida como: durmo melhor, não me sinto mais sozinha”.

Diante das observações pode-se afirmar que as atividades de lazer no meio rural, certamente podem promover qualidade de vida na terceira idade, pois auxilia no controle de estresse, diminui a tendência a estados depressivos, ajuda na realização



das atividades de vida diárias, melhora o humor e o bem-estar físico, melhora o vigor físico, auxilia no sono, entre outros benefícios que aparecem na velhice.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O trabalho abordou um tema contemporâneo que vem apresentando novas perspectivas para o turismo. As tendências são evidentes na vida dos turistas idosos, pois aumentou o índice de procura por novas maneiras de se praticar atividades turísticas. Os idosos têm deixado a ociosidade e passam a utilizar o tempo livre para praticar turismo rural, ecológico, cultural buscando lazer e atividades turísticas voltadas aos mesmos.

O presente artigo apresentou um estudo de caso hipotético dedutivo, com intuito de investigar o Projeto social “Idosos Conhecendo os Pontos Turísticos de Foz do Iguaçu – Melhor Idade a Minha” na cidade de Foz do Iguaçu. Por meio de entrevista e observação, ou seja, diante das participações nas viagens constatou-se ao longo do processo investigativo, que o lazer se consigna num fator de socialização e melhor da qualidade de vida dos idosos que participam do projeto.

Percebe-se que o lazer nos meios rurais motiva os idosos a viver em movimento, situação em que deixam de ser considerados improdutivos e isolados, fazendo com que o aspecto físico, mental e social tenha um resultado favorável, reduzindo a incidência de doenças. Assim as atividades turísticas possibilitam novas interações e auxiliam na melhoria de qualidade de vida beneficiando a saúde física e mental.

No Estatuto do idoso o lazer é assegurado pela família, pela comunidade, pela sociedade e pelo poder público. Portanto, o direito sociocultural significa a responsabilidade de acesso e ampliação do universo de possibilidades a se desenvolver o lazer nessa faixa etária, por meio de resgate da cultura, manifestações populares, festa, brincadeiras.

Durante a pesquisa notou-se que o lazer e o entretenimento são fatores que permitem aos idosos a inclusão social nas zonas rurais por meio de atividades turísticas, físicas, artísticas entre outras desenvolvidas especificamente ao público idoso. Deixando-os mais ativos, pois aumentam seus círculos de amizade.

Por meio do depoimento de alguns idosos participantes do projeto e das atividades turísticas, foi constatada uma redução de doenças, situação de alguns idosos que frequentam o projeto, os quais começaram a participar das atividades realizadas

pelo projeto e com apoio de todos do grupo, mudou seu cotidiano, transformando sua vida com mais diversão e descontração.

Por ser um estudo de caso hipotético dedutivo, recomenda-se para futuras pesquisas, estudos qualitativos e quantitativos, utilizando outros métodos e técnicas de pesquisa, bem como comparar estudos de localidades e grupos diferentes.

## REFERÊNCIAS

1. NERI, A L. Desenvolvimento e Envelhecimento: Perspectivas Biológicas, Psicológicas e Sociais. Campinas, SP: Papirus.
2. CURY, M J F. O lazer e o turismo para aqueles (as) que vivem na escola da vida em que o mestre é o tempo. In CURY, M.J.F.; OLIVEIRA, R.C. e COENGA, R.E. As interfaces da Velhice na Pós-Modernidade: Avanços e desafios na conquista da qualidade de vida. Cascavel, PR. Edunioeste, 2013.
3. DE LA TORRE, O. El Turismo, Fenômeno Social. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
4. CARNEIRO, M J. Ruralidade: novas identidades em construção. In: Estudos sociedade e agricultura. Campinas: CEDES, Outubro de 1998, p. 26-52.
5. MOLETTA; V F; GOIDANICH, K L. Turismo Rural. Porto Alegre: SEBRAE/RS, 1999.
6. EMBRATUR, Turismo Rural. Disponível em: <<http://www.embratur.gov.br>>. Acesso em: 21 Agosto 2014.
7. TULIK, O. Turismo Rural. São Paulo: Aleph, 2003. – (Coleção ABC do Turismo).
8. SILVA, G D; CAMPANHOLA, C. Panorama do turismo no espaço rural brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL: Turismo no espaço rural brasileiro, 1999, Piracicaba. Anais. Piracicaba: FEALQ, 1999.
9. TROPIA, F. Turismo no meio rural. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1998. – (Coleção Pequena Empresa, 6).
10. RODRIGUES, A B. Turismo Rural: Interfaces entre o ecoturismo e o turismo rural/IN: ALMEIDA, J A. FROELICH, J. M. RIEDHL, M. Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável. 2ª edição. Campinas. Papirus. 2001.
11. BACAL, S. Laser e universo dos possíveis. São Paulo: Aleph, 2003.
12. DIAS, R. Planejamento do Turismo: Política e Desenvolvimento do Turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.
13. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Projeção da população do Brasil pro sexo e idade: 1980-2050. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em :<<http://teen.ibge.gov.br/noticias-teen/2846-a-vez-da-terceira-idade>>. Acesso em: 21 setembro 2014.
14. MELO, G B. Pesquisar o surgimento e relatar ações realizadas elo Projeto “Idosos Conhecendo os Pontos Turísticos de Foz Do Iguaçu - Melhor Idade A Minha. Monografia em Turismo pelo Centro Universitário Dinâmica das Cataratas. Paraná 2014.
15. RUSCHMANN, D V M; SOLHA, K T. Turismo e Lazer para a pessoa idosa. Barueri – SP: Manole, 2012.
16. SENA, M F A; GONZÁLEZ, J G T; ÁVILA, M A. Turismo da terceira idade: análises e perspectivas, 2007.
17. ANSARAH, M G. Turismo – Segmentação de Mercado. 2ª ed. São Paulo: Futura, 2000.
18. ANSARAH, M. Como aprender turismo – Como ensinar. São Paulo: Editora Senac, 2000.



## **AÇÕES E PERCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA MUNICIPAL JOÃO BATISTA COSTA EM ILHA GRANDE (PI).**

*Fabício Freitas dos Santos<sup>1\*</sup>, Mayara Maia Ibiapina<sup>2</sup>.*

1. Graduado em Pedagogia, Universidade Estadual do Piauí (UESPI). \*Correspondência. Rua Castelo, 822 – Parnaíba (PI). CEP: 64.000-200. E-mail: fabryson@gmail.com.

2. Graduada em Turismo e Mestranda em Sociologia. Universidade Federal do Piauí (UFPI).

### **INTRODUÇÃO**

Em um mundo globalizado, em constante crescimento econômico e populacional, os recursos naturais são os bens mais preciosos de nosso planeta. Contrapondo-se a uma relação de difícil forma de utilização desses recursos por meio do homem, onde neste, está de forma mais arraigada os sentidos natos de ganância antes mesmo de sobrevivência. Luta esta, agora travada pela humanidade de forma emergencial e sem escolhas, repasses e esperas. Diversas formas e ações são aplicadas por todas as pessoas e regiões do mundo, a fim de se adaptarem e obterem resultados a pequeno e médio prazo, em relação às questões ambientais. Para isto na esfera da educação, uma das ações se faz através do ensino da Educação Ambiental (EA).

Natureza e Sociedade mantêm diversos e diferentes mecanismos de trocas e de interações. A maneira como ocorrem podem ser percebidos, representados e explicados pelos sistemas de conhecimento científico ou não(1).

A interdisciplinaridade é um efeito do conhecimento sobre uma ordem de fenômenos. Mas não é um conhecimento que se limita ao resultado das disciplinas científicas, consideradas isoladamente uma das outras. Ao contrário onde cessa o conhecimento disciplinar, começa a construção desse *plus* que não está de antemão (1).

Esta pesquisa teve como objetivo geral, mostrar, que é possível trabalhar com a Educação Ambiental (EA) de forma interdisciplinar, a temática APA (Área de Proteção Ambiental) inserida nos temas transversais ambientais.

Para o alcance do objetivo proposto dentro da temática, tentamos focar em atividades que estimularam um contato maior com a região de abrangência da APA Delta do Parnaíba. Uma vez que a região da APA se caracteriza como grande laboratório de aprendizagem onde os estudantes de escolas de ensino fundamental e médio podem ter acesso à informação e experiência prática em ambientais naturais e culturais diversificados e inseridos no contexto da aprendizagem formal de cada grupo.

Com base nos dados obtidos sobre os aspectos ambientais, apontam que os estudantes apresentam o entendimento quanto ao significado do que seria uma área

de proteção ambiental, mesmo assim havendo a necessidade da inserção de mais informações sobre conceitos, biodiversidade e importância, nas ações a serem desenvolvidas em EA. E ainda foi possível verificar a percepção do ambiente em que vivem. A partir dessas observações, é possível traçar metas e caminhos que contribuam para o alcance dos objetivos propostos, a sensibilização, formação de agentes multiplicados e a preservação e conservação ambiental na região.

### **EDUCAÇÃO AMBIENTAL: POLÍTICAS E PERSPECTIVAS NO BRASIL**

Dez anos após a conferência de Tbilisi (1977), no Brasil, o Plenário do Extinguido Conselho Federal de Educação aprovou, o Parecer 226/87: da inclusão da Educação Ambiental como conteúdo a ser explorado nos currículos de 1º e 2º grau (atualmente, ensino fundamental e ensino médio), apontando as bases conceituais da Educação Ambiental no Brasil. Esse parecer é um documento de grande valor para a História da Educação Ambiental, já que ele entende e dissemina a ideia de que essa educação deverá se iniciar a partir da escola, em uma abordagem interdisciplinar, levando até a população, entendimentos dos fenômenos ocorridos devido às circunstâncias da degradação do ambiente.

Outra referência muito importante para Educação Ambiental no Brasil é a lei 9.795/99 de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Em seu artigo primeiro ela define o que se entende por Educação Ambiental.

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade controlem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (2).

Nesta lei a educação ambiental, vem como um componente essencial e permanente da educação nacional, e que esta deve estar presente em todos os níveis e modalidades de ensino, na educação formal e não-formal.

Já o Plano Nacional de Educação (PNE) Lei nº. 10.172/2001 (3), em seu artigo 28, afirma que a educação ambiental deve ser abordada como tema transversal dizendo: “A educação ambiental, tratada como transversal, será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em conformidade com a Lei nº 9.795/99” (2). Estas leis norteiam a educação nacional no que diz respeito à Educação Ambiental.



A Educação Ambiental se dá pelo processo de conscientização, que leva a sensibilização do aluno com a sociedade em prol do meio ambiente, percebendo, refletindo e agindo diante dos problemas ambientais, e principalmente, participando na busca de soluções. Assim o aluno desde cedo pratica a educação ambiental, sendo preparado como agente transformador, que através do desenvolvimento de habilidades, formação de atitudes, conduta ética, exerce a cidadania. Para a prática dessa educação, alguns princípios acontecem espontaneamente de forma sincronizada e gradativamente. São eles: sensibilização, compreensão, responsabilidade, competência e cidadania.

O princípio do pensamento ambiental se dá pelo ato de comover-se, onde o indivíduo vem a refletir sobre suposto problema ambiental. Em seguida, o princípio da compreensão, onde toma conhecimento da situação ambiental que se encontra, além de conhecer mecanismos que regem os meios naturais. Então, a responsabilidade, onde acontece o reconhecimento do ser humano como parte principal da situação. Logo vêm a competência, na qual o indivíduo vem a ter a capacidade de avaliar e agir efetivamente diante a situação. Assim, alcançando a cidadania, a qual o indivíduo participa ativamente, resgata os direitos, e promove uma nova ética capaz de conciliar o ambiente e a sociedade. Praticando a cidadania, ele busca solução para os problemas ambientais, procurando resolver da melhor forma.

A Conferência de Belgrado, promovido pela UNESCO de Em 1975, definiu a educação ambiental como sendo um processo que visa:

Formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e com os problemas com ele relacionados, uma população que tenha conhecimento, competências, estado de espírito, motivações e sentido de empenhamento que lhe permitam trabalhar individualmente e coletivamente para resolver os problemas atuais, e para impedir que eles se repitam (4).

Carta de Belgrado constitui-se em um dos documentos mais lúcidos e importantes gerados naquela época. Esse documento fala sobre a satisfação das necessidades e desejos de todos os cidadãos da Terra. Propõe temas que falam que a erradicação das causas básicas da pobreza como a fome, o analfabetismo, a poluição, a exploração e dominação, devam ser tratados em conjunto. Nenhuma nação deve se desenvolver às custas de outra nação, havendo necessidade de uma ética global, entre outros, finalizando com a proposta para um programa mundial de Educação Ambiental.

Com o resultado da Carta de Belgrado, em 1976, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), em parceria com a Universidade de Brasília, viabilizou o primeiro Curso de Extensão para professores do 1º grau. O objetivo desse curso foi o treinamento e reformulação do currículo nas escolas do Distrito Federal das disciplinas de Ciências Físicas e Biológicas, introduzindo assim o tema ambiental, priorizando a relação do homem com o meio ambiente. Levando em consideração a relevância do tema, a partir desse momento, vários projetos com o mesmo tema, surgiram pelo país.

Até então, o trabalho em educação ambiental nas escolas, era desempenhado por professores que lecionavam nas matérias geografia e ciências, entretanto, hoje percebemos a importância de todos os docentes das demais disciplinas, como o papel de envolverem-se na tarefa de formar alunos conscientes das questões ambientais, dessa forma o professor assume a postura de comprometimento tanto com o aluno, como com o futuro das gerações, trabalhando a temática de forma interdisciplinar, não se limitando a determinadas disciplinas, mas estendendo para outras disciplinas, assumindo assim, como um Tema Transversal.

A Educação Ambiental deve ser praticada no dia-a-dia da escola, para que os alunos compreendam sua importância, sua aplicabilidade, conforme as necessidades locais, expandindo o espaço escolar, aplicando no ambiente de cada indivíduo. Assim, o papel da escola é de formação da consciência de cidadania e de luta dos direitos.

O pensamento do professor deve sempre passar por transformações e reconstrução, levando então esses profissionais da educação, a compreender as questões ambientais, que envolvem vários fatores, não somente nas dimensões biológicas, químicas e físicas, mas em decorrência das questões sociopolíticas. Devem sempre buscar atualização e conhecimento sobre temas relevantes, criar uma consciência pautada na reflexão contínua, para poderem mediar a aprendizagem de temas ambientais; procurando uma assimilação de qualidade. A educação ambiental vem sendo aplicada através de projetos criativos, interessantes, que despertem a participação dos alunos e melhor entendimento sobre suas ações e as consequências, bem como integrados aos temas principais.

A Educação ambiental não pode ser falada, sem citar os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), desenvolvidos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). Não só a temática Meio Ambiente, mas também outros temas como saúde, ética, orientação sexual e pluralidade cultural são temas transversais dos PCNs, os quais exigem a realização de um planejamento a ser trabalhado de forma interdisciplinar.



Os PCNs propõem reorientação curricular, redefinem a função social da escola em uma construção de cidadania, englobando a Educação Ambiental como tema que deve ser incluído transversalmente em todas as disciplinas.

Assim sendo, Guimarães (5) desta que:

A EA se realizará de forma diferenciada em cada meio para que se adapte às respectivas realidades, trabalhando com seus problemas específicos e soluções próprias em respeito á cultura, aos hábitos, aos aspectos psicológicos, às características biofísicas e socioeconômicas de cada localidade. Entretanto, deve-se buscar compreender e atuar simultaneamente sobre a dinâmica global; ou seja, as relações que aquele ecossistema local estabelece com os ecossistemas vizinhos e com o planeta Terra como um todo, e também as relações políticas e econômicas daquele local com o exterior (5).

De acordo com Guimarães (5), os PCNs tornam os conteúdos da EA instrumentos de reflexão para uma ação objetiva, em que o educador é o responsável em introduzir em suas práticas pedagógicas, normas e estratégias de forma interdisciplinar. A proposta de transversalidade não só trata de forma integrada temas de relevância social, como também coloca um novo desafio aos discentes, dando espaço a inovação e criatividade, enaltecendo a busca de novos caminhos para a prática pedagógica, exigindo a implementação ativa dos professores e alunos.

Com o tema Meio ambiente é possível levar à escola a necessidade de adquirir novas informações e conhecimentos, em que seja possível desenvolver um trabalho adequado junto a discentes e docentes, contextualizando em um processo de aprendizagem. Os PCNs, por sua grande significância, devem servir como manuais aos professores, indispensáveis pela sua contribuição nas propostas relevantes, pautando-se na questão da cidadania.

### **ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) DO DELTA DO PARNAÍBA**

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) (6), Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e o Decreto Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, em seu artigo 15, a Área de Proteção Ambiental (APA) é:

[...] uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (6).

A APA Delta do Parnaíba foi criada através do Decreto S/N de 28 de agosto de 1996, compreendendo um perímetro de 460.812 metros e uma área de aproximadamente 313.800 hectares, abrangendo os municípios de Luís Correia, Ilha Grande do Piauí e Parnaíba, no estado do Piauí; Araisos e Tutóia, no estado Maranhão; Chaval e Barroquinha, no estado do Ceará, além de águas jurisdicionais. Seus principais objetivos são: proteger os deltas dos rios Parnaíba, Timonha e Ubatuba, com sua fauna, flora e complexo dunar; proteger remanescentes de mata aluvial; proteger os recursos hídricos; melhorar a qualidade de vida das populações residentes, mediante orientação e disciplina das atividades econômicas locais; fomentar o turismo ecológico e a educação ambiental; preservar as culturas e as tradições locais (7).

Inserida na APA Delta do Parnaíba, tem-se a Reserva Extrativista (RESEX) Marinha do Delta do Parnaíba, criada através do Decreto S/N de 16 de novembro de 2000, como forma de disciplinar a captura do caranguejo uçá (*Ucides cordatus*) e diminuir danos ambientais, devido à intensa exploração desta espécie como recurso econômico-social. Esta Unidade de Conservação (UC) compreende parte dos municípios de Ilha Grande, no estado do Piauí, Araisos e Água Doce no estado do Maranhão, totalizando cerca de 27.000 hectares (8).

## **METODOLOGIA**

A escola Municipal João Batista Costa, fica localizada no Centro da cidade de Ilha Grande (PI). Trabalha desde a educação infantil ao ensino fundamental; atendendo crianças no horário de sete horas às onze horas da manhã e das treze horas às dezessete horas da tarde de segunda a sexta-feira. A instituição apresenta estrutura física adequada para seu pleno funcionamento, além de suas salas de aula, possui uma diretoria/ secretaria, sala dos professores, biblioteca, banheiros, pátio amplo para a realização de atividades lúdicas e recreativas, cantina e refeitório.

A escola tem como filosofia o respeito ao ser humano, ou seja, o aluno como pessoa e sua família em primeiro lugar. As questões ambientais são constantemente trabalhadas, desde a implantação do ensino infantil, tornando tema sempre aplicado em sala ou em projetos desenvolvidos, participações em ações de responsabilidade social e ambiental constantemente fizeram parte do planejamento da escola.

A pesquisa caracterizou-se como estudo exploratório - descritivo como argumentam Cerro e Bervian (2002, p.69). "Tal estudo tem por finalidade familiarizar-



se com fenômeno ou obter uma nova percepção do mesmo e descobrir novas ideias sobre o mesmo” (9).

Utilizou-se ainda de uma busca de campo com a finalidade de conseguir maiores informações e conhecimento do problema inquerido, e pesquisa bibliográfica e documental constituída e desenvolvida a partir de livros e artigos científicos, de acordo com Gil (1991) (10).

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi feito um convite à direção da escola e posteriormente para a coleta de dados foram aplicados questionários semiestruturados com 10 (dez) questões fechadas com múltipla escolha (10). Estes foram aplicados aos alunos do ensino fundamental, e a amostra foi constituída por 70 (setenta) alunos, sendo que estes tiveram livre escolha de participarem da pesquisa, como colaboradores.

Os alunos participantes receberam as instruções necessárias, para responderem aos questionamentos, referentes ao perfil do aluno, como por exemplo, idade, sexo e série; conhecimento epistemológico e geral sobre a Área de Proteção Ambiental e ainda sobre conhecimento geral ambiental. A partir do momento que receberam os questionários não puderam mais se comunicar, salvaguardando os reais resultados e preservando o conhecimento individual. Os dados coletados tiveram tratamento de estatística simples sendo representados em tabelas.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A educação ambiental, se trabalhada desde cedo, traz resultados benéficos e conhecimento que resultarão em um desenvolvimento ambiental, social e econômico. Dos alunos da Escola Municipal João Batista Costa, que responderam aos questionamentos (70 alunos), a maioria é do sexo masculino, 68% e 34% do sexo feminino. Os alunos têm idade entre 7 aos 13 anos e fazem parte do Ensino fundamental do 1º ao 5º ano (Tabela 1). Estes alunos trabalham com material didático em que a Educação ambiental vem como tema transversal e os professores são capacitados e desenvolvem constantemente atividades e projetos na área ambiental, a qual utilizam os aspectos relevantes à APA como norteadores de parâmetros locais e globais.

**TABELA 1.** Perfil da Amostra.

<b>Sexo</b>	<b>Feminino</b>	<b>Masculino</b>
	34%	68%
<b>Idade</b>	6 A 13 Anos	
<b>Escolaridade</b>	1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental	

Quando questionados em relação ao seu município fazer parte de uma Área de Proteção Ambiental (APA), a maioria tinha este conhecimento (68% dos alunos) e uma minoria (2% dos alunos) não respondeu. Talvez por já terem trabalhado com o tema abordado a associação foi facilitada.

Os alunos disseram que tinham um conhecimento em relação ao significado de APA, 81% responderam que sim, 17% não sabiam o que era, embora soubessem que residiam em uma APA e somente 2%, não responderam. Já que os alunos relataram conhecer o que significa uma APA, fizemos a seguinte pergunta: qual o significado da sigla APA, 82% responderam corretamente o significado, a Tabela 2 apresenta as respostas equivocadas mais prevalentes.

Sobre o objetivo da Área de Proteção Ambiental (APA), dos 70 alunos entrevistados, 88% tinham o conhecimento, pela maioria dos alunos já terem trabalhado a relevância da área, facilitando o contexto. (Tabela 2).



**TABELA 2.** Aspectos Relevantes a Temática APA

QUESTIONAMENTO		SIM	NÃO	NÃO RESPONDEU
No município que você reside tem APA?		98%	2%	
Você sabe o que significa APA?		81%	17%	2%
O que significa a sigla APA?				
	Associação de Pais e Amigos	Área de Proteção Ambiental	Associação de Proteção Ambiental	Área de Projetos Amazônicos
	0%	82%	15%	3%
Qual o objetivo da APA?				
	Desmatar Conscientemente	Unir Espécies nativas	Proteger os biomas naturais	Proteger os animais selvagens
	0%	5%	88%	7%
Você acha importante a APA em seu município?				
SIM			NÃO	
100%				

Os trabalhos desenvolvidos no âmbito sócio-ambiental com estes alunos deram à capacidade de obtenção destes conhecimentos, bem como, saber da importância de fazer parte de uma Área de Proteção Ambiental para seu município, sendo que houve unanimidade quanto a esta questão, todos os 70 alunos responderam positivamente.

A Tabela 3 evidencia que, os alunos demonstraram participar de ações ambientais em seu dia-a-dia. Ações como: reciclar o seu lixo, economizar água, uso de lâmpadas econômicas e, sobre a participação comunitária na área ambiental: 43% participam de 2 ações (Tabela 3). Os autores Pelicione e Ribeiro (11) obtiveram resultado parecido em relação à adequada disposição do lixo (44,6%) onde foi a resposta mais frequente em seus resultados, semelhante a este resultado obtido na referente pesquisa. Isto mostra que quando trabalhada a conscientização ambiental no ambiente escolar, estas ações refletem na sociedade, formando cidadãos mais educados ambientalmente e que salvaguardarão as gerações futuras quanto ao equilíbrio do Planeta Terra, na manutenção e fornecimento do que necessitamos.

Todos os alunos da Escola Municipal Batista Costa participam ou participaram de projetos ambientais.

**TABELA 3.** Referente aos Aspectos Ambientais

<b>QUESTIONAMENTO</b>				
Qual das ações você desenvolve em sua casa para proteger o meio ambiente?				
	Recicla lixo	Economiza água	Usa lâmpadas econômicas	Nenhuma
	20%	61%	12%	7%
Você já participou de algum projeto ambiental em sua escola?				
JÁ PARTICIPARAM			NÃO PARTICIPARAM	
100%				

A solução para os problemas ambientais deve ser pensada / implantada para a rua, bairro etc até chegarmos ao planeta; pode-se começar com um simples gesto de não jogar um papel de bombom no chão ou quem sabe, até um grande movimento público em favor ao Meio Ambiente. Mas para que isto aconteça, a comunidade, começando pela escola e chegando à sociedade de modo geral, deve estar ciente de que ela faz parte de um todo, e deve além de tudo estar interessada na solução da problemática ambiental, nunca esquecendo que estamos dentro de um ciclo ecológico no qual se fizermos mal a uma árvore em um dado momento, no futuro sentiremos as consequências desse feito (12).

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A educação de uma maneira geral é um grande desafio. E uma Educação Ambiental em caráter particular, comprometida com a construção de uma identidade planetária em cada pessoa, não devendo estar apenas ligada à transmissão de conhecimentos acerca do meio ambiente, mas sim deve conscientizar o indivíduo desde as séries iniciais a ser um cidadão preocupado com o mundo, consciente e apto em suas práticas ambientais cotidianas, visando garantir um meio ambiente saudável e uma boa qualidade de vida.



É necessário trabalhar a temática de Educação Ambiental, de acordo com a realidade do local, para que juntos possamos relacionar os fatos do dia a dia para tentarmos solucioná-los. É preciso pensar globalmente, mas agir localmente.

O percurso traçado por esta pesquisa foi um desafio que começou a partir de observações, em que tinha como objetivo mostrar, que é possível trabalhar com a Educação Ambiental (EA) de forma interdisciplinar, a temática APA (Área de Proteção Ambiental) inserida nos temas transversais ambientais.

Durante os dias em que a pesquisa foi realizada não houve dificuldades no acesso à escola e ao professoreas, pois tanto a direção da instituição como os docentes e discentes foram receptivas durante todo o período de realização do trabalho.

Faz-se necessário um conhecimento amplo e não fragmentado de concepções ético-ambientais de práticas educativas que propiciem uma compreensão real e crítica da situação atual numa visão global, para com isso desperte atitudes que visem dinâmicas e sensibilização, cuja participação envolva todos: escolas, professores, alunos, família e comunidade.

Levando em consideração os resultados da análise aplicados aos alunos, pôde-se observar que os mesmos possuem grandes informações há respeito sobre os recursos naturais da região, bem como sobre iniciativas de como preservá-los, o que se torna fundamental, visto estarem inclusos numa Área de Proteção Ambiental. Além disto, de maneira geral, demonstraram estarem alheios a outros problemas ambientais relacionados com a cidade de Ilha Grande do Piauí, tais como poluição de água e lixo. Essa realidade, porém, poderá e deverá ser modificada a partir da base, com educação direcionada ao meio ambiente realizada nas escolas, ainda que exista de forma isolada. Essa realidade da Educação Ambiental nas instituições de ensino é muito importante visto que essas instituições são formadoras de opinião.

Nosso trabalho de investigação não é algo que se encerra por aqui, não é definitivo e nem tampouco está acabado, pois educar ambientalmente significa estar constantemente envolvido em um processo contínuo que apenas vai se transformando com o passar do tempo e assim vai evoluindo.

## REFERÊNCIAS

1. Floriani D. Conhecimento, meio ambiente & globalização. Curitiba: Juruá; 2004.
2. BRASIL. Política Nacional de Educação Ambiental. Lei 9795/99, de 27 de abril de 1999. Que dispõe sobre a educação ambiental [Internet]. [Acesso em mar de 2015]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm).

3. BRASIL. Plano Nacional de Educação. Lei nº. 10.172/2001, [Internet]. [Acesso em mar de 2015]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0067.pdf>.
4. Dias GF. Educação Ambiental: princípios e práticas. São Paulo: Gaia; 2000.
5. Guimarães M. A dimensão ambiental na educação. Campinas, SP: Papyrus; 1995.
6. Brasil (2006) República Federativa do Brasil. MMA – Ministério do Meio Ambiente. Nº 9.985, de 18 de Julho de 2000 e Decreto Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. SNUC. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. 6ª Edição.
7. Brasil. Decreto s/n, de 28 de agosto de 1996. Criação da Área de Proteção Ambiental (APA), denominada Delta do Parnaíba. 1996.
8. Brasil. Decreto s/n, de 16 de novembro de 2000. Criação da Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba. 2000.
9. Cervo AR, Bervian PA. Metodologia Científica. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall; 2002.
10. Gil AC. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas; 1991.
11. PELICIONI, A. F.; RIBEIRO, H. Percepções e práticas de estudantes a respeito de meio ambiente, problemas ambientais e saúde. s.d. [internet]. [Acesso em Ago de 2015] Disponível em <[www.bvsde.paho.org](http://www.bvsde.paho.org)
12. Filho HOM, Queiroz DR, Guerra RAT, Pereira MG, Sibrão EAR. Educação Ambiental Para Um Futuro Melhor: Formação De Uma Consciência Cidadã e Ambiental na Escola Pública. UFPB-PRG XI Encontro de Iniciação à Docência. [Internet]. [Acesso em Nov de 2015] Disponível em: [http://www.prac.ufpb.br/anais/xenex\\_xienid/xi\\_enid/prolicen/ANAIS/Area5/5CCENDSEP LIC01.pdf](http://www.prac.ufpb.br/anais/xenex_xienid/xi_enid/prolicen/ANAIS/Area5/5CCENDSEP LIC01.pdf).



## **PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL ATRAVÉS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UM RELATO DO PROJETO LAÇOS DE CIDADANIA LITORAL DO PIAUÍ.**

*Brenda Cristina de Melo Cornélio<sup>1\*</sup>, Ana Claudia dos Santos Barros<sup>1</sup>, Simone Cristina Putrick<sup>2</sup>.*

1. Curso de Turismo. Universidade Federal do Piauí (UFPI). \*Correspondência: Avenida São Sebastião, 2819, Reis Velloso. Parnaíba – Piauí. E-mail: brendacornelio@hotmail.com.

### **INTRODUÇÃO**

A Universidade Federal do Piauí (UFPI) entende que são nas academias onde, primeiramente, são discutidas e valorizadas as inovações científico-tecnológicas das várias áreas do saber, indicando que a Universidade é um centro de produção dinâmico, onde seus meios e métodos projetam um novo fundamento cultural na sociedade para a construção de uma nova ordem internacional de transrelação entre os povos, independentemente de suas diferenças ideológicas, econômicas, sociais, culturais e raciais.

O PDI (1) - Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPI, tem como foco principal, a formação e educação orientadas por uma visão "a longo prazo" e não somente a qualificação técnico-profissional ou adaptação às necessidades imediatas do mercado de trabalho. Segundo tal plano, "A Extensão é a forma de articulação entre universidade e sociedade por meio de diversas ações. Como o próprio nome sugere, é estender a universidade para além dos seus muros, interagindo com a comunidade, visando à troca de saberes. Assim se constrói uma universidade pública de qualidade." Pode-se então concluir que a extensão é uma forma de interação que existe entre a universidade e a comunidade na qual está inserida, uma espécie de ligação permanente entre a universidade e a sociedade, uma ferramenta de troca de conhecimentos.

O presente artigo tem o objetivo de mostrar os resultados alcançados através das atividades desenvolvidas pelo projeto e também, destacar a importância dos projetos de extensão universitária para a formação acadêmica dos alunos e para a melhoria de uma comunidade.

### **O PROJETO E O CONTEXTO SOCIOECONÔMICO**

O Projeto aprovado e implementado pela UFPI - Campus de Parnaíba, conforme Edital MEC/PROEXT 2014, foi realizado no período de janeiro a dezembro de 2014.

Tem como área de estudo o Polo Costa do Delta, que compreende os municípios piauienses de Parnaíba, Luís Correia, Ilha Grande e Cajueiro da Praia, e se aplica às comunidades que sobrevivem da atividade pesqueira nesta área litorânea.

Esse projeto teve como objetivos consolidar, fortalecer e promover a continuidade da Rede Solidária de pescado entre pescadores artesanais, consumidores, empreendimentos turísticos, universidade e entidades envolvidas com a produção e comercialização solidárias de pescado no litoral do Piauí; proporcionar a melhoria da renda, as condições e a qualidade do trabalho das famílias envolvidas através da economia solidária e da pesca; promover o resgate cultural para incentivar o processo de continuação da atividade pesqueira dentro das comunidades; gerar indicadores e referenciais técnicos e científicos; promover a segurança e soberania alimentar para o exercício pleno da cidadania. Também, buscou contribuir com a formação acadêmica dos discentes dos cursos de Bacharelado em Turismo, Engenharia de Pesca e Ciências Econômicas, preparando-os para prestarem serviços que beneficiem as comunidades, para promover a sua reflexão sobre os problemas sociais existentes e preparação profissional para o mercado.

O projeto teve sua justificativa baseada em dados apresentados no Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba (PLANAP), do Ministério da Pesca e Aquicultura. O PLANAP (3). Trata do estudo das vocações produtivas e das dinâmicas de desenvolvimento desses espaços. Foram identificados a pesca, o turismo e o artesanato como vocações econômicas.

De acordo com os dados fornecidos pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (2), o volume de produção da pesca extrativa no estado do Piauí em 2010 e 2011 foi de 5.125,2 toneladas (t) e 6.419,8 t respectivamente, o que demonstra que houve considerável acréscimo na produção de pescado no Estado.

## **PROPOSTAS DESENVOLVIDAS**

Segundo o relatório final do projeto, a primeira ação desenvolvida foi a apresentação dos objetivos do projeto para o público-alvo, as Associações, Cooperativas, Colônias e também demais instituições com interesses em comum com o projeto, como Sindicatos, Poder Público dos quatro municípios e empresariado destas localidades, bem como Organizações não Governamentais (ONG's) e que já vem desenvolvendo projetos na região do litoral piauiense. Após esta etapa foi formado o Comitê Gestor a partir de um consenso entre os participantes das reuniões sobre quem deveria representá-los frente ao projeto. Como resultado das reuniões a



primeira proposta desenvolvida foi a elaboração e realização de um evento para promover a divulgação dos trabalhos das comunidades pesqueiras do litoral como forma de promover o diálogo entre estes grupos.

O Seminário Redes Solidárias na Pesca Artesanal, aconteceu de 14 a 16 de maio do ano de 2014, dentro do IV Congresso Nacional de Unidades de Conservação do Delta do Parnaíba (IV CORUC). Este evento contou com a presença dos membros de comunidades não só como participantes, como também enquanto provocadores de discussões e na qualidade de palestrantes de mesas para expor seus projetos e trabalhos, uma forma de introduzir a comunidade autóctone no âmbito Universitário fazendo com que aconteça esse diálogo para troca de saberes que em muito só se vê na teoria.

Outra ação foi a organização de uma vivência com as marisqueiras para a turma de Pedagogia do PARFOR, no dia 14 de junho do ano de 2014, na Associação de Marisqueiras de Luís Correia. A proposta dese roteiro foi vivenciar o dia de uma pescadora, fazendo todas as suas atividades desde colocar a canoa na água, retirar o marisco, carregar a produção diária para a sede da Associação para realizar o processo de beneficiamento (lavagem, cozimento e retirada da carne). Então foi finalizada a experiência em que as alunas aplicaram um questionário com as pescadoras para coletar informações sobre a vida de cada uma e inserir no relatório individual de cada aluna.

A coordenação do projeto colaborou ainda na execução do 1º Encontro Estadual do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Piauí com a Feira de Pescadores, que aconteceu no período de 6 a 8 de junho, na Sede do Sindicato de Pescadores de Parnaíba (SIND PESCA – PHB) e Mercado Municipal de Parnaíba (“Mercado da Quarenta”). Esse Encontro teve como objetivo proporcionar um espaço de discussão sobre a atual situação dos pescadores artesanais do litoral piauiense e região, bem como buscar soluções para estes problemas.

E ainda, no dia 23 de novembro de 2014 foi realizada a Feira de Produtos Artesanais do Piauí que aconteceu no Mercado Municipal do Bairro de Fátima, Parnaíba (PI). O objetivo era de expor e divulgar produtos regionais piauienses, para instigar o consumo e incentivar sua comercialização para fortalecer a rede de articulação que envolve a produção e venda. Além da comercialização e exposição dos produtos locais, houve apresentações culturais como forma de entretenimento para a comunidade que visitou o local e divulgação dos trabalhos de artistas da região.

Para se obter dados sobre os impactos das atividades realizadas foram aplicados questionários, foram realizados artigos, resumos, relatórios técnicos e até trabalho de conclusão de curso que evidenciaram as perspectivas dos envolvidos durante a execução do projeto. Foram abordados vários aspectos disciplinares tais como os relacionados a produção de pescado, a economia e gestão e na promoção da produção. Foi abordada também a atividade turística e percebeu-se em pesquisa aplicada que a educação dos pescadores é um gargalo e possivelmente uma forma de integrar a Pedagogia, visto que foi identificado na pesquisa 92% de pescadores analfabetos que possuem canoa à vela no município de Cajueiro da Praia (PI).

## CONCLUSÃO

Pode-se observar que houve uma intensa participação do público-alvo, uma interação entre academia e comunidade que não havia sido vivenciada antes. O projeto promoveu a aproximação da academia com as questões sociais locais, por meio das práticas de extensão presentes nas ações propostas, permitindo que a produção de conhecimento tenha maior aplicabilidade prática.

Levou-se em consideração o fato de a universidade, enquanto instituição de ensino, usar a pesquisa e a extensão como meios para que a educação não se restrinja a conhecimentos científicos, mas que estes estejam aliados a objetivos políticos, econômicos, culturais e sociais.

A troca de experiências entre os acadêmicos e a comunidade propicia a melhor compreensão da realidade dos envolvidos nestes eventos, com suas dificuldades específicas, uma troca de experiências e também a oportunidade de por em prática os conhecimentos teóricos adquiridos nos seus respectivos cursos.

## REFERÊNCIAS

1. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Teresina, março de 2010. Disponível em <http://www.ufpi.br/arquivos/File/PDI.pdf>, acesso em 28 de abril de 2015.
2. MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura 2011**. Disponível em [http://www.mpa.gov.br/files/docs/Boletim\\_MPA\\_2011\\_pub.pdf](http://www.mpa.gov.br/files/docs/Boletim_MPA_2011_pub.pdf), acesso em 28 de abril de 2015.
3. COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA. **Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba, PLANAP: síntese executiva: Território da Planície Litorânea**. Brasília, 2006. Disponível em <http://www.codevasf.gov.br/principal/publicacoes/publicacoes-atuais/planap/>, acesso em 05 de maio de 2015.
4. CARDOSO E S. **Pescadores Artesanais: Natureza, Território, Movimento Social**. São Paulo, 2011. Disponível em [http://www.radio.faced.ufba.br/twiki/pub/MarSol/ItemAcervo17/Pescadores\\_Artesanais\\_-\\_movimentos\\_sociais.pdf](http://www.radio.faced.ufba.br/twiki/pub/MarSol/ItemAcervo17/Pescadores_Artesanais_-_movimentos_sociais.pdf), acesso em 05 de maio de 2015.



## TURISMO SOCIAL E LAZER: UMA ABORDAGEM SOBRE O SESC PRAIA-PI.

*Amanda Pereira Rodrigues<sup>1\*</sup>, Rita de Cássia Pereira de Carvalho<sup>1</sup>.*

1. Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). \*E-mail: amandarpereira28@gmail.com.

### INTRODUÇÃO

O turismo social vem adquirindo lugar de crescente destaque em nossa sociedade, isso pode ser notado observando as publicações sobre o tema, nos discursos de quem trabalha com o turismo, dentre outros, pois atualmente um dos maiores e notáveis problemas enfrentados pela sociedade têm sido as questões de desigualdade e da exclusão social.

No entanto, é necessário que o turismo se desenvolva privilegiando cada um dos atores envolvidos na atividade, o turista, o prestador de serviço e o grupo social de interesse turístico, nessa perspectiva a busca pela inclusão não se orienta pela carência material de determinados grupos ou pessoas, ou seja, não se limita à ideia de pobreza e miséria, volta-se a questões relacionadas à identidade, à individualidade e à própria condição humana que no exercício da missão de desenvolver o turismo como atividade econômica e de lazer, deve-se destacar a relevância também do setor na geração de empregos e suas oportunidades como um todo, aliando sempre a questão da inclusão social.

O Serviço social do comércio (1) é a instituição que realiza este tipo de trabalho no país, desenvolvendo ações turísticas com legitimidade que possibilita essa inclusão social, o que pode ser percebido através do turismo social que eles realizam. O mérito do Sesc foi o de inserir no cotidiano dos trabalhadores a questão do tempo livre e do lazer de férias, em uma época em que poucos davam conta de sua importância para o bem-estar e o desenvolvimento social e cultural dos indivíduos (2), por isso, fez-se um breve estudo sobre o assunto e sobre a instituição para uma melhor compreensão de como ela trabalha e como seus atores são relacionados.

O lazer se compõe, aos poucos, como instrumento de disciplina e organização da sociedade, voltado ao ajustamento e à educação social, fato que pode ser observado por meio da análise das formas de controle dos usos diversificados “tempo livre”, podendo ser também integrado a inclusão (3). Por isso, a importância de se estudar as ideias inovadoras do Sesc, relacionando com a inclusão, o social bem como o lazer, já que eles andam juntos e se completam. Dessa maneira o estudo permeia

por essas vertentes.

## LAZER

O lazer é uma criação cultural da sociedade e teve seu início na civilização greco-romana, onde o ideal de cidadão era o homem ocioso e livre que vive em constante expressão de si mesmo. O significado do termo lazer pode ser entendido de diferentes vertentes (4).

Um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Diante disso, observa-se que o lazer pode ser entendido como um mecanismo de escape das atividades diárias, se mostrando como um meio do indivíduo encontrar a liberdade e a criatividade dentro de outras vertentes que também fazem parte da vida social de uma pessoa, podendo assim desenvolver outras fórmulas para viabilizar novos desenvolvimentos nos âmbitos cultural e social que fazem parte e permeiam a formação pessoal e social de todo cidadão.

Para reforçar essa ideia, (5).

O lazer é tão fundamental quanto o transporte, a educação, a moradia, a saúde, o saneamento básico e a alimentação são para a vida de todo e qualquer ser humano. O lazer tem como funções o descanso, o divertimento e o desenvolvimento humano e social.

Essa prática pode trazer para o ser humano, muitos benefícios tanto físicos quanto mentais, por meio de atividades que lhe tragam bem estar e que sejam consideradas prazerosas, pois elas podem melhorar consideravelmente a qualidade de vida e também por efeito a produtividade dentro do próprio ambiente de trabalho.

Nessa perspectiva do lazer como instrumento de desenvolvimento humano e como decisão individual, pode-se pautar a ligação do lazer com o social, como caminhos para o desenvolvimento e melhor compreensão da inteligência criativa e emocional. Porque é na busca de seres humanos mais evoluídos no sentido da base que é anaturalidade humana com autonomia de decisões, que se encontra uma forma mais emocional e inteligente de interagir com os mais diferentes pares e nichos no ambiente em que se vive.

Salientando ainda, que essa interação pode significar muito no que diz respeito



às atividades do dia a dia, nas responsabilidades que muitas vezes fazem com que as pessoas não mantenham um convívio significativo com o meio, fazendo com que as outras pessoas sejam meros participantes de suas vidas sociais. Bramante (1998) aponta que a ludicidade é o eixo principal do lazer, ela é enriquecida pelo potencial socializador e determinada, predominantemente, por uma grande motivação e realizada dentro de um contexto marcado pela percepção de liberdade, fazendo com que o indivíduo se liberte da realidade imposta (6).

O lazer trata-se de uma questão de cidadania bem como potencial de desenvolvimento humano, como foi dito anteriormente, além de colaborar das mais diferentes formas com o enriquecimento de experiências informais, mas, sobretudo de vivências, percepções e emoções (4).

O tempo de lazer, enquanto um tempo de fruição, torna-se também um tempo de aprendizagem, aquisição e integração, diverso dos sentimentos, conhecimentos, modelos e valores da cultura, no conjunto das atividades nas quais o indivíduo está enquadrado. O lazer pode vir a ser uma ruptura, num duplo sentido: a cessação de atividades impostas pelas obrigações profissionais, familiares e sociais, e ao mesmo tempo, o reexame das rotinas, estereótipos e ideias já prontas que concorrem para a repetição e especialização das obrigações cotidianas.

Sendo assim, a prática pode ser entendida como um meio de integração onde conhecimentos, sentimentos e valores são inseridos como instrumentos para se conseguir algo e manter a ordem, mas também pode ser difundido como um potencial, como fim, capaz de contribuir para a democratização da cultura e também das relações pessoais e sociais. Atos e medidas que busquem no lazer o desenvolvimento pessoal e social humano de formato crítico e democrático, devem ser incentivados.

O turismo por ser um dos interesses culturais do lazer, promotor da sociabilização e do contato com vários conteúdos culturais e com o meio ambiente, promotor também do descanso da rotina, da contemplação e gerador de novas experiências, deve contribuir para a construção de um novo homem dependendo de sua forma e de sua ação; conjugando assim, as suas relações com o lazer e sua possibilidade de colaborar para um repensar sobre esses dois elementos sociais no mundo contemporâneo.

## TURISMO SOCIAL E REFLEXÕES SOBRE O SEGMENTO

Esse segmento é entendido como uma prática de turismo que é direcionada às camadas menos favorecidas economicamente. Sabe-se que “turismo social é a forma de conduzir e praticar a atividade turística promovendo a igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão” (7). Ou seja, tem por objetivo atingir camadas consideradas economicamente desfavorecidas. No conceito apresentado por outro autor, turismo social é “aquele que é fomentado com o objetivo de facilitar o turismo interno das classes menos favorecidas economicamente. Esse estrato da demanda somente poderá ser viabilizado em grandes proporções com a decisiva intervenção do Estado, sem objetivos de lucro e recuperação dos investimentos” (8).

Nessa perspectiva entende-se que o turismo social (TS) tem como principal característica a ausência de lucro na realização das suas atividades, uma vez que, o público desse segmento é composto por pessoas que não possuem o poder aquisitivo tão alto, que proporciona momentos prazerosos de lazer e se diferencia das outras tipologias pelo preço acessível dos serviços, que se justifica pela inexistência de fins lucrativos.

Outros fatores importantes para a operacionalização do TS são a localização, que deve ser pensada para facilitar o acesso e pelas razões de oportunidade, a animação associada ao lazer que deve privilegiar o caráter educativo e sociocultural. Também deve evidenciar a integração local dos praticantes, sendo extremamente de caráter social.

Falcão (2006) apresenta um quadro comparativo em que é possível verificar as diferenças entre o turismo de massa (tradicional) e o turismo social (desenvolvimento) (9):

**Quadro 1.** Diferenças entre o turismo tradicional (de massas) e o turismo do desenvolvimento (para todos).

<b>Turismo tradicional</b>	<b>Turismo do desenvolvimento</b>
O turista se isola	O turista se integra
Concentração de benefícios	Distribuição de benefícios
Receita	Riqueza
Objetivo de desenvolvimento macroeconômico	Objetivo de desenvolvimento integral
Comunidade a serviço do Turismo	Turismo a serviço da comunidade
O turista consome	O turista aprende
Expansionismo científico	Ordenamento programático
Crescimento sem limites	Limites em prol do bem estar



Desse modo, o turismo social democratiza o acesso de classe com recursos econômicos limitados a atividade turismo. Na concepção de Falcão (2006) deve seguir os seguintes princípios (9).

- Tornar as viagens mais acessíveis ao maior número de pessoas, sem prejuízo da qualidade dos serviços e do respeito às legislações;
- Criar iniciativas turísticas que facilitem o desenvolvimento das potencialidades de cada indivíduo como pessoa e como cidadão;
- Buscar um valor agregado que confira ao turista, benefícios sociais, culturais, educativos, desportivos e de saúde;
- Fomentar o respeito pela região turística, a não-discriminação, a inclusão e a prática de preços justos e acessíveis.

Tais princípios contemplam o bem estar dos turistas, vinculado à prática social do turismo, com vistas ao desenvolvimento, benefícios e integração.

O surgimento do turismo social tem sua origem na Europa, período entre guerras, quando associações, sindicatos de empregados de países como Alemanha, Itália, entre outros, se organizaram para criar incentivos e infraestruturas para que fossem realizadas viagens para grupos de trabalhadores (9).

Na Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1936, teve início a regulamentação para férias remuneradas. Nesse momento foi pensado na disseminação da prática do turismo para camadas populares, e isso foi consequência dos movimentos dos trabalhadores para a obtenção de benefícios. O turismo social, como hoje é concebido, surgiu na França em 1936, com a criação da primeira Secretaria de Lazer, de cunho governamental.

Ao longo dos anos esse conceito foi passando por alterações de acordo com o contexto histórico, ao qual estava inserido. Já em 1996, foi adotada uma nova referência para o turismo social, a partir do momento socioeconômico, que preconiza que a promoção do turismo deve ser com fins de desenvolvimento, objetivando assim, benefícios tanto para turistas e anfitriões, além de salvaguardar o patrimônio natural e cultural das localidades (9).

Dessa forma, o turismo social surgiu como uma forma de democratização da atividade turística para seres ou grupos como dificuldades de acesso. Assim, o Comitê Econômico e Social define como sendo um direito (10):

Todo mundo tem o direito de descansar diariamente, semanalmente e anualmente, bem como o direito ao tempo de lazer que lhes permite desenvolver todos os aspectos da sua personalidade e sua integração social. Claramente, todos podem exercer este direito ao desenvolvimento pessoal. O direito ao turismo é uma expressão concreta desse direito geral, e o turismo social é impulsionado pelo desejo de garantir que ele seja universalmente acessível na prática.

Nesse aporte, o turismo social possui “objetivos claramente definidos de recuperação psicofísica e de ascensão sociocultural dos indivíduos, de acordo os preceitos da sustentabilidade, que devem estender-se às localidades visitadas” (11). É importante salientar que essa definição se estende aos benefícios que esse segmento proporciona aos praticantes, com vistas à inclusão da comunidade receptora através de suas relações.

## **O TURISMO SOCIAL NO BRASIL**

O Brasil apresenta um mercado diferenciado, se comparado ao europeu, e isso se deve principalmente pela economia. A prática do turismo social apresenta objetivos parecidos, no entanto, em uma realidade diferente. Nesse sentido o Instituto Brasileiro de Turismo (12) mostra o interesse no desenvolvimento desse tema:

Com o objetivo de resgatar a sociedade brasileira do isolamento e do abandono dos princípios da igualdade e oportunidades, tem-se a preocupação de promover ações direcionadas para possibilitar que as populações marginalizadas no mercado turístico, seja por motivo econômico ou contingências, tenham acesso ao turismo doméstico (12).

Nesse contexto, percebe-se o interesse na inclusão de novos consumidores no mercado turístico, conseqüentemente, a melhoria na qualidade de vida, bem como o estímulo dos brasileiros para conhecerem o seu país e a cultura.

No século XX tem início a primeira tentativa, no Brasil, de organização do tempo livre de operários, com foco em atividades físicas e esportes que objetivassem tornar os corpos saudáveis e fortes para o trabalho. Para tal fim foi criado o Serviço de Recreação Operária (SRO), em 1943 por iniciativa do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC): “[...] que se destinava a organizar o lazer dos trabalhadores e de suas famílias e tinha o objetivo de coordenar os meios de recreação da classe operária, prestando aos sindicatos assistência e colaboração” (13). Nesse aporte, entende-se que o turismo social sempre esteve atrelado ao modo de produção e o desenvolvimento que o cerca, provocando assim o bem estar social de grupos em que a condição cultural e socioeconômica não permitia o acesso à atividade turística.

Nesse limiar verifica-se que o turismo social no Brasil teve o pioneirismo do Serviço Social do Comércio – Sesc em 1948, estimulando a prática de atividades turísticas em Pernambuco. No entanto o marco inicial foi a inauguração da primeira



colônia de férias em Bertioga (SP), em 30 de outubro de 1948. O Sesc atende os trabalhadores de empresas de comércio, serviços e turismo e seus dependentes, priorizando os que possuem baixa renda, porém sem discriminação de faixa etária, tendo em vista à democratização do acesso à atividade turística.

Os serviços oferecidos são disponibilizados ao público não comerciário, porém com valores diferenciados com a finalidade de que a oferta não prejudique a demanda interna. Assim, na perspectiva de Cheibud (2012), “OSesc, entidade mantida e administrada pelos empresários do setor de comércio de bens e serviços, tem por finalidade contribuir para o bem-estar de seus associados por meio de ações nas áreas de Educação, Saúde, Lazer, Cultura e Assistência” (14).

Assim, o Sesc evidencia a prática do turismo social voltado para trabalhadores do comércio, bens e serviços, sem distinção de renda ou faixa etária, com vista a facilitar o acesso a atividade turística, promovendo assim o bem estar de maneira que valorize áreas como, educação, saúde, lazer, assistência e cultura, evidenciando sempre o aprendizado inerente a prática estabelecida.

#### **APORTES METODOLOGICOS**

Para a realização deste trabalho foi realizada uma avaliação bibliográfica em artigos, projetos e trabalhos diversos que versavam sobre os temas discutidos, analisando as abordagens e percepções de diversos autores.

Para alcançar o objetivo proposto desta investigação, foi necessário fazer uma análise comparativa entre os agentes que trabalham com o turismo social e lazer, no caso da pesquisa o Serviço Social do Comércio – SESC, que é uma instituição pública de direito privado, criada pela Confederação Nacional do Comércio, nos termos do decreto-lei nº 9.853, de 13 de setembro de 1946. O Sesc tem por finalidade estudar, planejar e executar medidas que contribuam para o bem-estar e a melhoria do padrão de vida dos comerciários e suas famílias como também, para o aperfeiçoamento moral e cívico da coletividade.

A discussão apresentada se deu por meio de análise do Centro de Lazer e Recreação Lucimar Veiga, por meio de verificação dos equipamentos ofertados a seu público alvo, no que tange as atividades turísticas e de aprendizagem associadas com vistas a atender as camadas economicamente desfavorecidas.

## **BREVE RELATO SOBRE A PRÁTICA DO TURISMO SOCIAL**

O Centro de Turismo e Lazer Lucimar Veiga – Sesc Praia, está localizado no município de Luís Correia (PI), na Rodovia Estadual PI 116, entre as praias de Atalaia e Coqueiro. A área do empreendimento é de 25 mil km<sup>2</sup> e possui modernas instalações que proporcionam aos seus usuários conforto e qualidade na prestação de serviços. A estrutura é composta por 40 apartamentos climatizados, três mansões para hospedagem de famílias, espaço para a realização de eventos, dois restaurantes, centro de convenções com capacidade para 500 pessoas, três salas de conferência com tradução simultânea e tradutor de idiomas. A duplicação do Sesc Praia foi inaugurada em 2012 e passou a oferecer maior estrutura e mais 40 apartamentos com conforto e qualidade aos comerciários e usuários. Os apartamentos são amplos e decorados com leveza, e equipados com TV, ar condicionado e minibar.

O SESC Praia ainda oferece serviço de restaurante que privilegia um ambiente confortável aos hóspedes e usuários. O restaurante funciona para café da manhã, almoço e jantar com pratos variados, e pratos típicos da culinária piauiense. O empreendimento contempla o Centro de Convenções com estrutura necessária para a realização de grandes eventos no litoral do Piauí. O espaço é ideal para eventos, tais como congressos, conferências, simpósios, treinamentos, palestras, seminários e reuniões.

O Centro de convenções tem capacidade para 500 pessoas, e apresenta na sua estrutura um auditório, dois camarins, uma copa, sala de apoio que pode ter o uso para inscrições e recepção, banheiros, palco com largura de 12 metros, espaço climatizado, sistema de áudio, acústico e iluminação. Já foram realizados no Centro de Convenções eventos como o Fórum Internacional de Empreendedorismo - Findinexa Brasil, XXI Fórum da Amazônia Legal, dentre outros.

O SESC conta com estrutura para turismo receptivo que oferece diferentes atividades aos hóspedes e visitantes tais como: parque aquático, tobogãs, sala de ginástica, salão de jogos, bar, churrasqueira, campo de futebol, quadra de areia.

Inferindo sobre as atividades atreladas ao conhecimento, o Sesc conta com a instalação da Sala de Ciências, que possibilita conhecer as atividades do Instituto Tartarugas do Delta, que executa o projeto Biomade e contempla a visita, além de atividades que versam sobre a preservação e conservação ambiental, e visitas a desova de tartarugas.

Nesse sentido o SESC Praia apresenta atividades que viabilizam o bem-estar social dos seus associados e usuários, cumprindo os preceitos que versam o turismo



social tanto no receptivo quanto no emissor, através de excursões para pontos turísticos do Nordeste e em outros Estados.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da execução deste trabalho foi possível verificar as interfaces que abrangem o lazer, tanto do seu processo histórico quanto iniciativas de execução, que abrangem o turismo social no Brasil. Trata-se de uma atividade que necessita de incentivos públicos, e é carente no que tange a compreensão acadêmica do seu significado e delimitações de aplicações.

Percebe-se, também, o comprometimento da iniciativa privada por meio do SESC que viabiliza a inclusão social e proporciona aos seus comerciários e usuários a oportunidade de vivências de lazer, aprendizagem, enfim, atividades com vistas ao bem-estar social a partir da inclusão, sem distinção de renda e faixa etária.

O objeto de estudo nesse trabalho elucida a questão social apresentada pelas premissas do turismo social, no caso, o Sesc Praia atendendo requisitos tanto nas atividades de lazer quanto no aprendizado intrínseco na prática.

Partindo dessa abordagem, a missão do Sesc fica cada vez mais evidenciada, no que tange a atender a grupos menos favorecidos economicamente, ou seja, facilitar o acesso desse público a atividades de lazer tais como, viagens e hospedagens, com valores acessíveis a essas camadas sociais, além de promover a integração desses grupos.

Portanto, o SESC integra um modelo de turismo social, que se comparado ao turismo convencional, viabiliza a este segmento a oportunidade de usufruir de equipamentos turísticos, como meios de hospedagem e recreação. Assim, a preocupação dessa instituição com o bem-estar social e a consequentemente melhoria na qualidade de vida do público atendido de acordo com os objetivos estabelecidos.

### REFERENCIAS

- (1) SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. Acessado em 08.05.2015. Disponível: [www.pi.sesc.com.br](http://www.pi.sesc.com.br).
- (2) COSTA, F. R. **Turismo para todos**: Turismo Social no Sesc-SP. S. Paulo: Sesc. EESC - European Economic and Social Committee. (2006). Opinion of the Economic and Social Committee on Social Tourism in Europe. Brussels: EESC.
- (3) SILVA, Débora. Territórios do lazer: panoramas e reflexões sobre a animação sociocultural. Campinas: Alínea, 2008.
- (4) DUMAZEDIER, Jofree. **Planejamento de lazer no Brasil**: a teoria sociológica da decisão. São Paulo: SESC, 1980.

\_\_\_\_\_. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo. Perspectiva, 1974.

(5) LOMBARDI, Maria I. (2005). **Lazer como prática educativa**: As possibilidades para o desenvolvimento humano. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. Dissertação de Mestrado.

(6) BRAMANTE, Antônio Carlos. **Lazer: Concepções e Significados**. Licere, Belo Horizonte, v.1, n. 1. p.9-17, set. 1998.

(7) MINISTÉRIO DO TURISMO. **Marcos Conceituais**.

(8) BENI, M. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: Senac, 1998.

(9) FALCAO, C. H. P. Turismo social: em busca de maior inclusão da sociedade. In: CARVALHO, C. L. de; BARBOSA, L. G. M. (orgs.). **Discussões e propostas para o turismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2006.

\_\_\_\_\_. FALCAO, C. H. P. Turismo Social. In: BARROS JUNIOR, J. C. (Org.). **Empreendedorismo, trabalho e Qualidade de Vida na Terceira Idade**. São Paulo: Editora Edicon, 2009.

(10) EUROPEAN ECONOMIC AND SOCIAL COMMITTEE. **Opinion of the Economic and Social Committee on Social Tourism in Europe**. Brussels, EESC, 2006.

(11) ALMEIDA, M. **Turismo Social**: por uma compreensão mais adequada deste fenômeno e sua implicação prática na realidade atual brasileira. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2001.

(12) EMBRATUR. **Política Nacional de turismo**: diretrizes e programas. Ministério da Indústria do Comércio e do Turismo, 1996.

(13) BRÊTAS, A. **Nem só de pão vive o homem**: criação e funcionamento do Serviço de Recreação Operária (1943-1945). Tese de Doutorado, Faculdade de Educação. UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

(14) CHEIBUD, B. L. Reflexões sobre o Turismo Social a partir da história institucional do Serviço Social do Comércio (Sesc). **Anais do VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**. Turismo e Paisagem: relação complexa. Universidade de Caxias do Sul, 2012.



## AS ASSOCIAÇÕES/COOPERATIVAS COMO POSSÍVEIS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DE BASE COMUNITÁRIA COMO FATOR DE INCLUSÃO SOCIAL DE ILHA GRANDE – PI NA ATIVIDADE TURÍSTICA.

*Caroline Gomes do Nascimento<sup>1</sup>, Rita de Cássia Pereira de Carvalho<sup>2</sup>, Mauro José Ferreira Cury<sup>3</sup>.*

1. Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Rua México, Residencial Nova Esperança – Bairro Rodoviária, nº4. E-mail: carolinegnascimento@gmail.com.
2. Bacharel em Turismo pela UFPI. Avenida São Sebastião, 2819, Reis Velloso. E-mail: rita.p.carvalho@hotmail.com.
3. Pós-Doutorado em Geografia na Universidade Federal do Paraná, UFPR. Pós-Doutorado em Patrimônio e Turismo Cultural pela Universitat de Barcelona, Bolsista CAPES. Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Paraná. UFPR. Professor Adjunto C da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus de Foz do Iguaçu. Docente dos Programas de Strictu-sensu em Geografia (Mestrado) da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon e Sociedade, Cultura e Fronteiras (Mestrado e Doutorado) da UNIOESTE – Campus de Foz do Iguaçu. Líder do Grupo de Pesquisa Turismo e Hospitalidade CNPq. E-mail: maurojfc@gmail.com

### INTRODUÇÃO

O turismo está diretamente ligado às relações sociais e culturais produzidas durante o deslocamento das pessoas, porém esta atividade de intercâmbio de culturas, em muitos casos não acontece, por conta do desequilíbrio que o sistema capitalista causa com a centralização do poder. A atividade turística tem como uma de suas características a apropriação do território, que no caso dos megaempreendimentos esta apropriação é dada de forma predatória, pois quando o turismo chega sem planejamento em uma região os moradores locais não participam diretamente da atividade turística.

Quando se fala em introdução de infraestrutura turística em comunidades, geralmente, subentende-se a exclusão da comunidade em relação à atividade turística. Um exemplo marcante é a instalação de grandes hotéis ou *resorts*, onde não há necessidade de que o turista se desloque para fora do meio de hospedagem para conhecer o modo de vida do autóctone. Outro exemplo é na inserção de tais empreendimentos turísticos, onde os moradores não são incluídos na mão-de-obra.

Nesse sentido, com o desenvolvimento de um turismo alternativo, o qual oferece a possibilidade da minimização das exclusões que acontecem nos *resorts*, surgem os arranjos produtivos locais de base comunitária que propõe a descentralização do poder político e econômico, participação da população local nas atividades advindas do turismo, como alternativa para organizar a comunidade. Assim, os atores locais adquirem direitos na tomada de decisões, tanto dos aspectos políticos e públicos, quanto das discussões que envolvem a comercialização dos arranjos, onde participam

do planejamento e na execução dos serviços turísticos. Notoriamente, estas ações estão diretamente relacionadas com as políticas públicas. Assim, os arranjos produtivos locais no turismo são ideais para quem busca pela alteridade, que é a busca pelo diferente, pela autenticidade dos atrativos respeitando o modo de vida e os costumes das comunidades tradicionais.

O objeto de estudo deste estudo é o município de Ilha Grande - PI, o qual pertence à Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba, situado ao norte no estado do Piauí (1). O município em questão possui uma localização privilegiada em relação ao turismo, por ter como principal porta de entrada para o Delta do Parnaíba.

Nas comunidades do município existem associações de pescadores, catadores de caranguejo e mariscos, artesãos e rendeiras, entretanto, a maioria dos moradores não participa efetivamente da atividade turística, pelo fato de não estarem organizados socialmente, ou seja, inclusos em atividades com economia primária (cadeia produtiva local) que possam ser inclusas em roteiros turísticos. Este fato implica na possível implantação dos aglomerados de base comunitária que visem promover de forma organizada suas atividades e incluir tais associações e cooperativas no *trade* turístico.

Portanto, este estudo visa analisar as associações/cooperativas como possíveis arranjos produtivos locais de base comunitária como fator de inclusão da população do município de Ilha Grande- PI na atividade turística. Ou seja, verificar as associações e cooperativas existentes no município, na possibilidade do desenvolvimento dos arranjos produtivos locais.

## **A EXCLUSÃO/INCLUSÃO NO TURISMO**

Por conta dos moldes da economia capitalista visarem à concentração de riquezas, a sociedade é segregada entre dominantes e dominados, (2) existe uma: “cultura patrimonial predominante no Brasil, que divide a sociedade entre proprietários e não-proprietários, ou seja, entre elite e plebe”. Essa cultura versa que os menos favorecidos são excluídos, ou seja, não têm direitos à cidadania, como alimentação adequada, educação, saúde, segurança, habitação, cultura e lazer. Nesse sentido (3) vamos encontrar o seguinte esclarecimento de exclusão:

A exclusão é definida, nesse contexto, como negação da cidadania, da garantia e efetividade dos direitos civis, políticos e sociais, ambientais e da equidade de gênero, raça, etnia e território. A exclusão é um processo dialético e histórico, decorrente da exploração e dominação, com vantagens pra uns e desvantagens para outros, estruturante da vida das pessoas e coletividades.



A exclusão é a privação da cidadania e está ligada às relações de exploração e dominação. A inclusão social está diretamente ligada à exclusão, pois uma é o antônimo da outra. No que tange ao conceito de inclusão, (4) como “o processo de inclusão social funciona de mão dupla: a sociedade e os segmentos até então excluídos buscam equacionar soluções alternativas, para garantir a equiparação de oportunidade e direitos”. Para que o processo ocorra é necessária a articulação da sociedade e dos excluídos em prol da solução eficiente e eficaz. A inclusão e exclusão se referem às dinâmicas de expulsão ou de inserção nas esferas socialmente reconhecidas (3).

Os problemas relacionados à exclusão social se intensificam nas regiões Norte e Nordeste, (2) “As regiões Norte e Nordeste, portanto apresentam mais o presente indicador da “velha” exclusão, ou seja, com ausência de escolaridade e baixa possibilidade de ocupação”, esse fenômeno está relacionado pelo fato do crescimento econômico não acompanhar o desenvolvimento social. Nesse sentido (5) “constata-se que a região Nordeste tem 33,20% de sua população excluída socialmente”. Na maioria dos casos advindas da dificuldade de acesso à educação, as políticas públicas e a saúde.

No turismo essa situação não é muito diferente, pois este se apropria do espaço, causa impactos ambientais, culturais e geralmente os recursos econômicos se concentram nas mãos dos grandes empresários. Nesse sentido, é válido conceituar turismo, que do ponto de vista econômico (6):

É uma atividade econômica mundial que já demonstrou seu papel insubstituível no comércio internacional, definindo seus relacionamentos na troca de bens e serviços, como exportador invisível em países turisticamente avançados.

Nessa perspectiva, a Organização Mundial de Turismo - OMT (7) afirma que: “é a atividade em que as pessoas viajam e permanecem em lugares fora de seu ambiente habitual por não mais de um ano consecutivo por lazer, negócios ou outros objetivos”. Este é um conceito bem objetivo, que visa identificar o turismo de uma forma geral.

Na visão psicológica de (8):

Uma análise do estágio motivacional [que gera todo o processo] pode revelar a forma pela qual as pessoas estabelecem metas para a sua seleção de destinos e como essas metas são, então, refletidas nas escolhas e no comportamento em relação às viagens.

No ponto de vista econômico (9) turismo é: “o conjunto de serviços que tem por objetivo o planejamento, a promoção e a execução das viagens, e os serviços de recepção, hospedagem e atendimento aos indivíduos e aos grupos, fora de suas residências habituais”.

Entretanto, (10) afirma que o turismo é baseado: “nos princípios de desenvolvimento ecológico pode ser uma alternativa de geração de emprego e renda, qualidade de vida e de preservação ambiental para regiões que possuam potencialidades para os mesmos”.

Portanto, o turismo visa o deslocamento do seu lugar de origem, por diversas motivações e fatores e pode trilhar um caminho que gere renda, qualidade de vida e salve o meio ambiente. A atividade turística causa um processo simultâneo de exclusão e inclusão, enquanto os turistas são incluídos, usufruindo do lazer, a comunidade receptora é excluída das relações sociais e econômicas que o turismo proporciona. Em junho de 2001, o órgão maior do turismo, a OMT, pela primeira vez reconheceu que a atividade exclui parte da população, apesar de ser também fator de inclusão social (2).

### **TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA – TBC**

Como opção para fugir do turismo de massas, que ocorre quando um determinado local recebe mais turistas do que sua capacidade de carga<sup>5</sup> permite, surge uma nova tipologia de turismo, que pode ser denominado turismo alternativo ou comunitário ou de base comunitária que visa proteger os interesses locais. Em uma visão geral, o turismo de base comunitária, baseia-se no modo de vida local, no turismo responsável e na descentralização econômica, portanto, contesta a lógica do modelo capitalista.

Do ponto de vista (11) sobre o turismo de base comunitária - TBC: “O turismo comunitário apresenta-se sendo desenvolvido pela própria comunidade, onde seus membros passam a ser ao mesmo tempo articuladores e construtores da cadeia produtiva”. Este fator combate a inserção de empresas de outras localidades, e inclui a comunidade local na atividade turística.

O Turismo de Base Comunitária - TBC é uma atividade que deve ser desenvolvida pela comunidade e essa deve ter funções de articular, planejar,

---

<sup>5</sup> O número máximo de visitantes por período de tempo que uma determinada área pode suportar, sem que ocorram alterações nos meios natural e cultural (IGNARRA, 2003, p. 169).



organizar e executar as atividades turísticas, de forma que seja desenvolvida de acordo com as necessidades locais. De acordo (12):

El término “**ecoturismo comunitario**” o “**turismo comunitario**” lleva la dimensión social más allá. Este es un tipo de turismo em el que la comunidade local tiene um control substancial y participa en su desarrollo y manejo. Una importante proporción de los beneficios que genera se quedan en la comunidad<sup>6</sup>.

Em suma, o princípio das necessidades sentidas está diretamente ligado ao de participação, ambos focam na participação dos atores locais no processo, a comunidade deve, efetivamente, desejar a introdução e participar ativamente no Turismo de Base Comunitária. Para a realização desse turismo integrado, geralmente há a necessidade do apoio de políticas públicas, de Organizações Não Governamentais - ONGs e de outras instituições apoiadoras. A gestão pode sofrer interrupções, mas precisa ser eficiente e eficaz e as mudanças devem atingir a população em seu âmbito geral.

No Turismo de Base Comunitária o turista e comunidade trabalham juntos em prol da difusão de um turismo que gera um o acúmulo de renda juntamente com o envolvimento e a sensibilização da importância cultural e ambiental. Os atrativos naturais e culturais devem ser os pilares do desenvolvimento de um turismo integrado, em que a comunidade local deixa de ser cenário e passar a ser ator para o progresso do turismo na região.

A vivência do turista com o autóctone, ou seja, o morador da localidade agrega valores a ambos, devido à autenticidade das relações, como por exemplo, a hospitalidade da comunidade. Todavia, em grandes empreendimentos tal hospitalidade não ocorre, pois os funcionários são pagos para serem hospiteiros.

### **ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DE BASE COMUNITÁRIA – APLBC**

Dada a relevância da inclusão social nos moldes do turismo de base comunitária, os aglomerados surgem oportunizando as micro e pequenas empresas, a partir dos arranjos produtivos locais de base comunitária, a fim de agregar o processo de produção às atividades ligadas ao turismo.

A partir da busca de métodos que possam melhorar a qualidade de vida e descentralizar a economia, as pequenas comunidades veem os arranjos produtivos

---

<sup>6</sup> O termo “**ecoturismo comunitário**” ou “**turismo comunitário**” toma além da dimensão social. Este é o tipo de turismo em que a comunidade local tem um controle substancial e participa no seu desenvolvimento e gestão. Uma proporção significativa dos lucros gerados permanece na comunidade.

locais como solução para um turismo preocupado com as questões socioambientais e culturais.

Como afirma (13), o turismo de base comunitária é: “aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo”. As associações, de forma organizada, se articulam em forma de arranjos produtivos locais e retêm os imóveis e os terrenos e aumentam a renda local com o controle das atividades econômicas advindas do turismo.

Nesse sentido, são empresas da mesma cadeia, que estão relacionadas e articuladas a fim de formar parcerias e alianças estratégicas. Sobre Arranjos Produtivos Locais – APL’S (13) apontam que são: “aglomerações de micro e pequenas empresas, com organização social e institucional em estágio ainda muito rudimentar”. Isto é, acontece quando os atores da comunidade local se unem para articular e instalar a cadeia produtiva. Dentro desta perspectiva, (13) ainda relaciona os arranjos à:

Capacidade de percepção, nos diversos lugares, da base cultural e social comum que, ligando agentes econômicos por meio de comportamentos, valores, regras e práticas cotidianas, potencialize a formação da atmosfera local voltada para a melhoria de condições do grupo ou comunidade.

Seguindo a linha de pensamento da autora os arranjos produtivos locais no turismo de base comunitária devem ser desenvolvidos em comunidades que possuam ligações de interesses, para que seja viável a formação de cooperativas, que visem à atividade como forma de inclusão no turismo local. Tais cooperativas têm função de planejar e organizar os arranjos, e estas micro e pequenas empresas podem crescer de acordo com as necessidades dos turistas e dos moradores da localidade.

Para a implantação dos arranjos produtivos locais são necessárias três condições básicas, que são: a afinidade ou história em comum na comunidade em questão; as atividades econômicas que já existam e sejam naturalmente vocacionadas e a presença de uma instituição pública ou privada como patrocinadora (14). Isto é, quando a comunidade tem interesses em comum, os processos colaborativos se apresentam facilmente; é mais prático trabalhar com atividades já existentes, do que criar novas atividades e a inserção de uma instituição patrocinadora a fim de acelerar os processos.

No município de Ilha Grande existem grupos que demonstram o interesse na organização das atividades, dentre as existentes deve-se destacar as associações e



cooperativas das rendeiras, artesões, pescadores e catadores de caranguejo e mariscos que possuem um potencial para a criação de arranjos produtivos. Dentre os arranjos, a produção de *souvenirs* ganha destaque em função da utilização de recursos naturais sem degradar a natureza e a valorização dos recursos locais.

### **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A partir dos objetivos apresentados houve a necessidade de realizar uma pesquisa de cunho bibliográfico e documental, na busca de informações e conceitos relevantes. Além disso, foi realizado um estudo de campo para complementar a pesquisa, quanto ao método para a presente pesquisa o escolhido foi o indutivo, que conforme (15) é aquele que: “cuja aproximação dos fenômenos caminha geralmente para planos cada vez mais abrangentes, indo das constatações mais particulares às leis e teorias”.

O ambiente da pesquisa foi o município de Ilha Grande, no Estado do Piauí, é o ambiente da pesquisa, e possui uma população estimada de 8.914 habitantes, além de uma área de 134 km<sup>2</sup>, foi desmembrado do território de Parnaíba e elevado a município em 1994 (16).

A sede do município apresenta coordenadas geográficas de 02° 51' 28" de latitude sul e 41° 49' 15" de longitude oeste de Greenwich. Está localizado a 326 km da capital do Estado do Piauí, Teresina, bem como, limita-se ao norte com o oceano Atlântico, ao sul com o município de Parnaíba, ao leste com Parnaíba e o oceano Atlântico e ao oeste com o Estado do Maranhão (17).

### **O PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS ASSOCIAÇÕES/COOPERATIVAS DE ILHA GRANDE**

A partir do levantamento na pesquisa de campo foram encontrados dados para identificar o perfil socioeconômico dos colaboradores das associações/cooperativas de Ilha Grande - PI. As principais variáveis foram sexo, faixa etária, renda mensal, grau de escolaridade e tipo de ocupação, trabalho ou emprego. Os questionários foram aplicados aos colaboradores das associações ou cooperativas do município.

De acordo com os dados obtidos, verificou-se que 50% dos pesquisados em Ilha Grande são do gênero feminino e 50% do gênero masculino. Com relação a faixa etária corresponde que entre 29 e 39 anos com 37,5%, entre 18 e 28 anos com 25%, entre 51 e 61 anos com 25% e 12,5% com 62 anos ou mais. A pesquisa revela que

37,5% dos entrevistados possuem apenas o ensino fundamental, 25% ensino médio completo, 25% ensino superior incompleto e 12,5% ensino superior incompleto.

Tais resultados estão aliados à faixa etária, pois segundo a pesquisa, os entrevistados que responderam possuir escolaridade até o ensino fundamental, foram os que sobre o questionamento da idade responderam de 51 a 61 anos e 62 anos ou mais (18): “Os pais de antigamente levaram os filhos para trabalhar, para adquirir um ofício, ainda crianças. O estudo ficava em segundo plano, ou, de acordo com a mentalidade da época, era ignorado”. Essa relação se dá pelo fato, de que apenas das décadas de 70 e 80 os pais começam a priorizar a educação para os filhos.

Os dados apresentados demonstram que a renda familiar dos entrevistados em sua maioria, 50%, prevalece de 2 a 4 salários mínimos e 25% recebem até 1 salário mínimo e 25% 1 salário mínimo. Esses índices estão vinculados ao questionamento sobre o ocupação, trabalho, ou emprego, no qual demonstra que maior parte da amostra possui outras fontes de renda além da associação ou cooperativa.

Quanto à ocupação, trabalho ou emprego 37,5% se ocupam apenas na associação ou cooperativa, entretanto, 25% também são funcionários públicos municipais, 25% autônomos e 12,5% aposentados. Este fator está relacionado à sazonalidade dos produtos, ou seja, alguns produtos não são encontrados durante todo o ano.

## **AS ASSOCIAÇÕES/COOPERATIVAS E O TURISMO NO MUNICÍPIO DE ILHA GRANDE**

Para embasar melhor a discussão cabe frisar o conceito de associativismo e cooperativismo. Segundo (19) define o associativismo como: “uma forma de organização constante e permanente integração e que tem como finalidade, conseguir benefícios comuns através de ações coletivas”. Sobre o cooperativismo (19) ressalta: “uma forma de se organizar através da união de pessoas com objetivo de difundir ideais para atingir desenvolvimento financeiro, econômico e social”.

Logo, existe uma diferença nos conceitos de associativismo e cooperativismo, em que o primeiro consiste em organizar-se a fim de obter benefícios e o segundo objetiva atingir desenvolvimento financeiro, econômico e social. Porém durante a coleta de dados, notou-se que na visão dos colaboradores esta divergência não existe.

Quando questionados sobre a estrutura organizacional, 87,5% possuem diretoria organizada com presidente, vice-presidente, tesoureiro e secretário. E apenas 12,5% responderam outros, pois possuem apenas presidente.



No que tange à fonte de recursos ou financiamento a pesquisa mostra que 62,5% não recebem, 25% receberam recursos do governo do estado e 12,5% outros. Este último, a Associação dos Produtores do Cajuí teve o auxílio da Organização Não Governamental – ONG, a Care Brasil com o projeto Sistema de Participação e Cidadania Aliança Mandu, que tem como principal objetivo fortalecer o protagonismo e empreendedorismo juvenil. Dentre as ações dirigidas para associação pode-se elencar a capacitação em cooperativismo, empreendedorismo, gestão financeira, manejo e conservação de alimentos.

Outro ponto levado em consideração é a distribuição da produção, que 62,5% distribuem a produção no varejo e no atacado e 37,5% apenas no varejo. Nos dados obtidos sobre o destino da produção em sua maioria, 37,5%, é disposto para os consumidores locais, 25% para os regionais, 25% para os consumidores internacionais e 12,5% para os nacionais. Os dados apresentados demonstram que 50% consideram que a relação da organização com o turismo é dada de forma indireta, enquanto, 37% declaram que é direta e 12,5% acreditam esta relação está em andamento.

No que discerne ao questionamento se há a inclusão social na associação/cooperativa, 100% responderam que sim. Fato, que foi confirmado com as respostas da posterior pergunta, sobre o envolvimento da comunidade, que também obteve 100% de respostas na opção sim. Tais dados demonstram o quanto que a comunidade local é ativa a fim de defender seus interesses e conservar a cultura local.

Quanto ao questionamento sobre os resultados que a associação/cooperativa causam na comunidade, 87,5% responderam que os resultados eram positivos e 12,5% negativo.

A questão posterior se refere sobre quais são esses resultados, complementando o questionamento anterior. Os relacionados aos resultados positivos relataram: a inclusão da comunidade através da participação na atividade; participação da comunidade e a retirada dos jovens da ociosidade; oportunidade de fazer cursos e viajar; aumentar a renda; renda para a comunidade; financeiro; financeiro a colônia gerou mais de 5 milhões de reais anualmente em Ilha Grande.

Tais dados informam a importância da participação tanto da comunidade quanto a importância da entrada da população jovem na atividade, oportunizando os jovens a realizar cursos e viajar em feiras. Tal fator, possibilitar afirmar que em Ilha Grande existe a preocupação em que as atividades vinculadas aos produtos da terra, sejam gerenciadas pelos próprios moradores.

Sobre os resultados negativos, foi relatado que não existe infraestrutura para a associação, as vendas estão ruins, que os turistas apenas passam para o Delta e que não querem provar o produto. Esse dado reafirma que a comunidade não está inserida no turismo, o turista apenas passa por Ilha Grande com a finalidade de ir para o Delta do Parnaíba. Não há relação do empreendimento com os turistas, este último, aparentemente, não se sente atraído pelo furto do mar.

O último questionamento trata dos benefícios para o turismo com o desenvolvimento das associações/cooperativas e as respostas foram: o fato de o turista comprar os produtos da localidade, como, “lembrancinhas” e itens de uso pessoal; a possibilidade de o turista comer um caranguejo de qualidade; a boa impressão do produto; a oferta de serviços de qualidade; o incentivo, concedendo patrocínio para eventos como o Festival do Caranguejo e a Regata; a visitação, pois alguns turistas estão hospedados em Luís Correia e vêm visitar as rendeiras, tirar foto e comprar os produtos, a associação vende muitos produtos para os turistas. Apenas um dos entrevistados relatou que não há benefícios e que o turismo só traz sujeira.

Fica claro que, apesar de que no questionamento sobre a relação com o turismo, a maioria dos entrevistados responderem que tal relação é indireta, na pergunta que tange aos benefícios do turismo com o desenvolvimento das associações a maioria abordou aspectos que se relacionam com o turismo diretamente. Características elencadas como, a visitação e o consumo dos turistas, demonstram que associações/cooperativas têm potencial para desenvolver o empreendimento como atrativo e produtos voltados para os turistas.

Contudo, fica claro que a comunidade local tem a preocupação em defender os interesses locais, para que as atividades advindas de produtos da localidade sejam gerenciadas pela própria comunidade.

Para solucionar a sazonalidade, deve-se levar em consideração a interação da atividade com o turismo com base na cadeia produtiva, de modo que o empreendimento, não foque apenas na elaboração dos produtos, mas também na organização como um atrativo turístico, e ainda, oportunizando o turista a trocar experiências com os autóctones.

Em relação aos recursos ou financiamentos, existe a possibilidade de adquirir linhas de crédito até mesmo para micro empreendimentos que não possuem CNPJ, como, o BNDES e o BNB, que possibilitem a melhoria na infraestrutura, equipamentos, matéria-prima, entre outros.



Oportunizando a relação que há entre os empreendimentos e o turismo, existe a alternativa de estreitar esta relação com os arranjos produtivos locais de base comunitária, que objetiva a união dos atores a fim de mudar o cenário local. Do mesmo modo, visa diminuir os riscos e despesas e utilizar de forma conjunta os recursos fixos existentes (14). E conseqüentemente, aumentar a renda local, conservar a cultura e o meio ambiente. Com a troca de experiências o empreendimento tem a chance transformar-se em um atrativo turístico, desse modo o turista pode observar o processo de produção e tentar realizar alguma atividade, como no caso das rendeiras, o artesanato, a cata do caranguejo e dos mariscos, e da pesca do peixe.

Ao implantar os APLBC ocorre a interligação entre todos os arranjos, com isso, uma das associações terá um papel importante neste processo que a Associação de Condutores de Turistas de Ilha Grande – IlhaEcotur, que pode protagonizar o desenvolvimento das associações/cooperativas ao inseri-las nos pacotes e passeios turísticos.

Para que haja tal desenvolvimento é preciso ocorrer a interação entre o poder público, a comunidade local, as ONGs, as instituições auxiliaadoras e outras empresas, como, as agências de turismo da região. Este é um elemento de importância para o desenvolvimento dos APLBC. Caso as agências não queiram colaborar, o *marketing* na *internet* é outro meio de desenvolver os arranjos, de forma eficiente e barata.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conforme a estudo realizado nas associações/cooperativas de Ilha Grande - PI foi possível perceber a viabilidade de implantar os arranjos produtivos locais de base comunitária nos empreendimentos já existentes a fim de inseri-los na atividade turística, pois estes já se relacionam de alguma forma com a mesma. Assim, foi possível identificar o perfil socioeconômico dos colaboradores dos empreendimentos, investigar as associações/cooperativas e verificar a relação deles com o turismo.

A proposta deste estudo foi verificar as associações/cooperativas como possíveis arranjos produtivos locais de base comunitária como fator de inclusão social do município de Ilha Grande – PI na atividade turística, onde foi descrita a importância do turismo de base comunitária e os seus arranjos produtivos locais de base comunitária.

Os resultados obtidos a respeito da identificação do perfil socioeconômico das associações/cooperativas mostram que: população jovem da comunidade se mostra

empenhada nos interesses locais; a maioria dos colaboradores possuem outros empregos e a relação entre a faixa etária com o grau de escolaridade, que os mais jovens possuem um maior grau de escolaridade.

Conforme foi exposto na descrição e análise dos dados as associações e cooperativas do município de Ilha Grande – PI têm condições de implantar os arranjos produtivos locais de base comunitária. Os fatores que evidenciam tal afirmação são: o empenho dos moradores em defender seus interesses, a fim de que os produtos locais sejam gerenciados pela própria população; o envolvimento da mão de obra local no processo de produção; afirmativa de que os empreendimentos causam resultados positivos para a comunidade e o envolvimento das associações/cooperativas com o turismo.

A partir dos questionários aplicados, foi possível perceber que existe a possibilidade de articular os arranjos produtivos locais de base comunitária e incluir a comunidade do município de Ilha Grande – PI na atividade turística, pois já existem empreendimentos de organização rudimentar, como, as associações e cooperativas em que todos os colaboradores são do próprio município. A partir das análises foi possível perceber que todos os empreendimentos investigados têm viabilidade de desenvolver os arranjos produtivos locais. E ainda existe a possibilidade de utilizar a Associação de Condutores de Turistas de Ilha Grande – Ilhaecotur como propulsor do desenvolvimento dos APLBC em si e igualmente como atrativos turísticos.

Por fim, almeja-se que este estudo contribua para instigar outros pesquisadores a refletir a respeito da temática, com o intuito de desenvolver métodos organizacionais que partam dos próprios moradores, e que acarretem o crescimento econômico juntamente com a melhoria da qualidade de vida.

## REFERÊNCIAS

- (1) MENDES MMS. Categorias e distribuição das unidades de conservação do estado do Piauí. *Diversa*, Parnaíba, 2008, a. 1, n. 2, p. 35 -53.
- (2) CORIOLANO LNMT. O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza. São Paulo: Annablume, 2006.
- (3) FALEIROS VP. Inclusão social e cidadania. 32ª International Conference on Social Welfare. Brasília: 2006.
- (4) OLIVEIRA FM. Espaço, lugar, identidade e urbanização: conceitos geográficos na abordagem do turismo. [Tese]. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais; 2006.
- (5) SILVA MR. Exclusão social no Nordeste e no Ceará entre os anos de 2001 a 2009. [Monografia]. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará; 2010.
- (6) BARRETTO M. Manual de iniciação ao estudo do turismo. 13 ed. Campinas: Papyrus, 2003.



- (7) ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO – OMT. Turismo internacional: uma perspectiva global. 2 ed. Porto Alegre: Bookmann, 2003.
- (8) NIELSE C. Turismo e mídia: construção e destruição de destinos turísticos. São Paulo: Contexto, 2002.
- (9) IGNARRA LR. Fundamentos do turismo. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- (10) RUSCHMANN DVM. Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente. Campinas: Papyrus, 1997.
- (11) RIBEIRO G. Turismo de base comunitária. Global Tourism, 2008, v. 4, n. 2, p. 1 – 7.
- (12) FUNDACIÓN SOROS GUATEMALA Y UNIVERSIDAD DEL VALLE DE GUATEMALA. Turismo comunitario. San Juan La Lacuna, 2009.
- (13) CORIOLANO LNMT. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: BARTHOLO R, BURSZTYN I, SANSOLO D(orgs.). Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.
- (14) THOMAZI S. Cluster de turismo: Introdução ao estudo de arranjo produtivo local. São Paulo: Aleph, 2006.
- (15) LAKATOS EM, MARCONI MA. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7 ed. 4 reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.
- (16) IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=220465#>>. Acesso em: 27 mar 2012.
- (17) AGUIAR RB, GOMES JRC. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea, estado do Piauí: diagnostico do município de Ilha Grande. Fortaleza: CRPM – Serviço Geológico do Brasil, 2004.
- (18) LIMA R. Educação de antigamente e hoje. Revista espaço acadêmico, Maringá, 2010. n 107, p. 67 – 71.
- (19) INSTITUTO ECÓLOGICA. Associativismo e cooperativismo. Palmas, 2007.

## GESTÃO PARTICIPATIVA NO TURISMO RURAL EM ILHA GRANDE-PI

*Rita de Cássia Pereira de Carvalho<sup>1</sup>.*

1. Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Piauí, rita.p.carvalho@hotmail.com.

### INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, o homem tem procurado sair de seu local de residência habitual para outras localidades, em busca de atividades como comércio, saúde, estudos ou lazer, sem fins lucrativos. Atualmente, com o ambiente estressante de grandes centros urbanos e a consequente necessidade que as pessoas têm de viajar temporariamente, ocasionou o aparecimento de atividades diferenciadas do seu habitat natural, sendo uma delas relacionadas ao lazer.

Para que essas atividades ocorram, o turismo tem sido um fator determinante no crescimento pela procura do lazer fora do seu local de origem, mas, para que essa atividade ocorra é necessária uma estrutura que fomente as ações na localidade. Além de ser um setor econômico em crescente expansão, devido ao potencial na geração de emprego e renda à localidade receptora, esse fenômeno capta recursos econômicos que, conseqüentemente, reflete na melhoria da qualidade de vida da população local.

A comunidade deve estar apta a receber os turistas, para isso, são necessários incentivos provenientes do poder público, os quais proponham a melhoria na infraestrutura básica e turística no município, uma vez que o turista sai do seu local de origem em busca de locais diferenciados do seu cotidiano.

Dessa forma, do ponto de vista ambiental, o turismo utiliza o meio natural como matéria prima para realizar suas atividades, no entanto, o fenômeno do turismo se utiliza de vários segmentos para atender os desejos dos diversos perfis dos turistas. Com esse uso do meio ambiente, a atividade turística deve agir com práticas voltadas para a sustentabilidade, para garantir a perenidade dos atrativos naturais e assim garantir seu uso para as futuras gerações.

O meio ambiente é utilizado pelo turismo através da apropriação e dominação de território ocasionado pelas relações sociais de poder, seja pelos agentes públicos ou privados, a fim de dominar, controlar e gerir os espaços para proporcionar o desenvolvimento (1).



Essas relações de poder que geram desenvolvimento devem ser articuladas entre os vários níveis de gestão que estão presentes no município, para que assim permita que o território possa ser analisado em múltiplas escalas. Para tanto, é necessário realizar análises que englobem os fatores econômicos relacionados à produção e à comercialização dos produtos e serviços (2).

Uma das alternativas na forma de utilização do meio ambiente no turismo é por meio dos espaços rurais, que, devido ao processo de industrialização (desenvolvimento) brasileiro, sofreu um significativo abandono, ocasionando o êxodo rural, onde as pessoas saíam da zona rural em busca de emprego e melhores condições de vida nos grandes centros urbanos. Além deste segmento, existem outros na composição do turismo, como de sol e praia, o ecoturismo, dentre outros, que cada vez mais ganham visibilidade, principalmente os que têm contato com a natureza.

Com o desenvolvimento das cidades, hoje se observa que este processo é inverso, pois os residentes destes centros buscam as áreas rurais com o objetivo de descanso em meio a realidade à vivenciada do estressante cotidiano urbano, na procura pelo lazer. Em virtude disso, é perceptível o crescente uso dos bens naturais, como o espaço rural, na atividade turística com certa apropriação do território.

Assim, o foco deste artigo é avaliar a possibilidade da gestão participativa do turismo rural no município de Ilha Grande - PI, uma vez há potencialidades que podem ser utilizadas como uma alternativa para que os visitantes possam interagir e conhecer novas regiões e suas particularidades, fomentando novos estudos sobre o segmento, no caso o turismo rural, se fazem necessários a partir do momento em que o turismo de sol e praia, que é um segmento consolidado no litoral piauiense, necessita que novos nichos sejam viabilizados.

Outro fator importante é a estagnação do meio rural presente no município devido ao desenvolvimento de outros segmentos. As comunidades permanecem excluídas da atividade turística e as propriedades que apresentam potencialidade para o setor estão estagnadas pela carência de incentivos. Através dessa busca pelas áreas rurais, o turismo rural é um segmento econômico recente que focaliza na necessidade dos produtores rurais complementarem a fonte de renda e ao mesmo tempo proporciona um maior contato dos turistas com a natureza (3).

Dessa maneira, o turismo rural é visto como um segmento que influencia o desenvolvimento local, através da gestão do território e, em especial, da gestão do território turístico, que promove a preservação da natureza através do contato, e

consequentemente proporciona o lazer e viabiliza o aprendizado sobre a conservação dos recursos naturais.

### **INTERFACES SOBRE MEIO AMBIENTE, TERRITÓRIO E TURISMO.**

O homem utiliza o meio ambiente como fonte de matéria prima para o seu sustento desencadeando relações diversificadas, as quais abrangem os aspectos econômicos, políticos, sociais e ambientais, causando a interação mútua entre os envolvidos. Como pode ser afirmado por (4), o meio ambiente compreende a relação do homem com a natureza e não somente pelo arranjo físico do ambiente.

O Conselho Nacional do Meio Ambiente (5), na resolução nº 306/2002 traduz o meio ambiente como "o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química, biológica, social, cultural e urbanística, que abriga e rege a vida em todas as suas formas". Enquanto (6) amplia o conceito de meio ambiente como a soma do meio natural, as tecnoestruturas instituídas pelo homem e a sociedade. Assim, demonstra que o relacionamento homem-natureza, como a evidente importância do meio ambiente para a sociedade, pois ele abriga e rege a vida de diferentes maneiras, onde abrange as relações existentes entre o meio e o homem.

Conforme (7), o meio ambiente é definido como "as condições sob as quais qualquer pessoa ou coisa vice oi se desenvolve; a soma total de influências que modificam ou determinam o desenvolvimento da vida ou do caráter". Nessa perspectiva, a partir das relações existentes entre o meio e homem, as influências produzem modificações ocasionando ou não o desenvolvimento de determinada localidade.

É perceptível que o homem utiliza o meio ambiente como fonte de exploração, administrando-o para suprir as suas necessidades e conseguir sua sobrevivência. Nesse sentido, a relação sociedade/natureza pode ser compreendida através da maneira como o homem se organiza e se relaciona no espaço, para assim produzir meios para sua sobrevivência, apropriando-se da natureza pelo trabalho, fato esse que compreende a relação de poder do homem sob o território, onde (1) afirma que:

a territorialidade refere-se ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantir a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas.



Assim, a inserção do homem na natureza ocasiona a transformação do natural com a redescoberta por meio da artificialização, ou seja, faz com que o natural se transforme em uma criação do homem. Dessa forma, a natureza torna-se humanizada através da intervenção antrópica, intervenção essa, mediatizada pela territorialidade que se apropria deste evento, onde ou na qual desempenha a dominação do território e tem como consequência as relações sociais de poder através da relação homem-natureza.

Assim, todos exercem algum tipo de poder no território que está em processo de transformação, devido às interações nele existentes ocasionando as relações sociais, ou seja, o território é resultado da dinâmica social em que os sujeitos são os atores no processo de construção. Essas relações podem ser explicadas pela forma como o território é governado e a maneira como as políticas são implementadas para a organização do espaço, tal afirmação versa no dizer de (8):

A governação do território é a forma pela qual os territórios de um determinado país são administrados e as respectivas políticas implementadas, com particular referência para a distribuição de tarefas e responsabilidades entre os diferentes níveis de governo (supranacional, nacional e subnacional) e os subjacentes processos de negociação e formação de consensos.

Partindo desse pressuposto, é perceptível que o homem exerce o domínio do território por meio das relações de poder. Esse fato pode ser demonstrado através do turismo que permeia as interações sociais existentes, que são caracterizadas com o deslocamento para fora do seu local de origem com fins de lazer, sem exercer nenhuma atividade remunerada, no caso o turismo, que envolve diferentes abordagens, tais como a econômica, ambiental, social e cultural e essas destacam o papel do espaço e de como a economia e o território são estruturados a partir do fenômeno turístico.

A partir da reestruturação do território, o turismo pode ser conceituado como o deslocamento voluntário para fora do local de domicílio, em busca de novas vivências gerando sociais, econômicas, ambientais e culturais, ocasionando relações que causam a apropriação e dominação do território para fins turísticos.

Portanto, percebe-se que turismo e meio ambiente são termos que se relacionam de maneira incontestável, através do domínio sob o território no que tange às relações existentes no processo de concepção do turismo e em todo o arcabouço

que a atividade turística necessita para ser realizada, na qual deve existir o equilíbrio dos fatores ambientais.

### **BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE TURISMO RURAL**

O turismo de sol e praia e ecoturismo são segmentos consolidados quando comparados com o turismo rural. Uma vez que o proposto por esse segmento é acolher os visitantes para passar um dia no campo vivenciando o ambiente natural e as atividades típicas da localidade. Esta é uma modalidade praticada de forma ainda recente no Brasil, datando de 1986 na Fazenda Pedras Brancas, no município de Lages (planalto catarinense). Iniciativas como estas foram desenvolvidas em outras, principalmente nas do Sul e Sudeste. A expansão dessas atividades ocorreu de maneira mais recente em município do Centro-Oeste, Nordeste e Norte (9). É válido ressaltar que o início do turismo rural se deu na porção centro-sul do país devido ao processo de imigração europeia (10).

No Brasil, as unidades federativas com mais experiência localizam-se na porção centro-sul do país, com destaque para os estados de Santa Catarina (pioneiro no turismo rural), Espírito Santo (pioneiro na elaboração de rotas de agroturismo), Rio Grande do Sul e Paraná. Interessante notar que se trata dos estados onde ocorreu imigração europeia, com fixação de imigrantes, sobretudo, pelo sistema de colônias de povoamento, que originou cidades com forte conteúdo cultural da Europa rural do século XIX. Por vezes, as práticas de turismo rural nesses Estados mesclam com outras modalidades, como *turismo cultural* e *turismo em cidades históricas*.

Neste recorte percebe-se que o turismo rural é um segmento multidisciplinar, que tem suas atividades pautadas no meio ambiente, distantes dos centros urbanizados, onde as atividades de cunho econômicas são pautadas nas práticas agrícolas e pecuárias. O turismo rural é um segmento que desponta pela necessidade que as pessoas têm em se afastar dos centros urbanos em busca de tranquilidade em ambiente onde a natureza está presente, diferente da realidade vivenciada no cotidiano, devido aos compromissos do dia a dia.

No enfoque conceitual apresentado pelo (11) o turismo rural agrega valores e promove os aspectos culturais, sendo necessário que se entenda a motivação da realização desta atividade, em que o produtor tem a necessidade de aumentar a renda com a valorização dos produtos oferecidos e a oportunidade do turista proveniente dos centros urbanos de conviver com a natureza e com a cultura local. Convém ressaltar



que o turismo proporciona a revalorização do setor através da integração das atividades tradicionais que se tornam atrativos turísticos.

Neste aporte, alguns fatores favoreceram o início do desenvolvimento do turismo rural, tais como a estagnação do meio rural, declínio de outros segmentos, melhoria no nível de vida e o rompimento com a sazonalidade (12), fatores esse que oportunizaram o incremento do segmento nos aspectos econômicos e sociais somado à qualidade dos produtos e serviços prestados que potencializam o desenvolvimento local, que deve ser interligadas com a comunidade local e ao ambiente que estão inseridos.

Neste contexto, o turismo rural e seu desenvolvimento local só vai acontecer se a articulação for realizada envolvendo tanto a comunidade quanto as instituições interessadas na inserção da atividade turística. Articulação essa, que deve envolver a comunidade no processo decisório, ou seja, o planejamento das atividades deve acontecer de forma articulada entre os setores para o benefício de ambos. Assim, o planejamento turístico consiste "em ordenar as ações do sobre o território e ocupa-se em direcionar a construção de equipamentos e facilitadores de forma adequada evitando dessa forma, os efeitos negativos nos recursos, que os destroem ou reduzem sua atratividade (13).

Em resumo, esse ordenamento do território deve ser analisado de acordo com a distribuição dos locais com fins de habitação e suas atividades produtivas, inseridas no espaço, por meio da utilização dos envolvidos neste território. Sendo assim, o turismo rural deve englobar a comunidade local para que a viabilidade seja benéfica para os receptores por meio da valorização do ambiente e das atividades produzidas no espaço rural, benefícios esses que gera novas oportunidades de trabalho e renda, reaquecendo a economia local e a consequente melhoria na qualidade de vida das pessoas residentes no ambiente rural, ocasionando assim a preservação dos valores tradicionais.

É importante salientar que o desenvolvimento não deve está simplesmente atrelado às atividades agrícolas, uma vez que é importante o incentivo por parte do poder públicos para que haja a distribuição de emprego e renda para as comunidades rurais. Esse processo deve ser realizado de forma participativa entre todos os atores presentes no local em que se deseja transformar, fato esse que concerne a participação de todos na tomada de decisão e se caracteriza como a gestão participativa (14).

A gestão participativa (compartilhada), como o próprio nome sugere, compreende aquela em todos os agentes envolvidos participam no processo decisório, partilhando méritos e responsabilidades. Dentro do processo democrático e descentralizador a gestão participativa [...] propicia igualdade de condições na participação e distribuição equitativa de poder, responsabilidades e benefícios.

Portanto, no turismo rural, este modelo de gestão deve considerar a opinião do poder público, iniciativa privada e sociedade para que tenha a capacidade de articulação em prol de benefícios para a integração na construção de produto com fins turísticos e, assim, ocasione o desenvolvimento local.

### **APORTES METODOLOGICOS**

A área abordada para a pesquisa é o município de Ilha Grande - PI, que é margeada pelo Delta do Rio Parnaíba, com população estimada de 8.914 habitantes e com área de 134,318 km<sup>2</sup> (IBGE, 2010). A região apresenta grande diversidade que potencializa seu uso para fins turísticos por meio de seus atrativos, fator esse influenciado pela inserção da região na Área de Proteção Ambiental (APA) e por está dentro do Delta do Parnaíba, o único em mar aberto das Américas, onde constitui um grande atrativo turístico natural e reconhecido tanto a nível nacional quanto internacional.

Por estar localizado na APA Delta do Parnaíba, o município de Ilha Grande-PI apresenta potencial para o desenvolvimento do turismo, por meio dos atrativos naturais que conferem à paisagem características únicas, além de potencializar a economia local através das estradas fluviais que proporcionam práticas de lazer por meio de passeios e da pesca, dessa forma, mostrando-se uma região propícia para implantação do turismo rural.

Para fins metodológicos foi realizado uma pesquisa quantitativa e qualitativa referente ao modo como as atividades rurais e a gestão participativa para o turismo se encontram no município de Ilha Grande-PI, par analisar como essa gestão voltada para o turismo contribui para o desenvolvimento local.

Nesse sentido, a abordagem utilizada contribuiu para um melhor entendimento de como os gestores tanto do município, secretaria de turismo quanto de agências de viagens atuantes na localidade entendem a cerca dessa tipologia, bem como essas esferas podem atuar em conjunto para a inserção da comunidade no planejamento



turístico e conseqüentemente o turismo rural. Além de considerar a opinião da comunidade em relação à percepção da atividade turística no município, bem como, a participação no processo de planejamento.

Ainda foram realizadas pesquisas bibliográficas, documentais e descritiva para a familiaridade com o objeto pesquisado, e estudo de campo que teve foco na comunidade estudada, através da observação e entrevistas com finalidade de captação de informações pertinentes a pesquisa, bem como as interpretações do que acontece no grupo.

### **GESTÃO PÚBLICA NA PRÁTICA DA GESTÃO PARTICIPATIVA DO TURISMO RURAL.**

O turismo, como qualquer outra atividade, necessita que suas ações sejam planejadas para que atendam às necessidades locais. Nesse sentido é importante que a gestão pública esteja atenta para esses pontos. Para tanto, os gestores devem ter a percepção e agir com objetivos e metas priorizando a integração das atividades para a composição de planos e projetos que contemplem os aspectos estruturais de Ilha Grande-PI em relação às atividades turísticas desenvolvidas. Para o entendimento desse processo, a gestão refere-se às tarefas realizadas em conjunto, que permite que os recursos disponíveis sejam administrados de acordo com o planejamento prévio para o qual foi traçado com as metas a serem alcançados.

No caso da gestão pública do município é possível notar que a comunidade necessita participar do processo de planejamento das atividades pertinentes ao seu interesse, esse fato pode ser observado no discurso do gestor da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Meio Ambiente de Ilha Grande-PI:

*É muito importante, porque sem a comunidade a gente não vai poder fazer esse tipo de turismo porque [...] é necessário que haja a participação da comunidade em parte na receptividade do turista em termo de acomodar na cidade porque nós nem temos lugar, pousada, então tem que ter a parceria da comunidade para poder ter um local aonde receber esse turista, deixando renda para o município.*

No discurso do gestor é perceptível o entendimento acerca da participação da comunidade durante a execução da atividade turística, porém, é importante o planejamento participativo para fins de desenvolvimento local. Dentro dessa

perspectiva, a opinião apresentada pelo gestor do município fortalece a ideia participativa da comunidade.

*Só funciona com a participação da comunidade.*

Com relação a essa abordagem considerada sobre a inclusão da comunidade no planejamento, os questionado responderam em 100% que a comunidade deve ter participação no planejamento do turismo rural no município. Após as respostas afirmativas, foram questionados sobre a justificativa dessa inserção da comunidade no planejamento, que apontaram como respostas o potencial presente no município, porém, há falta de incentivo e conhecimento, a ideia de que o turismo deve respeitar o ambiente onde é desenvolvida a participação da comunidade, através da criação de conselhos de turismo para a formatação de planos turísticos integrados. Com base no Plano Diretor Participativo de Ilha Grande-PI é evidente e a inserção da comunidade no processo de planejamento.

Com relação aos dados tabulados, 75% da população apresenta ensino superior incompleto, enquanto 25% apresenta ensino fundamental incompleto. Nesse sentido, a comunidade entende que tem importância durante o processo de planejamento, por apresentar grau de escolaridade elevado em sua maioria. Com relação a faixa etária, 75% corresponde de 18 a 28 anos e 25% de 50 anos ou mais, assim, é relevante que a maior porcentagem da faixa etária infere-se com o grau de escolaridade, mostrando que a população de jovens se sobrepõe da faixa etária mais elevada.

Com relação ao sexo, 100% dos entrevistados são do sexo masculino. De acordo, com sua ocupação, trabalho ou emprego dos questionados, obteve-se que 50% exercem a atividade da pesca, 25% não tem nenhuma atividade que gere renda e 25% corresponde ao turismo. Assim, entende-se que as atividades relacionadas à pesca, agricultura familiar são típicas de áreas naturais, que incluem a alimentação que deve ser utilizada com elementos locais com o objetivo de produzir renda.

Com relação à renda mensal dos indivíduos, 50% ganham de 2 a 3 salários mínimos, 25% até um salário mínimo e 25% nenhuma renda mensal fixa. A realidade apresentada pode ser aferida às atividades realizadas pelos moradores, em que foram elencadas ocupações pertinentes à pesca, turismo e outros que responderam nenhuma atividade, que explica a porcentagem de 25% representando nenhuma renda fixa mensal.



Com relação à questão abordada sobre outras atividades remuneradas, além das práticas rurais no município foram apontadas comércio, servidores públicos municipais, que compõem a economia local. Portanto, quando a gestão pública para a prática da gestão participativa versa sobre a participação da comunidade no processo de planejamento em todos os atores envolvidos para os benefícios da localidade.

De acordo com a opinião dos questionários aplicados junto à comunidade do município de Ilha Grande-PI, foi possível obter informações pertinentes ao questionamento a respeito do conhecimento sobre o turismo rural, nesse aspecto, obteve-se que 100% da comunidade já ouviu falar em turismo rural.

Para tanto, foi feito um questionamento sobre a forma de como ocorreu esse conhecimento a respeito do turismo rural, nessa perspectiva as informações foram obtidas através de cursos e palestras, documentos disponibilizados na internet, através do curso de turismo, comerciais vinculados pelo governo. Quando foi abordado sobre os aspectos conceituais do turismo rural, os gestores mostraram o entendimento sobre a temática, porém, nenhum aprofundamento teórico cabível ao assunto. Conforme transcrito no dizer do Secretário de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Meio Ambiente:

*O turismo rural é isso, aonde ele vai até a localidade contemplar o meio ambiente, é se hospedar nessa localidade, nas fazendas [...].*

Enquanto no entendimento do gestor do município de Ilha Grande-PI e da agência de viagem, respectivamente, sobre turismo rural:

*O turismo rural é justamente aquilo rural, aquela antiga fazenda né, as matas virgens, cajueiro [...], sede de fazenda antiga [...], no caso a Fazenda Cotia que fica no perímetro do município.*

*Uma atividade turística desenvolvida no meio rural, como fazendas, roças, etc.*

É perceptível o conhecimento empírico nas conceituações apresentadas pelos gestores, porém, os discursos versam sobre os mesmos aspectos, como a contemplação do meio ambiente, presença de construções rurais. Sobre a implantação do turismo rural no município de Ilha Grande-PI, um total de 100% mostra-se favorável a esse procedimento. E quando questionados sobre a importância dessa implantação foram observadas características como o benefício proporcionado pelo turismo rural, que gera renda para os que não possuem, vincula a participação da

comunidade como forma de inclusão da mesma, ainda foram detectadas características favoráveis no município e fortalecimento dos arranjos produtivos locais.

Em todos os questionários analisados, é notória a relação feita entre o turismo rural e os aspectos econômicos da atividade, demonstrados através da geração de renda, e, assim, a inclusão da comunidade, bem como a infraestrutura necessária, como, por exemplo, os equipamentos de hospedagem elucidados no último discurso do Secretário de Desenvolvimento, Turismo e Meio Ambiente, e que menciona a ineficiência do setor hoteleiro no município:

*O turista pernoita no município porque ele que vai deixar renda, porque já existem pessoas que fizeram trabalho de receber turistas, oferecer questões de cama e café, existe até um projeto na outra gestão que era o cama e café, que já tem alguém aqui que trabalha com essa atividade e a gente tá querendo ampliar que parceiros façam esse tipo de turismo que vai deixar renda para o município mais tempo pra tá visitando.*

Com base na gestão participativa analisada no discurso do Secretário, é possível que o turismo seja integrado em toda a região para que seja realizado em conjunto com todos os atores do município. Enquanto na opinião do gestor de agência de viagem aborda que a gestão participativa em que a comunidade, através dessa gestão tenha maior participação na organização e participação no planejamento. No discurso do gestor municipal enfatizou que só tem desenvolvimento com a participação da comunidade.

Com base na análise dos dados, foi possível observar que é importante a participação da comunidade no planejamento turístico, para que ocorra a inserção para a geração de emprego e renda, além dos benefícios estruturais que a comunidade necessita tanto infraestrutura básica quanto turística. Fator esse que tanto a comunidade e os gestores entendem como fundamental para o desenvolvimento da atividade turística.

Com a análise dos dados, o turismo rural é uma alternativa de desenvolvimento local, que deve integrar todos os atores interessados na atividade, poder públicos, privado e comunidade, para que componham a gestão participativa como forma de planejamento atuante, para o incremento da atividade turística e que os envolvidos nesse processo participem ativamente tanto no planejamento quanto na execução, para que todos possam usufruir dos benefícios proporcionados pela gestão participativa do turismo rural.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo é um fenômeno que gera benefícios estruturais e sociais na localidade no qual está inserido, além de ser uma atividade que proporciona a geração de emprego e renda, desde que suas ações sejam pautadas na sustentabilidade de seus recursos. No município de Ilha Grande-PI é verificada a potencialidade da região para a prática do turismo rural, uma vez que, na localidade é perceptível a visão dos atrativos naturais, como as áreas rurais que são próximas a rios, lagoas, dentre outros e culturais, que versam sobre o modo de vida da comunidade local baseado em práticas advindas de ambientes do interior, que servem de alicerce do turismo rural.

Os atrativos presentes na região conferem ao turismo o domínio do território por meio das relações sociais, esse domínio é explicado através do uso que o turismo faz do meio ambiente como matéria prima. Desse modo, o turismo utiliza os espaços rurais para a realização de suas atividades, esse uso é fundamentado no planejamento de suas ações entre os setores presentes no município, propondo a gestão participativa entre poder público, iniciativa privada e comunidade, para que o desenvolvimento seja disponibilizado a nível local.

Diante da discussão exposta, fez-se necessário um estudo acerca da gestão participativa, em especial a gestão do território turístico, para o desenvolvimento local através do turismo rural, pois essas áreas estão abandonadas devido à sazonalidade produtiva e ao desenvolvimento de outros segmentos turísticos, e até mesmo pela falta de incentivo, tanto por parte do poder público quanto privado.

Partindo desse pressuposto, faz-se necessário o planejamento com a participação da gestão pública, privada e comunidade para que tais problemas comecem a ser solucionadas, para que o município apresente infraestrutura para a população local e aos turistas. Assim, é importante que os gestores atuem promovendo a colaboração e incentivo para o desenvolvimento local juntamente com a atividade turística. Desse modo, fortalecendo o turismo rural, para que se torne uma realidade no município, não deixando de lado o comprometimento com gestão participativa como alternativa de crescimento por meio da geração de emprego e renda e como consequência a melhoria da qualidade de vida dos habitantes por meio das atividades turísticas do espaço rural, sejam eles, moradores ou turistas.

Portanto, os resultados apresentados nesse estudo podem contribuir para embasar próximas iniciativas, uma vez que, as considerações apresentadas não constituem uma resposta em si, como uma única verdade, mas, representa um início

para novas discussões acerca da gestão participativa do turismo rural e suas possíveis contribuições para o desenvolvimento local do município de Ilha Grande-PI.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) CORIOLANO, L. N. M. T. **Turismo e geografia: abordagens críticas**. Fortaleza: Ed. UECE, 2005.
- (2) SPÓSITO, M. E. B. A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana. **Revista TERRITÓRIO**. Ano III, N. 4, jan/jun, 1998.
- (3) SILVA SOUSA, L. **O turismo rural: instrumento para o desenvolvimento sustentável**. Edición electrónica. Texto completo em <<http://www.eumed.net/libros/2006c?194>>. 2006. Acesso em: 01 fev 2012.
- (4) SANTOS, C. Globalização, turismo e seus efeitos no meio ambiente. **Terra livre**. São Paulo, ano 18, n. 19, p. 191-198, jul/dez. 2002.
- (5) MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. Resolução N° 306 do CONAMA 2002. Disponível em: <[www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=306](http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=306)>. Acesso em: 27 mar 2012.
- (6) PIRES, P. dos S. Turismo e Meio Ambiente: Relação de Interdependência. In:
- (7) HOLZER, W. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Revista Território**. Ano II, N 3, jul/dez, 1997.
- (8) MAFRA, F.; SILVA, J. A da. **Planejamento e Gestão do Território**. Porto: Sociedade Portuguesa de Inovação, 2004.
- (9) RODRIGUES, A B. Turismo rural no Brasil- ensaio de uma tipologia. In: : ALMEIDA, J.A.; RIEDLY, M (org.). Ecologia, Lazer e Desenvolvimento. Bauru -SP, 2000. Editora da Universidade Sagrado Coração.
- (10) PORTUGUEZ, A. P. Turismo Rural. TRIGO, L. G. G. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005.
- (11) BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo rural: orientações básicas**. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.
- (12) KRAHL, Mara F.L. Características básicas do turismo rural: um olhar sobre o Brasil e o Distrito Federal. In: STEINBERGER, Marília (org.). Territórios turísticos no Brasil Central. Brasília: LGE Editora, 2001. p.137-174.
- (13) RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas: Papyrus, 1997.
- (14) PARO, Vitor Henrique. Administração Escolar – Introdução Crítica. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2010.



## ESCOLA PARQUE COMO PROCESSO EDUCATIVO NA CONSERVAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU.

Orlando Bispo dos Santos<sup>1\*</sup> Clarice de Souza Lima dos Santos<sup>2</sup> Mauro José Ferreira Cury<sup>3</sup>

1. Graduando em Turismo pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Mestrando em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. \*Correspondência: Rua Índio Guairacá– 50 – CEP. 858512-07 centro Foz do Iguaçu, PR E-mail: orlando\_bispo@hotmail.com.
2. Graduanda em Letras/Inglês pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná–UNIOESTE: klalbispo@hotmail.com.
3. Pós Doutorado em Geografia na Universidade Federal do Paraná, UFPR. Docente dos Programas de *Strictu sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteiras (Mestrado e Doutorado) da UNIOESTE – Campus de Foz do Iguaçu. E-mail: maurojfc@gmail.com.

### INTRODUÇÃO

As unidades de conservação (UC) acondicionadas pelo Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) são mecanismos eficazes que garantem a preservação dos ecossistemas. As estratégias do SNUC possibilitam que as Unidades de Conservação além de conservar os ecossistemas e a biodiversidade, gerem renda, emprego desenvolvimento e propiciem uma efetiva melhora na qualidade de vida da população (1).

A efetiva participação da população nas questões que envolvem a proteção das UC permite formular concepções inovadoras, com vistas a reforçar as atividades de proteção do espaço territorial e de seus recursos ambientais. Nesta perspectiva, a Educação Ambiental busca atividades de caráter participativo pretendendo revelar uma identidade de classe tida como única e permanente, havendo uma associação entre a posição social e o comportamento ideológico dos atores envolvidos (2).

A participação coletiva da sociedade nos projetos de Educação Ambiental permite que o conhecimento dos envolvidos em relação ao território e a cultura local, reforcem as articulações de conservação ambiental por meio das políticas públicas e suas diretrizes.

O PNI como importante UC, pauta suas ações de conservação ambiental nos mecanismos da Política Nacional do Meio Ambiente que é estabelecida pela lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981 e regulamentada pelo Decreto nº 99.274 de 06 de junho de 1990. Desta forma a Educação Ambiental seja aplicada a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente (3).

O objetivo da pesquisa é analisar a importância da Escola Parque, que por meio de seus programas de Educação Ambiental voltado a sociedade dos municípios lindeiros e, a pessoas que visitam esta UC, constitui-se um instrumento indispensável

de interpretação ambiental com vistas a conscientizar esses atores sociais no que diz respeito à conservação do PNI. A interpretação ambiental não é mera transmissão de informações, mas sim uma construção de valores, troca de sentimentos e cuidados para com o local visitado, visando enriquecer, desenvolver atitudes críticas e saberes necessários para a vida dos seres humanos entre si e para com a natureza (4).

A construção dos valores social no que diz respeito ao meio ambiente, resulta de mecanismos emanados das políticas públicas voltadas a promover ações que integre a sociedade nos processos de Educação Ambiental, formando caráter crítico na resolução da problemática que gira em torno da conservação ambiental nas UC.

O estudo resulta de pesquisa bibliográfica e de campo por meio de entrevista com a finalidade de avaliar a interação da comunidade na construção do processo de interpretação do meio ambiente e conservação da biodiversidade tendo a EA como instrumento principal utilizado pela Escola Parque.

A Escola Parque estabelecida no PNI desenvolve ações que estimulam atitudes voltadas à conservação coletiva da biodiversidade do PNI por meio de projetos educacionais como: conhecendo o Parque Nacional do Iguaçu, Gestão participativa no Parque Nacional do Iguaçu, Datas comemorativas de Meio Ambiente, Programa de Voluntariado do Parque Nacional do Iguaçu e Curso de Educação Ambiental em Unidades de Conservação. Essas atividades desenvolvidas pela Escola não conta com incentivos dos órgãos governamentais que tratam das questões ambientais nas UC.

Os projetos da Escola Parque prevêm a participação da sociedade do entorno do PNI em suas diferentes etapas de ensino com a finalidade de consolidar a prática da sustentabilidade da UC. Essas etapas, portanto são desenvolvidas por meio de incentivo financeiro e participação voluntária de empresas e da sociedade lindeira.

A participação da sociedade está prevista nas diferentes etapas do planejamento e deve ser incentivada na consecução dos objetivos de sustentabilidade e conservação da biodiversidade (5). Nesse contexto, a pesquisa estrutura-se com base nos programas desenvolvidos pela Escola Parque que forma um espaço de diálogo e de ação conjunta com objetivo de integrar a sociedade nas questões ambientais e no processo de gestão do PNI por meio da Educação Ambiental.

#### **PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU.**

O PNI foi criado pelo decreto 1.035 de 10 de janeiro de 1939. É localizada na região oeste do Estado do Paraná sendo uma UC ambiental importante de proteção



integral possuindo um perímetro de 420 quilômetros distribuídos em 14 municípios lindeiros.

A Unidade de proteção integral tem como objetivo básico preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais (6). Neste sentido, a referida lei dispõe a classificação dos recursos naturais que devem ser utilizados indiretamente nos Parques nacionais da seguinte forma: O parque nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (6-2).

Com isso, o PNI desenvolve atividades com uso indireto dos recursos naturais previstos em seu plano de manejo, ou seja, são desenvolvidas atividades de pesquisas científicas, educação e interpretação ambiental, recreação e turismo ecológico. Desta forma entende-se que a Educação Ambiental é um instrumento necessário com vistas a fortalecer a relação homem natureza.

O ecoturismo é uma atividade crescente nas UC. A biodiversidade como atrativo principal desta prática turística, provoca ajustes nas políticas públicas de forma que haja conscientização coletiva da sociedade com vistas a manter a integridade do meio ambiente em sentido amplo. Neste sentido o ecoturismo, é um importante segmento da indústria do turismo, com alto potencial para incentivar a conservação do meio ambiente e o manejo das áreas protegidas e promover o planejamento do uso da terra (7).

Desta forma pode-se entender que as práticas da Educação Ambiental nas atividades em torno do ecoturismo praticado em áreas de preservação ambiental disponibilizam ferramentas para geração de benefícios em termos socioeconômicos culturais e ambientais.

O dinamismo biológico brasileiro fortalece a prática do ecoturismo nas UC, desta forma é inevitável à expansão no uso do solo. Isso requer planejamento físico e espacial com vistas a atender adequadamente o visitante e a comunidade local de modo que as práticas turísticas em todas as modalidades sejam realizadas com responsabilidades de forma que as atenções estejam voltadas a preservação das Unidades Ambientais e toda sua biodiversidade. Isso refere-se ao planejamento com um componente espacial ou geográfico no qual o objetivo geral é preparar uma estrutura espacial de atividades (8).

Com isso, nota-se a importância de se planejar as atividades a serem desenvolvidas com o uso do solo, pois o ecoturismo possibilita o desenvolvimento regional, no entanto, a falta de planejamento gera uma sequência de fatores negativos implicando na degradação da região turística e da história local. Neste sentido, se faz necessário uma abordagem comunitária com vistas a fortalecer a gestão territorial inibindo os impactos negativos da ação humana sobre o dinamismo biológico da UC. Com isso, Rocktaeschel aponta que. O ecoturismo leva em conta a manutenção das dinâmicas biológicas dos sítios e das regiões de visitação, dos valores e dos direitos das comunidades anfitriãs, informando e educando, permitindo que clientes, funcionários, fornecedores e comunidades locais se envolvam em assuntos ambientais (7-2).

O processo de demarcação territorial da área em que hoje abrange o PNI, se deu por meio de ações efetivas que propunha afirmar relações de poder viabilizando novas configurações em relação ao meio ambiente gerando perspectivas de proteção ambiental pelo poder público. No entanto, o uso dos instrumentos de poder que permitem formalizar a gestão territorial admitindo a regionalização e proteção de áreas de preservação ambiental, gera uma série de conflitos entre sociedade e poder público pelo uso do solo como forma de atividades econômica. Neste sentido, quando realizamos uma regionalização com vistas a determinados propósitos de intervenção, somos forçados a fazer concessões e a utilizar instrumental próprio ao tipo de ação/resultados (9).

A intervenção do poder público, por meio do decreto lei nº 86.676 de 01 de dezembro de 1981, fixou novos limites do PNI com objetivo de criar na região Oeste do Paraná uma UC de referência mundial na prática da conservação do meio ambiente. Isso implicou na geração de insatisfações dos atores sociais envolvidos em atividades agrícolas no entorno desta. A essa conjuntura adversa, ou de indiferença somam-se os conflitos advindos das limitações impostas a alguns usos dentro do parque (10).

No entanto, as ações governamentais como instrumento de gestão territorial e políticas públicas, possibilitaram o controle da ação humana por meio de atividades agrícolas na zona de amortecimento da UC.

### **ESCOLA PARQUE: Da fundação aos dias atuais**

A Escola Parque é um espaço de Educação Ambiental situado no PNI que tem como objetivo difundir esta prática educacional no meio social com vistas a manter a conservação desta UC.



Foi construída em 1962 com recurso do Instituto Nacional do Pinho (INP). Este Instituto foi criado pelo Decreto-Lei nº 3.124 de 19 de Março de 1941 com a finalidade de coordenar e superintender os trabalhos relativos à defesa da produção do Pinho.

A Escola Parque iniciou suas atividades como Escola Pública no ano de 1963 atendendo moradores da cidade e filhos de funcionários do Parque comatividades regulares de ensino.

Em 1998, devido à falta de alunos, a Escola Parque tornou-se inviável e suas atividades foram encerradas. As instalações foram entregues ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que em seguida iniciou o processo de revitalização do prédio.

No dia 26 de janeiro de 2000 foi inaugurada como Escola de Educação Ambiental do Parque Nacional do Iguaçu – Escola Parque. A partir de então suas atividades foram voltadas para a dissuasão dos princípios básicos da Educação Ambiental por meio de projetos e atividades desenvolvidas com vistas a inserir a sociedade no processo de proteção ambiental desta UC. Na conjuntura atual, a escola conta com três servidores, sendo uma gestora que é funcionária do (ICMBio), uma estagiaria e uma bolsista. Pelo que apresentou a Gestora por ocasião da entrevista, o Governo Federal não disponibiliza verba para manutenção da Escola.

Apesar de situar-se dentro de uma UC que é administrada pelo Governo Federal por meio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), as atividades educacionais da Escola Parque são mantidas pelas concessionárias que administram as atividades turísticas do Parque que são: Cataratas do Iguaçu S/A, Macuco Ecoaventura, Macuco Safári, Cânion Iguaçu e Helisul.

Além dessas, a Empresa Ecocataratas que administra 387,1 quilômetros da Rodovia 277 entre os municípios paranaenses de Guarapuava e Foz do Iguaçu, é a principal parceira da Escola Parque, pois além de fazer repasses de verba para o desenvolvimento dos projetos de Educação Ambiental, desenvolve atividades de voltadas a preservação do meio ambiente.

As empresas citadas fazem parte da política de terceirização nas UC que atuam como instrumentos gestores das atividades básicas de proteção ambiental e prestação de serviços ligados ao turismo. A proposta de terceirização de atividades e serviços em UCs objetiva atualizar os padrões de uso dessas unidades, de forma a viabilizar o cumprimento das suas finalidades básicas de proteção dos ecossistemas naturais, buscando intensificar o aproveitamento do patrimônio natural e cultural do país (7-3).

Os benefícios gerados a Escola Parque pelas Empresas terceirizadas, por meio de incentivos financeiros e, parcerias no desenvolvimento de atividades conjuntas possibilitam integrar a sociedade no contexto político ambiental da UC.

### **PROJETOS E AÇÕES DA ESCOLA PARQUE**

Os projetos e ações desenvolvidos pela Escola Parque teorizam as ações educacionais em torno do meio ambiente, de forma a nortear os atores sociais na formação de consciência inovadoras, criando estratégias de modo a esclarecer as problemáticas socioambientais com vistas a promover uma junção de esforços na manutenção da UC. Sendo assim, a Escola Parque desenvolve projetos que permitem estabelecer conexões do homem com natureza.

No entanto, entende-se que esse dispositivo de educação, ou do educador ambiental por si só, não alcança os atores sociais em sua amplitude, a Educação Ambiental, como processo de formação crítica do homem em relação à importância da conservação do meio ambiente, diante das transformações econômicas e industriais que permitem transformar o território formulado pelo desenvolvimento regional, deve ser parte integrante da consciência humana. Educação Ambiental não é uma outra matéria a mais nas escolas [...] não é uma espécie de saber de recreio [...] não é uma nova ideologia ou uma nova pedagogia [...] A Educação Ambiental é, ao lado de tudo o que a fundamenta e acompanha, um outro ponto de partida. É um outro aprender a saber olhar, sentir, viver e interagir entre nós, os seres humano (4-2).

Desta forma a Escola Parque por meio de seus projetos objetiva transformar o aprender ambiental e com isso moldar as ações humanas e as interações com a biodiversidade. A seguir serão abordados os projetos de Educação Ambiental desenvolvidos pela Escola Parque. A obtenção dos dados abaixo, por meio de entrevista a gestora da Escola Parque, permite entender as ações desenvolvidas nos municípios limieiros que tem como objetivo, constituir a conexão das projeções da Escola Parque, no contexto da comunidade por meio das relações de poder em que exercida pela Educação Ambiental.

### **Projeto conhecendo o Parque Nacional do Iguaçu**

O projeto visa promover um entendimento diferenciado com o objetivo de sensibilizar e informar grupos organizados de escolas, ONGs, terceira idade. O agendamento é feito de março a novembro, de terça a sexta-feira sendo que a visita é de três horas de duração. As ferramentas utilizadas são palestras, vídeos, animais



taxidermizados, isto é, animal empalhado, jogos de educação ambiental finalizando o percurso das atividades na trilha das cataratas.

### **Projeto Ecotrilha**

A Ecotrilha está localizada no Posto de Informação e controle (PIC) situado no Município de Céu Azul. Sua extensão é de 800 metros em meio a floresta. Nesta atividade o visitante conhecerá a história do PNI e suas características, o mini museu com diversos objetos relacionados ao Parque. O grupo é dividido com acompanhamento de monitores onde serão apresentados os tipos de vegetações característicos da Mata Atlântica.

### **Curso de Educação Ambiental em Unidade de Conservação**

Este Curso ocorre ao longo do ano por meio de módulos nos municípios limieiros ao Parque e tem como objetivo discutir sobre a Educação Ambiental e o PNI. Além disso, promove processos educativos com Professores da Rede Municipal de Ensino além de fortalecer a prática da Educação Ambiental nos municípios do entorno do parque e orientar a construção de projetos a serem desenvolvidos nas escolas tendo como sujeito da ação Professores da Rede Municipal de Ensino dos quatorze municípios limieiros.

### **Gincana Ecológica**

A Gincana Ecológica tem o objetivo de envolver as crianças do 4º Ano do Ensino Fundamental dos municípios limieiros nas ações de Educação Ambiental da Escola Parque de forma lúdica e educativa, proporcionando um processo de ensino aprendizagem diferente e divertido. A gincana proporciona interpretar o meio ambiente por meio de visita a ecotrilha, e a realização de concurso com premiações ao final das etapas.

### **Projeto Conhecendo os Rios do Parque**

Esse projeto é desenvolvido pela Escola Parque em parceria com o programa aqualGUAÇU que é um dos programas do PNI. O projeto tem como finalidade conhecer a qualidade dos rios que entram na UC por meio de parcerias com as escolas dos municípios limieiros.

### **Conselho Consultivo do PNI – CONPARNI**

O Conselho é formado por um grupo de representantes da sociedade civil, do Governo e comunidade ligada ao parque e tem como objetivo, organizar, informar e dar sugestões às diversas atividades relacionadas à Unidade.

### **Datas Comemorativas**

A Escola Parque em parceria com as concessionárias que atuam na Unidade organiza as ações referentes às datas comemorativas de meio ambiente como ferramenta de Educação Ambiental e estratégia de informação e sensibilização, entendendo que para cumprir os objetivos, visitantes, funcionários e comunidade em geral precisam ser informados e sensibilizados de forma contínua em relação a este importante espaço protegido. Essas ações desenvolvidas objetivam comemorar o aniversário do Parque, o dia da água, o dia da Educação Ambiental, o dia mundial do Meio Ambiente, o dia da árvore e o dia do rio. Além disso, são datas oportunas em que os atores sociais envolvidos discutem ideias com vistas a fortalecer as ações de Educação Ambiental.

### **Programa de Voluntariado do PNI**

Por meio do trabalho voluntário, a sociedade de maneira geral tem a oportunidade de exercitar a cidadania e conhecer novas áreas de atuação, com vistas a contribuir na execução de atividades que viabilizem a integração do homem-natureza. Desta forma o PNI abre espaço em seus projetos e programas para que o trabalho voluntário se concretize na UC. A escola parque por ser um programa ativo do Parque recebe em suas dependências pessoas voluntárias que desenvolvem atividades diversas.

O desenvolvimento dessas práticas permite reforçar a importância da conservação da biodiversidade desta UC. A Educação Ambiental como mecanismo norteador de transformações, do ponto de vista ecológico, permite reavaliar o processo histórico e a construção do entendimento humano em relação às suas conexões com o meio em que está inserido. A Educação Ambiental é elemento inserido em um contexto maior, que produz e reproduz as relações da sociedade as quais, para serem transformadas, dependem de uma educação crítica e de uma série de outras modificações nos planos políticos, sociais, econômicos e cultural (11).

As relações sociais permitem definir conhecimentos básicos do ponto de vista ambiental no processo de gestão das UC. Com isso a criação de regras que implicam



o uso de uma área de conservação ambiental de forma racional por meio das políticas públicas inerentes a essa questão.

Essas regras geradas da racionalidade social permitem que a história e a cultura do território em que está contida a área de atuação dos instrumentos gestores do processo de conservação, incidem no processo político e econômico das comunidades limites a UC. Neste sentido, têm-se as atividades turísticas como fator importante do processo de desenvolvimento regional e, geração de renda e emprego para a sociedade local, que consiste em reforçar a racionalidade social no que diz respeito à conservação do processo histórico e cultural do espaço geográfico.

Com isso a importância da Escola Parque como instrumento decisório na prática de aplicação do conhecimento que determinam as atitudes a serem tomadas pela sociedade com vistas a criar um espaço favorável de estruturação da gestão do território destinado a conservação ambiental.

Dentre os projetos desenvolvidos pela Escola Parque, observa-se que o Curso de Educação Ambiental em Unidade de Conservação, destinado a professores da rede pública de ensino, o Projeto Conhecendo os Rios do Parque direcionados a alunos do Ensino Médio das Escolas dos Municípios limítrofes a UC, que consiste em analisar a qualidade das águas dos rios que entram no Parque e, o Conselho Consultivo do PNI que consiste em reunir os representantes das concessionárias que administram as atividades turísticas do parque e membros da sociedade no sentido de reavaliar as práticas de utilização dos recursos naturais e reorganizar as formas de gestão da UC.

O emprego desses projetos na comunidade consiste na criação de espaços de discussões com vistas a estabelecer ações de cunho sustentáveis. Desde 2011, é realizada em cinco módulos presenciais de oito horas cada, com uma etapa a distância de elaboração e aplicação de um projeto de Educação Ambiental com o tema Parque Nacional do Iguaçu que cada participante faz na sua comunidade escolar um seminário [...] para apresentação dos resultados dos projetos [...] em Municípios diferentes com o objetivo de mostrar a grandiosidade do Parque Nacional e também fortalecer as parcerias locais (12).

No entanto, entende-se que a Escola Parque, fornece informações que possibilitam refazer os olhares da sociedade em relação às causas ambientais por meio desses espaços de discussões, objetivando definir os mecanismos de tomadas de decisões de forma coletiva e individual.

O crescimento das atividades econômicas em consequência do crescimento populacional na região do PNI consiste em reavaliar os métodos de práticas sustentáveis na criação de novas concepções para a gestão da UC. Portanto, as ações coletivas envolvendo toda comunidade lindeira ao PNI norteadas pela Escola Parque como instrumento prático de ensino da Educação Ambiental, possibilita criar novas concepções do ponto de vista sustentável a esta UC.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de conservação de uma UC das proporções do PNI, mediante os conflitos com o poder público provenientes da ocupação territorial desordenada e as concepções sociais culturais e econômicas das comunidades lindeiras, requer a criação de mecanismos que formule as concepções das sociedades do ponto de vista ambiental.

Os resultados obtidos por meio da pesquisa realizada na Escola Parque permitem entender sua importância como instrumento prático no ensino da Educação Ambiental para as comunidades do entorno do PNI por meio de seus projetos de ensino e conscientização da conservação da biodiversidade.

Os projetos disponíveis pela Escola Parque em parceria com as concessionárias que desenvolvem as atividades turísticas no âmbito do PNI integram as comunidades nas projeções desta UC em relação à gestão de seus recursos. O uso sustentável no desenvolvimento das atividades permite o desenvolvimento regional em sentido amplo e, com isso a atuação das políticas públicas como instrumento regulador das ações.

Portanto, a Escola Parque, é um instrumento eficaz de controle e gestão ambiental por meio de seus projetos de ensino da Educação Ambiental, de forma que permite criar um espaço que objetiva reformular as concepções da sociedade em relação à conservação da biodiversidade do PNI.

### BIBLIOGRAFIA

1. BRASIL. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/leis/l6938.htm>>. Acesso: 25 de abril de 2015.
2. BRACAGIOLI, A. Metodologias participativas. In: JÚNIOR, L.A.F. **Encontros e Caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA, 2007. p.227-242.
3. BRASIL. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/>>. Acesso: 25 de Abril de 2015.
4. FERRARO, L A J. **Encontros e Caminhos: formação de educadores ambientais e coletivos educadores**. Brasília, 2007.



5. COELHO, A. A. **Terceirização e participação na gestão em unidades de conservação estaduais do Amazonas**. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2012.
6. BRASIL. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm)>. Acesso: 25 de abril de 2015.
7. ROCKTAESCHEL, B M M M. **Terceirização em Áreas protegidas: estímulo ao ecoturismo no Brasil**. São Paulo 2006.
8. HALL, C. M. **Planejamento Turístico: políticas, processos e planejamentos**. São Paulo, 2001.
9. HAESBAERT, R. **Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro, 2010.
10. DIAS, E S. **Desenvolvimento regional e conservação ambiental: a estrada do colono como via de integração do oeste-sudoeste do paranaense**. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Estadual de São Presidente Prudente, 2006.
11. LOUREIRO, C F B. **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. Cortez 2005.
12. XAVIER, M M. **A educação Ambiental na Conservação do Parque Nacional do Iguaçu**. I colóquio internacional da rede de pesquisa em educação ambiental por bacia hidrográfica. Cascavel, 2013. Disponível em: <<http://cac-php.unioeste.br/eventos/epea2013>>. Acesso em 25 de abril de 2015.

## OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE SÃO JOÃO DA PONTA (PARÁ): DESAFIOS NA GESTÃO DOS RECURSOS PESQUEIROS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL NO LITORAL PARAENSE.

*Josinaldo Reis do Nascimento<sup>1</sup>, Roberta Sá Leitão Barboza<sup>2</sup>, Darcy Flexa Di Paolo<sup>3</sup>.*

1. Biólogo, Mestre em Biologia Ambiental, professor de *Economia e Extensão Pesqueira* do Instituto Federal do Pará - IFPA- *Campus Bragança*. E-mail: josinaldo.reis@ifpa.edu.br.
2. Bióloga, Doutora em Ecologia Aquática e Pesca, professora de *Extensão Pesqueira e Sociologia Pesqueira* da Universidade Federal do Pará-UFPA/IECOS/ESAC- *Campus Bragança*. E-mail: robertasa@ufpa.br.
3. Socióloga, mestre em Ciências Sociais pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, professora da UFPA- CSA/FACTUR/ESAC. E-mail: dflexa@ufpa.br.

### INTRODUÇÃO

As Reservas Extrativistas no Brasil foram criadas no final da década de 1980, em um panorama de lutas e conflitos socioambientais, principalmente os de natureza fundiária que culminaram entre outros eventos na morte no líder seringueiro Chico Mendes (3; 5; 2).

As reservas extrativistas brasileiras representam um fenômeno recente na conjuntura sócio política brasileira. Contexto este ancorado numa perspectiva que tem como pano de fundo a percepção de cuidados com o meio ambiente, fruto de toda uma caminhada, especialmente dos movimentos sociais, os quais muito têm contribuído para amenizar as acirradas pressões econômicas cada vez mais presentes sobre o espaço/natureza.

No Brasil e especialmente na Amazônia é perceptível a preocupação quanto à necessidade de mais cuidados com o meio ambiente, tendo presente a intensificação de leis e normas tanto em termos regional quanto nacional cuja participação das comunidades, especialmente aquelas consideradas como populações tradicionais, tem tido relevância nos conteúdos das leis e normas ambientais vigentes.

Por exemplo, a Lei nº 9985, de 18 de julho de 2000 (15), que institui no Brasil o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação.

A referida Lei, em seu Art. 2º define Unidade de Conservação como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites



definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

E conservação da natureza como:

O manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral.

Já o Decreto 6040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (10), em seu Art. 3º, Inciso I, define populações tradicionais como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Tais argumentos legais ampliam significativamente o olhar para a natureza, não a dissociando do contexto cultural, ou seja, levando em consideração a importância das comunidades que nela e dela sobrevivem, o que é considerado um avanço advindo das próprias pressões e reivindicações de muitas destas comunidades. Assim,

A percepção da “conservação” evoluiu de forma considerável, rompendo, por um lado, com a preservação estrita que exclui o homem do espaço protegido e considerando, por outro lado, os objetivos de desenvolvimento que impõem uma certa racionalidade econômica. Esse leque de percepções alimenta os debates internacionais acerca da conservação das florestas e mantém, mais precisamente, as polêmicas concernentes ao lugar do extrativismo no desenvolvimento sustentável; alguns se referem primeiramente ao problema do mercado, outros, ao seu valor conservacionista. A construção política e social das reservas extrativistas no Brasil é uma prova dessa versatilidade (33, p. 263-264).

Isto ressalta a preocupação dos governantes e da sociedade civil na busca da justiça social e da prudência ambiental.

Mas, se por um lado tais preocupações já apontam para a consciência da necessidade de mudanças de paradigmas de planejamento e gestão de desenvolvimento que possa proporcionar o equilíbrio planetário e garantia necessária à qualidade de vida às gerações atuais e futuras, por outro lado, a obtenção do lucro a qualquer preço tem sido a medida de ocupação do planeta, o que tem provocado impactos de natureza socioambiental sistemáticos, com efeitos desastrosos, especialmente à vida das populações que dependem diretamente dos recursos naturais para a sua reprodução social (34).

Conforme (20, p. 101):

A reserva extrativista e outras semelhantes aparecem como uma das alternativas de um desenvolvimento sustentado nas regiões tropicais, baseado no respeito ao mundo natural, no uso de tecnologias apropriadas e densas de conhecimento tradicional dos ecossistemas, na equidade social e na viabilidade econômica.

Qualquer que seja o foco de um estudo voltado para esta região precisa ter presente esta realidade, a qual, certamente influencia o modo de vida dos moradores deste espaço natural, os quais, conseqüentemente também interferem no ambiente em questão.

O cenário do litoral amazônico brasileiro formado pelos estados do Amapá, Pará e Maranhão. O estado do Pará apresenta a segunda maior área de manguezais do país, com cerca de 389.400 hectares (38). O ecossistema de manguezal ocorre em 19 municípios do Estado (Soure, Salvaterra, Colares, Vigia de Nazaré, São Caetano de Odivelas, Viseu, Augusto Corrêa, Bragança, Tracuateua, Primavera, Quatipurú, São João de Pirabas, Santarém Novo, Salinópolis, Maracanã, Magalhães Barata, Marapanim, Curuçá e São João da Ponta), onde vivem cerca de 7% da população do Pará.

Nesses municípios uma grande quantidade de pessoas depende dos recursos pesqueiros encontrados na zona estuarina ou no manguezal para sua sobrevivência, com destaque ao caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*), cuja coleta e comercialização estão dentre as atividades mais importantes da economia local (29, 22, 23, 24, 30, 28). A atividade extrativa deste crustáceo apresentou para o país nos anos de 2009, 2010 e 2011, respectivamente 9.027,4 toneladas, 8.534,7 toneladas e 8.607,5 toneladas,



sendo uma parcela considerável desta produção oriunda dos municípios do litoral paraense (16).

Com intuito de proteger os manguezais da linha de costa do Pará, aliado às condições culturais de ocupação e uso tradicional dos recursos naturais desse ambiente, vem se estabelecendo desde o ano de 2001 várias unidades de conservação de uso sustentável no nordeste paraense, correspondendo a uma parte significativa da linha de costa do Estado.

A primeira Reserva Extrativista Marinha do Pará foi a RESEX de Soure, na Ilha do Marajó, criada em 2001 (13). Seguida pelas RESEX Mãe Grande de Curuçá, São João da Ponta e Maracanã, nos municípios homônimos, e Chocoaré-Mato Grosso no município de Santarém Novo, todas decretadas no ano de 2002 (12).

Em 2005 foram criadas as seguintes RESEX marinhas: Tracuateua, no município homônimo; Caeté- Taperaçú, no município de Bragança; Arai-Peroba, no município de Augusto Correa; e Gurupí-Piriá no Município de Viseu (BRASIL, 2005a).

Recentemente, em outubro de 2014, foram decretadas a RESEX marinha Mocapajuba no município de São Caetano de Odivelas, a RESEX marinha Mestre Lucindo em Marapanim e a RESEX marinha Cuinarana, em Magalhães Barata (14).

Neste contexto, o presente artigo tem-se como objetivo central analisar as principais interfaces que permeiam o processo de cogestão na RESEX Marinha de São João da Ponta, bem como realizar uma breve discussão acerca dos principais conflitos socioambientais presentes nas comunidades do seu entorno.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

O desenvolvimento deste trabalho foi se delineando, tendo como ponto de referência os resultados obtidos durante um conjunto de oficinas sobre a temática “*Gestão de conflitos no uso de recursos pesqueiros*” ocorridas em 2009 para lideranças comunitárias das principais comunidades do entorno da Reserva Extrativista<sup>7</sup> (RESEX) Marinha de São João da Ponta, Pará.

Estas discussões emergiram da demanda do gestor da RESEX, o Sr. *Waldemar Londres Vergara Filho*, em fomentar ações que pudessem contribuir na mediação de conflitos socioambientais existentes em função do uso dos recursos pesqueiros na Reserva Extrativista Marinha de São João da Ponta/PA. Bem como, estimular a

---

<sup>7</sup>Área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (Brasil, 2000).

participação dos usuários da RESEX de maneira mais ativa no processo de gestão compartilhada, criando ambientes descontraídos para debates acerca das legislações pertinentes a pesca, aos povos e comunidades tradicionais em áreas de UC.

Teve como principal base de análise a metodologia qualitativa que envolveu pesquisa bibliográfica, documental e de campo, entrevistas, observação participante e a técnica participativa “FOFA<sup>8</sup>” (Fortaleza Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) (36).

Para fins deste estudo consideraremos como *Recursos Pesqueiros e Pesca* as definições dada pela Lei Nº 11.959 de 29 de junho de 2009:

I-*Recursos Pesqueiros*: são os animais e os vegetais hidróbios passíveis de exploração, estudo ou pesquisa pela pesca amadora, de subsistência, científica, comercial e pela aquicultura;

III - *pesca*: toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros;

A Reserva Extrativista Marinha de São João da Ponta foi constituída em 13 de dezembro de 2002, possui uma área de 3.203,24 ha (três mil, duzentos e três hectares e vinte e quatro centiares), sendo 720, 8458 ha de espelho d'águas e 2.482,3942 ha de manguezais (12).

A referida UC está localizada integralmente no município homônimo, na mesorregião do nordeste paraense (47°55'59.30" W e 0°53'36.46" S). Sua área de abrangência vai desde as cabeceiras do rio Mocajuba, passando pela margem direita do rio Igarapé Açú e esquerda do rio Mocajuba, onde este banha a zona urbana da sede do município de São João da Ponta, seguindo pela margem direita do rio Desterro, no sentido montante. Continuando sempre a acompanhando o limite do mangue e terra firme, passa pelas nascentes do igarapé do Porto de Maripanema, seguindo pela margem direita do furo da Baunilha, e penetrando pela margem direita do rio Mojuim e no mesmo sentido no igarapé Guarumã, percorrendo uma distância de 12.764,42 metros. Fazendo limite com os municípios de São Caetano de Odivelas e Curuçá, sempre acompanhando o limite da zona de terra firme e do ecossistema manguezal (Figura 01).

Quando decretada, a RESEX não compreendia comunidades humanas dentro de sua abrangência, entretanto o ecossistema manguezal incluído em sua área

---

<sup>8</sup> Esta é uma técnica usada para identificar pontos fortes e pontos fracos de um grupo social, e examinar oportunidades e ameaças acerca dos objetos investigados. É uma ferramenta que facilita a organização de informações e que esboça um cenário para o futuro o que, por sua vez, facilita a elaboração de planejamentos (TAGORE, 2007).



representa grande importância para as 18 comunidades do seu entorno, são elas: Porto Grande; São Francisco; Santa Clara; Baunilha e Santana; Deolândia; Novo Horizonte; Brasilândia; Açú; Monte Alegre; Jacarequara; Vila Nova; Bom Fim; Guarajuba, São Domingos e Comunidade de Guarajubinha, bem como três bairros da Sede do município São João da Ponta.

Vale destacar que, na maior parte dos casos, o uso dos recursos naturais e do território do entorno da UC é tão importante quanto fora de seus limites como no seu interior e, por isso, assume grande relevância no seu desenvolvimento.

Neste sentido, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), define:

XVIII - zona de amortecimento: o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade (15).

Dentro desta perspectiva, os extrativistas das comunidades supracitadas constituem a Associação dos Usuários da Reserva Extrativista de São João da Ponta–MOCAJUIM. A partir dessa consideração, faz-se pertinente lembrar que a criação das RESEX no Brasil fundamentou-se essencialmente na ideia de inclusão dos moradores nas discussões e ações de estratégias de manejo e conservação dos recursos naturais (3). Sendo a associação dos usuários um mecanismo que possibilita o protagonismo dos comunitários nos processos investigativos locais, levando-os a compreender e discutir as implicações das estratégias de uso e de cogestão dos recursos.



**Figura 01-** Mapa com os limites municipais e a localização da Reserva Extrativista Marinha de São João da Ponta (Modificado de 9).

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na luta socioambiental pela criação das RESEX, (37) enfatiza a reivindicação dos seringueiros pelo reconhecimento de seus saberes e práticas acerca do uso dos recursos naturais disponíveis em seus territórios, além do reconhecimento de sua identidade:

*Essas reivindicações estão na origem do conceito de Reserva Extrativista e de sua experimentação com vistas a atribuir às populações tradicionalmente residentes e/ou usuárias dessas áreas o estatuto e o reconhecimento de seu direito a viver e trabalhar na floresta, explorando seus recursos enquanto trabalhadores independentes, não submetidos à tutela de patrões e dispendo para isso de um território no qual esses trabalhadores teriam oportunidade para fazer valer seus saberes e práticas enquanto apropriados à valorização e à gestão dos recursos naturais.*

Tais reivindicações têm contribuído também ao processo contínuo de recomposição e reconfiguração territorial (37, 7). Espaços estes, marcados pela definição de acordos de usos dos recursos e do território a partir de seus saberes, os quais, nesta conjuntura político-social se refletem no conjunto de regras de uso da RESEX, o que, segundo (35) deve ser compreendido como sinônimo de pactos sociais.

Estes pactos sociais são observados em comunidades pesqueiras da Amazônia, onde as regras de utilização são estabelecidas coletivamente, visando o controle da territorialidade e a conservação dos recursos. Sua formalização é um processo relativamente novo, em pleno curso na região e iniciado a partir de conflitos socioambientais referentes à competição por recursos pesqueiros na Amazônia Central (19).

No litoral amazônico os pactos sociais definidos pelas comunidades têm funcionado como ferramenta crucial na utilização comum dos recursos naturais, garantindo a preservação continuada das espécies envolvidas e da cogestão pelas comunidades, relações estas, previstas na essência das RESEX.

As regras de uso dos recursos são levantadas pelos próprios usuários das RESEX em reuniões específicas e juntas constituem o *plano de utilização*, documento oficial reconhecido em consonância com a legislação vigente. O plano de utilização de uma RESEX deve indicar a finalidade do plano (breve descrição dos meios a utilizar para manter a reserva como unidade destinada à exploração auto-sustentável e à conservação dos recursos naturais renováveis, pelos seus moradores) (31).



Posteriormente o plano de utilização deverá ser absorvido pelo plano de manejo da RESEX, documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (31). (32) recomenda a participação social na elaboração do plano de manejo de uma unidade de conservação com vistas a maior conhecimento e compreensão pelos diferentes atores envolvidos, com melhor difusão das regras e acordos estabelecidos.

Constituem ainda desafios na implementação das RESEX a mediação de conflitos originados antes ou após a criação das reservas. (7) apontam a ausência dos planos de manejo, incluindo um conjunto de regras de uso, direitos e deveres, como propulsora de conflitos nas unidades de conservação, visto que tais regras contribuem no desenvolvimento da utilização equilibrada dos recursos ambientais.

Pesquisadores chamam atenção para outro problema, além do uso equilibrado dos recursos naturais: a justiça na distribuição social desses recursos (6). Tais autores citam exemplos de conflitos existentes na RESEX do Alto Juruá em função das relações de parentesco e amizade entre os comunitários que fiscalizam o cumprimento dos pactos sociais firmados no plano de utilização da RESEX. Todavia, para estes autores a RESEX *é um espaço de conflitos e de diálogos no qual podem emergir soluções novas e criativas para os problemas de distribuição dos bens* (6). Desse modo, vale ressaltar a afirmação de (18, p.3) acerca dos conflitos que ocorrem nas UC:

No entanto, não podemos afirmar que os conflitos na gestão ambiental e, principalmente, no gerenciamento das UC's, são totalmente negativos, pois, são com as relações conflituosas que surgem diversas formas de entendimento e de crescimento, dando origem as negociações e a busca por mecanismos para a regulação da gestão destas áreas.

Assim, constata-se que durante o processo atual de consolidação deste modelo de unidade de conservação, a gestão do território passa a ter como pré-requisito não somente a delimitação territorial, bem como preocupações com a preservação dos modos de vida de suas populações, as quais estão historicamente trançadas a redes sociais fortemente relacionadas com a conservação do meio ambiente. Isso significa que o território e seu ordenamento estão cheios de significados sociais construídos e repassados de geração a geração, que se refletem em costumes e tradições, práticas sociais, saberes e uso de recursos naturais (21).

Dentro da conjuntura política das RESEX, abre-se um espaço para a valoração e utilização dos saberes das comunidades locais, os quais passam a ser discutidos no conjunto de regras de uso da RESEX, constituindo o um conjunto de pactos sociais. Pactos estes, definidos pelas comunidades, que, quando respeitados, funcionam como ferramenta crucial para utilização comum dos recursos naturais, garantindo a conservação continuada do ecossistema manguezal e efetivação da cogestão pelas comunidades.

O conjunto de pactos sociais estabelecidos no Plano de Utilização da RESEX Marinha de São João da Ponta foi fruto de profundas discussões realizadas nas diversas reuniões nas comunidades usuárias dos recursos da Reserva. Tais discussões caracterizam-se como um processo democrático e participativo, aprovado em uma grande *Assembleia Geral* com o apoio e acompanhamento dos técnicos do CNPT/ IBAMA/BELÉM/PA, considerando a realidade de cada comunidade do entorno, principalmente entre os anos de 2002 e 2005.

Todavia, estas relações coletivas geram embates entre os diferentes grupos sociais envolvidos, isso em função de seus distintos modos de inter-relacionamento com os elementos da natureza e suas respectivas maneiras de interpretar os meios social e natural em que convivem, o que seria denominado de conflitos socioambientais (27).

Vale destacar a importância de se investigar os conflitos socioambientais em UC, haja visto que durante e/ou após os conflitos, é comum surgirem alternativas diferentes e atuais de se conduzir a gestão da utilização dos recursos, proporcionando assim novas possibilidades de negociações e buscas por soluções mais condizentes com a realidade local.

Dessa forma, analisar a etnografia de um conflito socioambiental requer, inicialmente a identificação do *foco central do conflito*, o que realmente está no cerne da questão. Para este estudo a abordagem metodológica que alicerça as discussões foi principalmente a *Ecologia Política* (27). Ocorrendo visivelmente inter-relações estruturais de poder entre os integrantes do cenário em questão, o que requer um mapeamento das interações políticas existentes para melhor compreensão da dinâmica própria de cada conflito (26).

Na RESEX abordada no presente artigo foram levantados conflitos pelos próprios usuários da UC durante oficinas realizadas em 2009. Os usuários da RESEX apontaram conflitos existentes entre diferentes atores sociais: os próprios pescadores artesanais da RESEX; pescadores artesanais da RESEX e pescadores artesanais de



outras áreas; pescadores artesanais da RESEX e pescadores esportivos de outros municípios, pescadores artesanais da RESEX e agentes econômicos do setor pesqueiro (Tabela 1).

Observou-se que entre os próprios usuários da Resex ocorrem conflitos em função de alguns destes desrespeitarem algumas das regras estabelecidas, como uso de práticas predatórias de pesca proibidas (*Apoitamento de rede*<sup>9</sup>, *uso de veneno*), desmatamento da mata ciliar e das cabeceiras dos rios, criação de pequenos animais e realização de caçada com animais domésticos.

Como o *Plano de Utilização* da RESEX Marinha de São João da Ponta (15) garante o acesso as áreas de pesca da RESEX apenas aos usuários cadastrados, a “*invasão*” do território da UC por pescadores artesanais e esportivos de outras áreas, alheios as regras de uso estabelecidas coletivamente, acaba gerando conflitos. Estes pescadores de outras áreas constituem o *foco central* causador dos conflitos relatados no presente estudo.

Muitas vezes estes pescadores externos atuam com apetrechos de pesca de alto potencial de captura, e na maioria das ocasiões com práticas predatórias, tanto para legislação vigente, como para as regras estabelecidas no *Plano de Utilização*. A título de exemplo, podemos citar a infringência ao tamanho das redes de pesca, cujo limite máximo permitido refere-se a 200 metros de comprimento e malha de 70 mm (setenta milímetros) entre ângulos opostos da malha esticada. Além disso, não é permitida a pesca de arrasto de qualquer espécie nos limites da RESEX.

Em relação à *pesca esportiva* é válido ressaltar que se trata de uma modalidade de pesca considerada permitida segundo o *Plano de Utilização*, desde que devidamente autorizada e regulamentada pelas instâncias decisórias da unidade de conservação. O que tem ocorrido, no entanto, é o descumprimento destes requisitos e provocado situações conflituosas com os usuários, principalmente aqueles extrativistas que têm a pesca como única fonte de renda familiar, indispensável à sua sobrevivência, os quais veem os recursos sendo explorados de forma desleal.

Os locais onde o descumprimento das regras de uso estabelecidas no *Plano de Utilização* geram situações conflituosas mais graves são principalmente aqueles cujo *foco central* é o caranguejo-uçá. Nas comunidades Porto Grande, Guarajuba e Deolândia, a extração e comercialização do caranguejo-uçá representa o principal mecanismo de geração de renda e ocupação dos extrativistas da RESEX, sendo os conflitos socioambientais nessas áreas os mais acirrados em relação às demais áreas

---

<sup>9</sup>*Apoitamento de Redes* são aquelas que ficam presas ao fundo, normalmente fixadas com objetos pesados tipo de ferro ou de pedras não são levadas pela maré, conforme aponta a fala dos próprios pescadores (BARBOZA & PEZZUTI, 2011).

**Tabela 1-** Relação dos conflitos, incluindo informações sobre os atores envolvidos, causas e consequências, apontados pelos usuários da RESEX Marinha São João da Ponta (PA).

ATORES ENVOLVIDOS	CAUSAS	COMUNIDADES DO ENTORNO	CONSEQUÊNCIAS
Pescadores artesanais da RESEX versus Pescadores artesanais da RESEX	Utilização de práticas predatórias de pesca ( <i>Apoitamento de rede, uso de veneno</i> )	Comunidades de São Caetano e Santa Clara Comunidade polo do Porto Grande Comunidade de Deolândia Comunidade do Guarajuba	Conflitos entre os extrativistas devido ao não cumprimento das regras de uso da RESEX
	Desmatamento da mata ciliar e das cabeceiras dos rios	Comunidades de São Caetano e Santa Clara Comunidade polo do Porto Grande	Conflitos entre os extrativistas devido ao não cumprimento das regras de uso da RESEX
	Criação de Pequenos animais	Comunidade polo do Porto Grande	Conflitos entre os extrativistas devido ao não cumprimento das regras de uso da RESEX
	Caça com cães	Comunidades de São Caetano e Santa Clara Comunidade de Deolândia	Conflitos entre os extrativistas devido ao não cumprimento das regras de uso da RESEX
Pescadores artesanais da RESEX versus Pescadores artesanais de outras áreas	Territorialidade	Comunidades de São Caetano e Santa Clara Comunidade polo do Porto Grande Comunidade de Deolândia Comunidade do Guarajuba	Conflitos pelo uso exclusivo de pesqueiros e áreas de manguezal para coleta de caranguejo-uçá Conflitos por invasão de áreas de pesqueiros e áreas de manguezal para coleta de caranguejo-uçá Conflitos por sobreposição de áreas de exploração de caranguejo-uçá e degradação dos bancos naturais de Ostras Conflitos por invasão de áreas de pesqueiros por pessoas de municípios vizinhos que pesca esporadicamente
	Utilização de práticas predatórias de pesca ( <i>Apoitamento de rede, uso de veneno</i> )	Comunidade do Guarajuba	Conflitos com pescadores de outras áreas alheias as regras de uso da RESEX
Pescadores artesanais da RESEX versus Pescadores esportivos de outros municípios	Pesca esportiva desordenada	Comunidade polo do Porto Grande	Conflitos por exploração de áreas de uso dos extrativistas da RESEX com pescadores esportivo oriundos de outros municípios alheios as regras de uso da RESEX
Pescadores artesanais da RESEX versus Agentes econômicos do setor pesqueiro	Pouco potencial de organização da cadeia produtiva	Comunidade de Deolândia	Conflitos com <i>Atravessadores</i> de pescada, principalmente de caranguejo-uçá que atuam nas comunidades da RESEX



Neste sentido, podemos evidenciar também fortes traços de disputas por territórios de coleta de caranguejo-uçá e de pescadores considerados mais produtivos, ocasionando conflitos por *territorialidade*. O esforço coletivo deste grupo social caracteriza-se na afirmação de seu “*território*” ao tentarem garantir sua ocupação espacial, bem como usar e controlar os recursos (25). Estes embates foram registrados também nas comunidades de Santa Clara e São Caetano.

A *Territorialidade* refere-se às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas – uma localidade, uma região ou um país – e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico (1).

Vale destacar que a territorialidade tem se configurado como um importante componente na construção da identidade dos grupos sociais, nesse contexto, o estabelecimento das unidades de conservação de uso sustentável tem contribuído para solidificação da identidade dos pescadores artesanais do litoral da Amazônia.

Outro fator relevante na visualização de embates entre grupos sociais completamente distintos está relacionado ao baixo potencial de organização dos extrativistas dentro da cadeia produtiva do caranguejo-uçá nas comunidades da RESEX. Entre estas, destaca-se a comunidade Deolândia, onde estima-se que cerca de 60% de seus quase 500 moradores vivam exclusivamente da pesca e da coleta de caranguejo.

Esta baixa capacidade organizacional dos tiradores de caranguejo-uçá tem sido registrado em outras RESEX marinhas do litoral paraense, assim como conflitos com agentes econômicos como os *Atravessadores*<sup>10</sup> e os *Marreteiros*<sup>11</sup>, evidenciados em outras instâncias, como nos debates ocorridos no *I Fórum Paraense sobre o caranguejo-uçá* no município de Bragança em 2009 que discutiu exaustivamente o tema.

## CONCLUSÕES

No Brasil, ao longo do tempo, a exploração desenfreada dos recursos naturais tem pautado o processo de interação humana com o meio ambiente. Processo de

---

<sup>10</sup> Os *Atravessadores* adquirem o produto diretamente dos pescadores para posterior comercialização a outros agentes econômicos, que comercializam os produtos em outros municípios e até em outros estados da federação.

<sup>11</sup> No litoral paraense temos observado que estes *Agentes Econômicos* possuem uma influência de atuação bastante limitada de capital. Adquirem pequenas quantidades de pescado diretamente dos pescadores a preços baixos, os quais são comercializam nas comunidades ou na própria sede dos municípios para feirantes ou pequenos comerciantes interagindo também muitas vezes com os *Atravessadores*.

exploração este que tem como base uma política que prioriza a acumulação de capital, propiciando cada vez mais o desequilíbrio ecológico.

Todavia, conforme sugere (20, p. 101):

A reserva extrativista e outras semelhantes aparecem como uma das alternativas de um desenvolvimento sustentado nas regiões tropicais, baseado no respeito ao mundo natural, no uso de tecnologias apropriadas e densas de conhecimento tradicional dos ecossistemas, na equidade social e na viabilidade econômica.

Nesse âmbito, o desenvolvimento de RESEX marinhas estabelecidas na linha de costa do estado Pará tem contribuído de maneira significativa para a conservação do ecossistema manguezal nele existente, bem como para fortalecimento das comunidades tradicionais que historicamente tem neste espaço um ambiente de reprodução dos seus modos de vida.

O modelo de Reserva Extrativista Marinha trás consigo certa autonomia e valorização desses povos tradicionais, na medida em que reconhece os acordos de uso dos recursos e de acesso aos territórios debatidos e indicados por estes, através da formatação dos planos de utilização das RESEX.

Nesse interim, diversos conflitos pela disputa aos recursos naturais existentes em período anterior a implantação das Resex marinhas ainda persistem ou novos conflitos começam a surgir em virtude da infração aos pactos sociais estabelecidos de forma coletiva. Todavia, a essência participativa, objetivo das RESEX, abre espaço para um novo tipo de ação, em que diferentes atores sociais envolvidos na reserva possam dialogar de forma transparente estratégias e soluções aos problemas existentes. Nessa nova perspectiva, os conflitos têm funcionado como “gatilho” para a redefinição de posturas adotadas, sendo, dessa maneira, de grande importância a análise dos encontros e desencontros nesse novo tipo de gestão dos recursos pesqueiros.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao gestor da Reserva Extrativista Marinha de São João da Ponta/PA, o Sr. *Waldemar Londres Vergara Filho*, do Instituto Chico Mendes de Conservação da natureza-ICMBio, por proporcionar ações que contribui de maneira direta para mediação de conflitos socioambientais existentes em função do uso dos recursos pesqueiros, desta forma, estimulando a participação dos usuários da RESEX de maneira mais ativa no processo de gestão compartilhada, criando ambientes



descontraídos para o debate em busca de alternativas concretas para suas resoluções.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Albagli S. Território e territorialidade. In: Lages, V N, Braga, C, Morelli, G, Editores. Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Rio de Janeiro: Relume Dumará; 2004. p. 23-69.
2. Allegretti MH. A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos Seringueiros.[Tese]. Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável Universidade de Brasília;2002.
3. Allegretti MH. Reservas extrativistas: Parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia, in: Anderson, AB, Arnt R. Destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Rio de Janeiro: Relume Dumará; 1994. p. 17-47.
4. Almeida MWB. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. 2004; 6 (1):9-32.
5. Almeida MWB. Direitos floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. Revista Brasileira de Ciências Sociais. 2004;19 (55): 33-53.
6. Almeida MWB, Pantoja MC. Justiça local nas reservas extrativistas. Raízes, Campina Grande. 2004; 23 (1 e 2): 27–41.
7. Aquino MJS, Rosa BNL. Uso e Proteção Ambiental no Litoral Atlântico Amazônico: contribuição ao debate sobre práticas e saberes em unidades de conservação; Revista pós ciências Sociais. 2009; 6 (12): 131-144.
8. Barboza RSL, Pezzuti JCB. Ethnoichthyology of traditional fishermen from Caeté-Taperaçu Marine Extractive Reserve: aspects related to ethology, habitat use and migration of fishes of the Sciaenidae. Sitientibus série Ciências Biológicas. 2012 :11(2): 133-141.
9. Brasil.Caracterização dos aspectos socioambientais e econômicos da reserva extrativista de São João da Ponta e proposta de estudos complementares.Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2010.
10. Brasil. Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União. Seção 1 - 8/2/2007.
11. Brasil. Diário Oficial da União- Seção 1. Distrito Federal DF, 10 de outubro de 2014.
12. Brasil. Diário Oficial da União- Seção 1. Distrito Federal DF, 13 de dezembro de 2002.
13. Brasil. Diário Oficial da União- Seção 1. Distrito Federal DF, 22 de novembro de 2001.
14. Brasil. Diário Oficial da União- Seção 1. Distrito Federal DF, 23 de maio de 2005.
15. Brasil. Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Diário Oficial da União. Seção 1 - 19/7/2000.
16. Brasil. Ministério da Pesca e da Aquicultura - MPA. Boletim Estatístico 2010. Brasília, 2012.
17. Brasil. Plano de Utilização da Reserva Extrativista Marinha de São João da Ponta. IBAMA-PA, São João da Ponta-PA, 22 de Outubro de 2005.
18. Brito DMC. Conflitos em unidades de conservação. PRACS [Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP]. 2010 [Acessado em 19 de abril de 2015].1: 1-12; Disponível em: <http://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/10/n1Daguinete.pdf>.
19. D'Arrigo RCP, Mota S, Câmara EO. O Processo participativo na gestão dos recursos pesqueiros na bacia amazônica–Casos de pactos sociais formalizados no contexto da Amazônia legal brasileira–Acordos de Pesca. Seminário Áreas Protegidas e Inclusão Social. 2006; 2. 1-4.
20. Diegues AC. Ecologia humana e planejamento em áreas costeiras. 2 ed. São Paulo: Nupaub-USP; 2001.
21. Diegues AC. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: Diegues AC, Moreira AC, Editores. Espaços e usos naturais de uso comum. São Paulo: NUPAUB; 2001. p.97-124.
22. Glaser M. Interrelations between mangrove ecosystem, local economy and social sustainability in Caeté Estuary, North Brazil. Wetlands Ecology and Management. 2003; 11 (4):265-272.

23. Glaser M, Cabral N, Ribeiro AL. Gente, ambiente e pesquisa: manejo transdisciplinar no manguezal. Belém. UFPA/NUMA; 2005.
24. Glaser M, Diele K. Resultados assimétricos: avaliando aspectos centrais da sustentabilidade biológica, econômica e social da pesca de caranguejo, *Ucides cordatus* (Ocypodidae). in: Glaser M, Cabral N, Ribeiro AL. Gente, ambiente e pesquisa: manejo transdisciplinar no manguezal. Belém. UFPA/NUMA. 2005. p.51-68.
25. Little PE. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Brasília. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2002.
26. Little PE. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. Horizontes Antropológicos. 2006; 12 (25): 85-103.
27. Little PE. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: Bursztyrn M. Editor. A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Ed. Garamond Ltda, 2001. p. 107-122.
28. Magalhães A, Costa RM, Silva R, Pereira LCC. The role of women in the mangrove crab (*Ucides cordatus*, Ocypodidae) production process in North Brazil (Amazon region, Pará). Ecological Economics. 2007, (61): 559-565.
29. Maneschy MC. Pescadores nos manguezais: estratégias técnicas e relações sociais de produção na captura de caranguejo. In: Furtado LG, Leitão W, Fiúza A, Editores. Povos das Águas: Realidade e Perspectivas na Amazônia. Belém. Brasil. MCT/CNPq. 1993. p. 19-62.
30. Maneschy MC. Sócio-Economia: trabalhadores e trabalhadoras nos manguezais. In: Fernandes MEB, Editor. Os manguezais da costa norte brasileira. São Luís: Fundação rio Bacanga; 2005. p. 135-164.
31. Murrieta JR, Rueda RP. Reservas extrativistas. Brasília: IUCN, 1995.
32. Neiva A. *et al.* Lições aprendidas sobre participação social na elaboração de planos de manejo de unidades de conservação: comunidade de ensino e aprendizagem em planejamento de unidades de conservação. Brasília-DF: WWF-Brasil, 2013.
33. Pinton F, Aubertin C. O extrativismo entre conservação e desenvolvimento. In: Castro E, Pinton F. Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: Cejup: UFPA-NAEA: 1997. p. 263-284.
34. Sachs I. De volta à mão visível: os desafios da Segunda Cúpula da Terra no rio de Janeiro. Estudos Avançados. 2012; 26 (74): 5-20.
35. Schmink M, Wood CH. Contested frontiers in Amazonia. Columbia University Press, 2013.
36. Tagore MPB. Metodologia de ATER e Pesquisa com Enfoque Participativo. Alves Grafica e Editora: Belém-PA; 2007.
37. Teisserenc P. Governança territorial em reservas extrativistas. Revista Pós Ciências Sociais. 2015; 11 (22): 19-42.
38. Vannucci M. Os manguezais e nós: Uma síntese de percepções. ESDUP, São Paulo, 1999.